



AVALIAÇÃO GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO QREN 2007-2013

RELATÓRIO FINAL

ANEXOS

30 DE AGOSTO DE 2010

Conteúdo

ANEXO Nº 1: RELAÇÕES ENTRE QUESTÕES DE AVALIAÇÃO E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO	3
ANEXO Nº 2 : MATRIZ-SÍNTESE DE PROCESSOS E MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO.....	8
ANEXO Nº 3 – ENTREVISTAS REALIZADAS	14
ANEXO Nº 4 – ELEMENTOS METODOLÓGICOS (Agenda Operacional Temática Potencial Humano)	17
ANEXO Nº 5 - PAINEL DE DISCUSSÃO “SISTEMAS DE INCENTIVOS”	51
ANEXO nº 6 – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO SAMA	60
ANEXO Nº7 – APROVAÇÕES PCT MAISCENTRO.....	63
ANEXO Nº 8 – APROVAÇÕES SIAC	65
ANEXO Nº 9 – CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	59
ANEXO Nº 10 – FINANCIAMENTO APROVADO E EXECUTADO POLÍTICA DE COESÃO ORIENTAÇÃO 1	63
ANEXO Nº 11 – FINANCIAMENTO APROVADO E EXECUTADO POLÍTICA DE COESÃO ORIENTAÇÃO 2	71
ANEXO Nº 12 – FINANCIAMENTO APROVADO E EXECUTADO POLÍTICA DE COESÃO ORIENTAÇÃO 3	83
ANEXO Nº 13 – PAINEL DE DISCUSSÃO PÓLOS DE COMPETITIVIDADE E CLUSTERS.....	85
ANEXO Nº 14 – ANÁLISE DE MÉRITO DOS PA PROVERE.....	94
ANEXO Nº 15 – FOCOS E RECURSOS PROVERE.....	98
ANEXO Nº 16 – CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE MÉRITO PROVERE.....	101
ANEXO Nº 17 – CONDICIONANTES IDENTIFICADAS NA AVALIAÇÃO DOS PA PROVERE	102
ANEXO Nº 18 – RECOMENDAÇÕES PA PROVERE	104
ANEXO Nº 19 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL QREN	109
ANEXO nº 20 – ELEMENTOS DE ANÁLISE DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA AVALIAÇÃO DESAFIO DA ARTICULAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E DO TERRITÓRIO	128
ANEXO Nº 21 - AOT VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: SÍNTESE DOS MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO. 142	
ANEXO Nº 22 - INQUÉRITO AOS PROMOTORES – AGENDA OPERACIONAL TEMÁTICA VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	150

ANEXO Nº 1: RELAÇÕES ENTRE QUESTÕES DE AVALIAÇÃO E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO

MATRIZ QUESTÕES DE AVALIAÇÃO VERSUS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO				
QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	Alteração do perfil de especialização da economia portuguesa	Alargamento da base territorial da competitividade da economia portuguesa	Modernização inclusiva da sociedade portuguesa	Articulação entre objetivos, instrumentos e entidades responsáveis pela implementação do QREN em termos territoriais
QUESTÕES TRANSVERSAIS DE AVALIAÇÃO				
Contributo da implementação do QREN para a coesão económica, social e territorial	Sobretudo associada à componente de inovação tecnológica das políticas de coesão	Associada à componente das políticas de coesão capaz de mobilizar novos factores de competitividade nas regiões	Associada às realizações esperadas em termos de coesão social	Derivada das componentes de programação orientadas para a coesão territorial
Contributo para a criação de mais e melhor emprego	Associada à programação orientada para a criação de melhor emprego	Associada à territorialização da criação de empregos mais qualificados	Determinada sobretudo pela relação qualificação - empregabilidade	Sem correspondência relevante
Implicações das alterações de contexto da relevância e pertinência estratégicas da programação	Associada aos riscos de quebra de selectividade estratégica	Associada a riscos de municipalização excessiva e de excessos de investimentos em amenidades	Decorrente da pressão emergente em torno de certos públicos-alvo	Sem correspondência relevante
EEC como motor de aceleração do ajustamento estrutural da economia portuguesa	Decorrente da componente empresarial das EEC	Associada às EEC de base territorial	Atendendo sobretudo à fraca presença e articulação das EEC com a agenda do PH	Decorrente da implementação das EEC de base territorial
Grau de aplicação das recomendações estratégicas da Avaliação Ambiental Estratégica	Associada à produção de renováveis	Associada à valorização produtiva de mais valias e diversidade ambientais	Sem correspondência relevante	Sustentabilidade territorial

MATRIZ QUESTÕES DE AVALIAÇÃO VERSUS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	Alteração do perfil de especialização da economia portuguesa	Alargamento da base territorial da competitividade da economia portuguesa	Modernização inclusiva da sociedade portuguesa	Articulação entre objectivos, instrumentos e entidades responsáveis pela implementação do QREN em termos territoriais
Selectividade, focalização de apoios e margens de manobra regulamentares	Grau de focagem destas opções	Grau de focagem destas opções	Sem correspondência relevante	Grau de focagem destas opções (Política de Cidades)
QUESTÕES ESPECÍFICAS DE AVALIAÇÃO (1)				
Produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico	Contributo para a alteração das condições de competitividade	Contributo para a alteração das condições de competitividade	Sustentabilidade do emprego científico	Sem correspondência relevante
Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização	Total e absoluta	Emergência de novas formas de actividade produtiva	Aumento da procura de qualificações	Sem correspondência relevante
Engenharia Financeira para o financiamento e partilha do risco de inovação	Contributo do capital de risco para a disseminação de investimento de inovação	Contributo para a emergência de actividades inovadoras em territórios	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante
Redução dos custos públicos de contexto	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante
Acções colectivas de desenvolvimento empresarial	Contributo em termos de operacionalização de acções de internacionalização	Contributo para a emergência de novas actividades económicas	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante
Desenvolvimento da sociedade de informação	Contributo para a emergência de novos modelos de negócio internacional	Existência de projectos que articulem o desenvolvimento das TIC com a valorização de activos específicos	Projectos de desenvolvimento da sociedade de informação orientados para a integração e qualificação de públicos desfavorecidos	Sem correspondência relevante

MATRIZ QUESTÕES DE AVALIAÇÃO VERSUS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	Alteração do perfil de especialização da economia portuguesa	Alargamento da base territorial da competitividade da economia portuguesa	Modernização inclusiva da sociedade portuguesa	Articulação entre objectivos, instrumentos e entidades responsáveis pela implementação do QREN em termos territoriais
Redes e infra-estruturas de apoio à competitividade empresarial	Relevância de eventuais projectos logísticos com impacto nas condições de exportação	Projectos de criação de infra-estruturas produtivas articulados com a valorização de activos regionais específicos	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante
Qualificação inicial	Desenvolvimento de novas competências com matching das qualificações	Sem correspondência relevante	Desenvolvimento de novas competências com matching das qualificações	Sem correspondência relevante
Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida	Reconversão profissional de activos empregados	Sem correspondência relevante	Reconversão profissional de activos empregados e desempregados	Sem correspondência relevante
Gestão e aperfeiçoamento profissional	Papel da formação-consultoria em PME com projectos de qualificação do perfil de exportações, embora influenciada pela reduzida ambição das metas	Papel da formação-consultoria em PME com capacidade de valorização produtiva de novos activos específicos, embora influenciada pela reduzida ambição das metas	Influência na qualificação de empresários e trabalhadores com baixo nível de instrução e nos processos de modernização da Administração Pública	Sem correspondência relevante
Formação avançada	Integração da formação avançada em processos de desenvolvimento de actividades de I&DT	Integração da formação avançada na consolidação de infra-estruturas de base tecnológica	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante

MATRIZ QUESTÕES DE AVALIAÇÃO VERSUS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	Alteração do perfil de especialização da economia portuguesa	Alargamento da base territorial da competitividade da economia portuguesa	Modernização inclusiva da sociedade portuguesa	Articulação entre objectivos, instrumentos e entidades responsáveis pela implementação do QREN em termos territoriais
Empreendedorismo e transição para a vida activa	Contributos dos estágios profissionais para o rejuvenescimento e qualificação dos recursos humanos das empresas	Sem correspondência relevante	Contributos dos estágios profissionais para a empregabilidade	Sem correspondência relevante
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante	Acções formativas e não formativas nas áreas da pobreza, exclusão e desfavorecimento	Relevância da programação em rede de equipamentos sociais e da integração das Intervensões
Igualdade de género	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante	Capacidade de integração da melhoria de qualificações femininas	Sem correspondência relevante
Reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade	Influência nas condições gerais de competitividade	Alguma influência por via da aposta na multimodalidade e em alguma descentralização do investimento	Sem correspondência relevante	Fortemente dependente da integração de instrumentos de política e de financiamento
Reforço do sistema urbano	Condições de emergência de actividades inovadoras de base urbana (dimensão económica de PRU e RUCI)	Influência dos exemplos de RUCI em áreas interiores e dos programas de equipamentos estruturantes	Influência dos programas de acção de PRU de matriz social	Multi-sectorialidade da política de cidades e da própria base regulamentar
Protecção e valorização do ambiente	Dimensão de qualificação de actividades de maior inovação e incorporação de RH mais qualificados	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante	Fortemente dependente da integração de instrumentos de política e de financiamento

MATRIZ QUESTÕES DE AVALIAÇÃO VERSUS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DA AVALIAÇÃO

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	Alteração do perfil de especialização da economia portuguesa	Alargamento da base territorial da competitividade da economia portuguesa	Modernização inclusiva da sociedade portuguesa	Articulação entre objetivos, instrumentos e entidades responsáveis pela implementação do QREN em termos territoriais
Redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão social e territorial	Sem correspondência relevante	Sem correspondência relevante	Relevância de equipamentos de proximidade, acção social, saúde e educação	Partilha de influência com a acção do POPH, apelando para a territorialização
(1) Por questão de simplificação assinalam-se as questões específicas de avaliação associando-as às prioridades operacionais temáticas (ver caderno de encargos)				
Correspondência forte				
Correspondência média				
Correspondência fraca				

ANEXO Nº 2 : MATRIZ-SÍNTESE DE PROCESSOS E MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	MÉTODOS E PROCESSOS					SISTEMAS DE INFORMAÇÃO IFDR E IGFSE E DE PO
	ANÁLISE DOCUMENTAL	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A STAKEHOLDERS	INQUIRição A PROMOTORES	ESTUDOS DE CASO	PAINÉIS DE DISCUSSÃO	
TRANSVERSAIS						
CONTRIBUTO COESÃO	Teoria da programação Modelo de governação Relatório Anual 2009 QREN Relatórios de execução PO 2008 Orientações estratégicas comunitárias	Entrevistas a stakeholders envolvidos na concepção do QREN Entrevista Observatório do QREN Entrevista IFDR				Informação financeira de aprovação e execução por AOT, PO e tipologia regulamentar Idem temas prioritários e categorias de monitorização do QREN
CRIAÇÃO DE MAIS E MELHOR EMPREGO	Instrumentos de programação; Avaliação ex-ante do POPH; Estratégia Europeia para o Emprego; Documentos de política	Entrevistas a stakeholders envolvidos na concepção do QREN				Informação financeira de aprovação e execução por AOT, PO e tipologia regulamentar
ALTERAÇÕES DE CONTEXTO	Iniciativa Investimento e Emprego Relatórios de Execução Orçamental Orçamento Geral do Estado 2010 Documentos sobre alterações regulamentares e alterações de avisos de concurso Análise intercalar da eficácia das medidas do programa IIE (GPEARl-MFAP)	Entrevistas a AG de PO	Inquirição a promotores de operações no âmbito da AOT Competitividade e da AOT Valorização do Território		Utilização parcial do painel de discussão sobre SI	Informação IFDR sobre adiantamentos Informação financeira de aprovação e execução por AOT, PO e tipologia regulamentar Idem temas prioritários e categorias de monitorização do QREN
ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA	Material de avaliação das experiências de pólos e clusters	Entrevistas a AG COMPETE, OI IAPMEI, OI			Painel de discussão com 8 experiências reconhecidas	Listagens de projectos aprovados

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	ANÁLISE DOCUMENTAL	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A STAKEHOLDERS	MÉTODOS E PROCESSOS			SISTEMAS DE INFORMAÇÃO IFDR E IGFSE E DE PO
			INQUIRição A PROMOTORES	ESTUDOS DE CASO	PAINÉIS DE DISCUSSÃO	
COLECTIVA	que deu origem ao reconhecimento Idem Planos de acção PROVERE	Turismo de Portugal, POR Norte e Centro Idem Planos de Acção PROVERE (não concluídas)			de pólos e clusters Utilização parcial do painel de discussão sobre SI	
SELECTIVIDADE E BASE REGULAMENTAR	Regulamentos dos Fundos Estruturais; Regulamentos Específicos dos PO/TI; Estudo de Avaliação dos Regulamentos; FEDER e FC	Entrevistas às Autoridades de Gestão; Entrevistas ao IFDR e ao IGFSE				
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA						
ESPECÍFICAS POR PRIORIDADE OPERACIONAL TEMÁTICA						
INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DE ESPECIALIZAÇÃO	Referenciais estratégicos de programação por PO Referenciais programáticos das agendas da competitividade no POR Norte	Entrevistas AG COMPETE, POR NORTE, POR CENTRO, OI IAPMEI e OI TURISMO PORTUGAL		Estudo de caso sobre alargamento da base territorial da competitividade: intervencões complementares na área da competitividade em articulação com os SI nos POR Norte e Centro	Painel de discussão sobre sistemas de incentivos	Indicadores de realização e resultado COMPETE
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	Referenciais estratégicos de programação por PO; Referenciais programáticos da Agendas da Competitividade; Estudos de I&DT; Relatórios de Execução, COMPETE e POR	Entrevistas à AG COMPETE, ao OI IAPMEI; ao OI IDE-Madeira; às AG de PO Regionais			Painel de discussão sobre Sistemas de Incentivos; Painel de discussão sobre Pólos de Competitividade e Outros Clusters	Informação financeira de aprovação e execução da AOT FC, PO e tipologias de intervenção
ENGENHARIA FINANCEIRA E PARTILHA DO RISCO	Relatórios de Execução, PO COMPETE e PO Algarve21 e PO Lisboa e Diplomas	Entrevistas ao IAPMEI, Sociedades Capital de Risco e AG COMPETE, Algarve21				Informação financeira de aprovação e execução da AOT FC, PO e tipologias de

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	ANÁLISE DOCUMENTAL	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A STAKEHOLDERS	MÉTODOS E PROCESSOS			SISTEMAS DE INFORMAÇÃO IFDR E IGFSE E DE PO
			INQUIRIÇÃO A PROMOTORES	ESTUDOS DE CASO	PAINÉIS DE DISCUSSÃO	
DE INOVAÇÃO	Regulamentares	e PO Lisboa				intervenção
REDUÇÃO DOS CUSTOS PÚBLICOS DE CONTEXTO	Relatórios de Execução do PO COMPETE e dos PO Regionais e Regulamento SAMA	Entrevistas AG COMPETE e PO Regionais,				Informação financeira de aprovação e execução da tipologia de intervenção (Observatório do QREN)
ACÇÕES COLECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	Relatórios de Execução do PO COMPETE e dos PO Regionais Material de análise das experiências candidatas ao reconhecimento de clusters e pólos de competitividade	Entrevistas a AG do POFC, Administração IAPMEI, ON2 e MAIS CENTRO			Utilização dos materiais do painel de discussão sobre pólos de competitividade e clusters	Listagens de projectos aprovados no SIAC obtidas através das páginas WEB de ON2, Mais Centro, INAlentejo e POFC Informação de aprovação execução financeira fornecida pelo Observatório do QREN
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	Relatórios de Execução, PO COMPETE e PO Regionais; Estudos de Avaliação POSI/POSC	Entrevistas à CI Alto Alentejo, GEPE/ME, CM Cascais e UMIC		Programa de Intervenção da Comunidade Inter-municipal do Alto Alentejo		Informação financeira de aprovação e execução da tipologia de intervenção (Observatório do QREN)
REDES E INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À COMPETITIVIDADE REGIONAL	Relatórios de execução de POR Análise dos materiais de lançamento de avisos de concurso	Entrevistas a AG do ON2, MAIS CENTRO, INALENTEJO				Informação financeira de aprovação e execução da tipologia de intervenção (Observatório do QREN) Indicadores de earmarking Listagens de projectos aprovados nos POR (páginas WEB respectivas)

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	ANÁLISE DOCUMENTAL	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A STAKEHOLDERS	MÉTODOS E PROCESSOS			SISTEMAS DE INFORMAÇÃO IFDR E IGFSE E DE PO
			INQUIRÇÃO A PROMOTORES	ESTUDOS DE CASO	PAINÉIS DE DISCUSSÃO	
QUALIFICAÇÃO INICIAL	Estudos estratégicos da fase de programação, Avaliações ex-ante, Avaliações de Operacional. e Temáticas; Relatórios Execução	AG/ST do POPH, ANQ, Departamento de Formação do IIEFP	Inquérito aos Projectos de Qualificação Inicial			Informação financeira de aprovação e execução das tipologias da Qualificação Inicial (2007/2008 – SII FSE)
ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	Estudos estratégicos da fase de programação, Avaliações ex-ante, Avaliações de Operacional. e Temáticas (Novas Oportunidades e FMC); Relatórios Execução	AG/ST do POPH, ANQ, Departamento de Formação do IIEFP e AEP	Inquérito aos Projectos da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida			Informação financeira de aprovação e execução das tipologias da da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida (2007/2008 – SII FSE)
GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	Documentos e referenciais programáticos dos OI Relatórios de execução de programas geridos pelos OI	Entrevistas a todos os OI que gerem programas de consultoria –formação Entrevista AMA (solicitada e ainda não confirmada)			Painel com empresários em marcação	Informação proveniente do SIIFSE
FORMAÇÃO AVANÇADA		2 entrevistas FCT (por tipologia) Entrevista INESC-Porto Entrevista DG Ensino Superior	Inquérito a bolseiros doutorados e oós doutorados			Informação proveniente da FCT e da DG Ensino Superior, designadamente indicadores físicos de execução
EMPREENDEDORISMO E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA	Relatórios Execução, Relatório de Avaliações de Operacionalização (RUMOS e ProEmprego)	AG/ST do POPH, Departamento de Emprego do IIEFP, AEP, AICEP e DGAL		INOV Contacto/AICEP (em construção)		Informação financeira de aprovação e execução das tipologias ET VA (2007/2008 – SII FSE)
CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Estudos estratégicos da fase de programação, Avaliações ex-ante, Avaliações de Operacional. e Temáticas; Relatórios de Execução PO	Entrevistas a ISS, CRPG e ACIDI		Centro de Reabilitação de Gaia (em construção)		Informação financeira de aprovação e execução das tipologias ET VA (2007/2008 – SII FSE)
IGUALDADE DE	Programas de intervenção, com	Entrevista presencial CIG e		Eventual estudo de caso		Informação SIIFSE

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	ANÁLISE DOCUMENTAL	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A STAKEHOLDERS	MÉTODOS E PROCESSOS			SISTEMAS DE INFORMAÇÃO IFDR E IGFSE E DE PO
			INQUIRição A PROMOTORES	ESTUDOS DE CASO	PAINÉIS DE DISCUSSÃO	
GÉNERO	especial ênfase na informação disponibilizada pela CIG	telefónica ISS		de projecto imaterial CIG		
REFORÇO DA CONECTIVIDADE INTERNACIONAL, DAS ACESSIBILIDADES E DA MOBILIDADE	QREN e POs (documentos de programação, regulamentos específicos e relatórios de execução).	Incorporação de informação de entrevistas realizadas no âmbito da avaliação do POVT: Estradas de Portugal; REFER; Estradas da Madeira; Administração dos Portos da RAM;	<p>Inquérito a promotores de projectos no âmbito da AOT</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inquéritos enviados: 511 • Inquéritos invalidados: (contactos não existentes; informação errada sobre o estado de aprovação da candidatura): 42 • Válidos: 469 • Inquéritos recebidos: 295 (63%), todos de operações já aprovadas/ contratadas. <p>Inquérito a promotores de projectos no âmbito da AOT VT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inquéritos enviados: 511 • Inquéritos invalidados: (contactos não existentes; informação errada sobre o estado de aprovação da candidatura): 42 • Válidos: 469 • Inquéritos recebidos: 295 (63%), todos de operações já aprovadas/ contratadas. 		Painel de discussão com Autoridades Portuárias (Leixões, Sines, Aveiro e Figueira da Foz).	Exploração da informação (financeira) fornecida pelo Observatório do QREN, complementada com informação obtida no quadro da avaliação da operacionalização do POVT, do POR Lisboa e do INAlentejo e com informação obtida nos sites dos diversos Programas Operacionais.
PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE	QREN e POs (documentos de programação, regulamentos específicos e relatórios de execução). Informação estatística de contexto (INE, ICNB).	Incorporação de informação de entrevistas realizadas no âmbito da avaliação do POVT: INAG; ERSAR; DRPFE Açores; IDR Madeira;				Exploração da informação (financeira) fornecida pelo Observatório do QREN, complementada com informação obtida no quadro da avaliação da operacionalização do POVT, do POR Lisboa e do INAlentejo e com informação obtida nos sites dos diversos Programas Operacionais.
REDES, INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO	QREN e POs (documentos de programação, regulamentos específicos e relatórios de execução).	Parque Escolar, Universidade do Porto, Fundação Serralves, ARS Centro e CM Santarém		Novos Centros Escolares /Centros Educativos Locais Requalificação do Parque		Informação financeira de aprovação e execução Domínios de intervenção Equipamentos Colectivos



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	ANÁLISE DOCUMENTAL	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A STAKEHOLDERS	MÉTODOS E PROCESSOS			SISTEMAS DE INFORMAÇÃO IFDR E IGFS E DE PO
			INQUIRIÇÃO A PROMOTORES	ESTUDOS DE CASO	PAINÉIS DE DISCUSSÃO	
TERRITORIAL E SOCIAL				do Ensino Secundário		(Dados do Observatório QREN)
REFORÇO DO SISTEMA URBANO	<p>QREN e POs (documentos de programação, regulamentos específicos e relatórios de execução).</p> <p>Política de Cidades: consulta de elementos no Portal das Cidades (www.dgotdu.pt/pc).</p>	Incorporação de informação de entrevistas realizadas no âmbito da avaliação do POVT: DGOTDU	<p>Inquérito a promotores de projectos no âmbito da AOT VT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inquéritos enviados: 511 • Inquéritos invalidados: (contactos não existentes; informação errada sobre o estado de aprovação da candidatura): 42 • Válidos: 469 • Inquéritos recebidos: 295 (63%), todos de operações já aprovadas/ contratadas. 	<p>Programas de Acção PRU Braga, Guimarães e Famalicão (PO Norte); Figueira da Foz (PO Centro); Setúbal (PO Lisboa); Santo André (PO Alentejo).</p> <p>Programa Estratégico da RUCI Quadrilátero Barcelos-Braga-Famalicão-Guimarães. (incluíram análise documental e dos processos de preparação dos Programas, com informação facultada por consultores da QP envolvidos nos processos e com consultas pontuais aos responsáveis pelas Redes e Parcerias)</p>		<p>Exploração da informação (financeira) fornecida pelo Observatório do QREN, complementada com informação obtida no quadro da avaliação da operacionalização do POVT, do POR Lisboa e do INAlentejo e com informação obtida nos sites dos diversos Programas Operacionais.</p>

ANEXO Nº 3 – ENTREVISTAS REALIZADAS

Ao longo do trabalho de avaliação foram realizadas as seguintes entrevistas, ficando aqui expresso o agradecimento pela disponibilidade manifestada e pelo teor construtivo que revelaram:

- Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Dr. Fernando Medina, actualmente Secretário de Estado da Indústria e do Desenvolvimento;
- Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional do anterior Governo Constitucional, Professor Doutor Rui Baleiras;
- Coordenador da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, Professor Doutor Carlos Zorrinho, já nas funções de Secretário de Estado da Energia e da Inovação do actual Governo, juntamente com o Professor Doutor Manuel Laranja;
- Directora do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Dra. Cândida Soares;
- Estrutura Directiva do Observatório do QREN (Dr. Paulo Areosa Feio, Presidente e Drs. Duarte Rodrigues e Joaquim Bernardo, coordenadores adjuntos);
- Estrutura Directiva do IGFSE (Dra. Rosa Maria Simões – Presidente do IGFSE e Dra. Maria do Carmo Abreu – Directora de Unidade);
- Presidente da Comissão Directiva do POFC, Dr. Nelson de Sousa e membros da estrutura técnica Drs. Jorge António Abegão e Conceição Moreno (2 entrevistas diferidas no tempo);
- Comissão Directiva do POPH (Presidente Dr. Rui Fiolhais e vogais Dras. Alexandra Vilela e Margarida Filipe);
- Presidente da ANQ, Professor Doutor Luís Capucha;
- Presidente da Comissão Directiva do IEPF, Dr. Francisco Madelino;
- Presidente do IFDR, Engº José Soeiro;
- Comissão Directiva do ON2, o Novo Norte;
- Comissão Directiva do Mais Centro;
- Professor Doutor Miguel Cruz, Vogal Executivo da Administração do IAPMEI e Engº Pedro Cilínio e Dra. Filomena Egreja, respectivamente Director da Direcção de Gestão de Incentivos e Créditos Directora da Direcção de Promoção da Inovação;
- Dra. Maria José Catarino, Turismo de Portugal;
- Engº Luís Braga da Cruz (Comissão de Avaliação EEC);
- Entrevistas realizadas no âmbito da Avaliação do POVT: DGOTDU (Acções Inovadoras de Desenvolvimento Urbano): Arq^{to} Vítor Campos (DG); INAG - Instituto da Água: Eng^a Ana Maria

Seixas (Vice-Presidente); ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (Eng. Jaime Melo Baptista - Presidente);

- Entrevistas electrónicas: ARH Centro e ARH Alentejo; DRPFE Açores (Dra. Ema Silva e Dra. Andreia Bretão); IDR Madeira;
- Entrevistas presenciais a promotores de projectos do POVT: Estradas de Portugal; REFER; Estradas da Madeira; Administração dos Portos da RAM;
- Entrevistas electrónicas a promotores de projectos do POVT: Câmara Municipal de Loulé; Águas do Ribatejo, EIM; Resíduos Sólidos do Centro - ERSUC; Gestão Ambiental e de Resíduos GESAMB, EIM;
- Entrevistas realizadas no âmbito de estudos de caso de Política de Cidades:
 - RUCI Quadrilátero, PRU Braga, PRU Famalicão: técnicos responsáveis: José Pedro Machado (CM Braga) e Francisco Jorge (CM Famalicão)
 - PRU Arouca: técnica responsável: Adélia Almeida (CM Arouca)
 - PRU Setúbal, PRU Santo André: consultor dos projectos (João Fermisson, QP)
 - PRU Figueira da Foz: técnicas responsáveis (Dra. Graça Vasco e Arq^{ta} Maria João Figueiredo)
- Outras entrevistas realizadas no âmbito da Agenda do Potencial Humano
 - Dr. Domingos Lopes - Coordenador do Eixo Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida
 - Dr. Carlos Nunes – Coordenador do Eixo Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social
 - Dr. Paulo Feliciano – Conselho Directivo da ANQ
 - Dr. Realinho Matos – Conselho Directivo do IEFP
 - Dr. José Alberto Leitão – Director do Departamento de Formação Profissional do IEFP
 - Dra. Adélia Costa – Directora do Departamento de Oferta Formativa do IEFP
 - Dr. Alexandre Oliveira – Departamento de Emprego do IEFP
 - Dr. José António Cortez e Dra. Rita Siborro - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP);
 - Dra. Norma Rodrigues e Dra. Benvinda Catarino - Associação Industrial Portuguesa (AIP)
 - Dr. António Pêgo e Dra. Paula Silvestre - Associação Empresarial de Portugal (AEP)
 - Engs. Rui Santos e Paulo Sousa - Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
 - Dra. Olga Martinho e Dra. Isabel Reis – Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT);
 - Eng^o Bruno Caixeiro – Direcção Geral do Ensino Superior (DGES)
 - Dra. Maria de Fátima Charrua e Dra. Maria João Bobone - AICEP- Inov Contacto
 - Dra. Maria Odete Veríssimo - Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL

- Dra. Cristina Rodrigues - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto da Segurança Social, I. P. Gabinete de Apoio a Programas.
- Dra. Elisabete Mateus - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto da Segurança Social, I. P. Directora do Gabinete de Planeamento
- Dr. Bernardo Santos e Sousa - ACIDI I.P. – Director
- Dra. Susana Leitão – IHRU, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.
- Dra. Manuela Marinho e Dr. Manuel Albano – Comissão para a Igualdade de Género.

ANEXO Nº 4 – ELEMENTOS METODOLÓGICOS (Agenda Operacional Temática

Potencial Humano)

Inquérito por questionário aos projectos de Qualificação Inicial e Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida (tipologias de Cursos Profissionais, Sistema de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Jovens, no domínio de Qualificação Inicial e tipologias de Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares, no domínio da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida) beneficiários

1. Listagem das Entrevistas realizadas no âmbito dos Eixos 1, 2, 5 e 6 do POPH

Esta componente metodológica visou dotar o Estudo de visões compreensivas contrastadas do desenvolvimento das dinâmicas de desempenho dos Programas Operacionais nas tipologias de intervenção contempladas nos domínios das Questão Transversais e Específicas do Caderno de Encargos.

Do ponto de vista metodológico, é uma componente que visa complementar informação recolhida por outros instrumentos, designadamente o Inquérito aos Projectos, privilegiando a visão de actores-chave no processo de concepção e operacionalização do Programa.

(a) Entrevistas a responsáveis políticos/Entidades de interface do Sistema Educação-Formação

- ✓ *Fernando Medina* - Secretário de Estado do Emprego e Formação
- ✓ *Rosa Maria Simões e Maria do Carmo Abreu* – IGFSE
- ✓ *Cândida Soares* - Plano nacional de Emprego
- ✓ *Luís Capucha*- Conselho Directivo da ANQ
- ✓ *Francisco Madelino* - Conselho Directivo IEFP

(b) Entrevistas a responsáveis com funções de coordenação de Eixos da Agenda

EIXO 1. QUALIFICAÇÃO INICIAL

- ✓ *Rui Fiolhais, Margarida Filipe e Alexandra Vilela* - Autoridade de Gestão do POPH
- ✓ *Paulo Feliciano* – Conselho Directivo da ANQ
- ✓ *Realinho de Matos* – Conselho Directivo do IEFP

EIXO 2. EIXO ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

- ✓ *José Alberto Leitão* - Director do Departamento de Formação Profissional do IEFP
- ✓ *Domingos Lopes* - Coordenador do Eixo
- ✓ *António Pego* – Director do Departamento de Formação da AEP

EIXO 5. EMPREENDEDORISMO E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

- ✓ *Alexandre Oliveira* – Departamento de Emprego do IEFP
- ✓ *Maria de Fátima Charrua* - AICEP- Inov Contacto
- ✓ *Maria João Bobone* - AICEP- Inov Contacto
- ✓ *Maria Odete Veríssimo* - Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL

EIXO 6 – CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ✓ *Carlos Nunes* – Coordenador do Eixo
- ✓ *Cristina Rodrigues* - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto da Segurança Social, I. P. *Gabinete de Apoio a Programas.*

- ✓ *Elisabete Mateus* - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto da Segurança Social, I. P. *Directora do Gabinete de Planeamento*

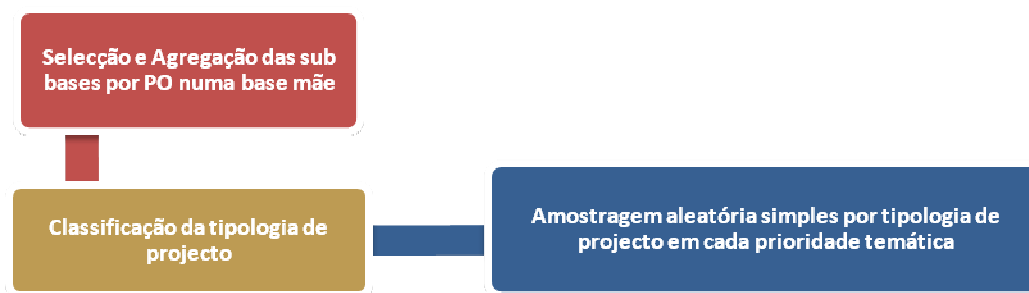
- ✓ *Adélia Costa* – Directora do Departamento de Oferta Formativa
- ✓ *Bernardo Santos e Sousa* - ACIDI I.P. – Director
- ✓ *Susana Leitão* – IHRU, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.

2. Síntese dos procedimentos de inquirição por questionário

O processo de inquirição realizado no âmbito da Agenda do Potencial Humano foi elaborado a partir do acesso às listagens de entidades promotoras por Eixo Prioritário/Tipologia de intervenção dos Programas Operacionais POPH, RUMOS e PROEMPREGO. Com base nessa informação, e face aos objectivos que se pretende atingir com esta componente metodológica, considerou-se relevante a inquirição de uma Amostra de projectos construída através de uma amostragem casual simples que repercutia a representatividade com 95,5 % de nível de confiança e com uma estimativa de erro máximo permitido de 5%, num universo de 5.194 projectos.

Dada a diversidade de natureza de projectos envolvidos associados a uma diversidade de tipologias de intervenção, foram construídas sub-amostras aleatórias simples por tipologia de projecto em cada uma das prioridades temáticas.

Etapas do processo de amostragem



A modalidade de administração do Inquérito baseou-se numa plataforma *on-line* (Zask/IESE/QT), cujo convite/acesso à participação no Estudo se processou via mensagem electrónica. O inquérito foi aplicado entre o dia 9 de Abril e 2 de Junho e nesse período foram realizados dois reforços de solicitação do preenchimento, reencaminhado para todos os beneficiários que ainda não tinham respondido ao Inquérito. Os inquiridos preencheram o Inquérito directamente no computador e, após a conclusão do seu preenchimento, procederam à submissão automática.

O quadro seguinte ilustra os aspectos técnicos da implementação dos inquéritos, tais como a dimensão e segmentação das amostras, taxas de resposta e níveis de representatividade.

Tipologias	Universo	Amostra a obter *	Inquéritos enviados	Inquéritos válidos	Taxa de resposta	Margem de erro
Qualificação Inicial						
Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF Jovens)	1.158	297	649	215	33%	6,16
Cursos Profissionais e Sistema de Aprendizagem	1.073	292	577	174	30%	6,94
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida						
Cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA)	1.426	313	640	262	41%	5,58
Formações Modulares	1.537	318	637	279	44%	5,42

(*) erro amostral 5% e nível de confiança a 95%

3. Inquérito Electrónico a Projectos

N.º de Projecto:

I. PARTE DO INQUÉRITO COMUM A TODOS OS PROJECTOS INQUIRIDOS

1. A sua entidade tem experiência na promoção e/ou na execução de Projectos de Formação?

- Sim, em termos de formação co-financiada pelo Fundo Social Europeu.....
- Sim, em termos de formação não financiada pelo Fundo Social Europeu.....
- Sim, em ambos os casos.....
- Não.....

2. Se desenvolveu projectos no âmbito do anterior Quadro Comunitário (QCA III), qual a sua perspectiva comparada das experiências de Tipologias de acção/Regulamentos face à lógica de intervenção do QREN?

3. A Entidade teria realizado o Projecto caso não tivesse sido co-financiado?

- Sim.....
- Apenas uma parte.....
- Não.....

4. Como aprecia o grau de adaptação da operação/Projecto às condições estabelecidas pela legislação do Fundo Social Europeu e aviso de abertura de candidaturas:

4.1. Adaptação às condições impostas pela legislação do Fundo Social Europeu

- Não encontrou quaisquer dificuldades Encontrou dificuldades pontuais Encontrou fortes dificuldades

4.2. Adaptação às condições impostas pelo aviso de abertura de candidaturas

- Não encontrou quaisquer dificuldades Encontrou dificuldades pontuais Encontrou fortes dificuldades

5. No caso de ter encontrado fortes dificuldades de adaptação às condições impostas pela legislação do Fundo Social Europeu e pelo aviso de abertura de candidaturas, indique sucintamente quais:

6. A crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008 produziu algum tipo de alterações no ritmo da execução do projecto?

- Não produziu qualquer tipo de alterações
- Acelerou o arranque do Projecto

- Retardou o arranque do Projecto
 - Outros efeitos
- (se reconhece outro tipo de efeitos para além das alterações no ritmo de execução do projecto, por favor, indique quais)
-
-

7. A crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008 motivou a apresentação de candidaturas de projectos não previstos inicialmente?:

Sim _____

Não _____

Se SIM, caracterize sucintamente o tipo de projecto(s) a que se refere, indicando:

Tipologia(s) de Intervenção _____

Principais necessidades a que o projecto pretende dar resposta:

Destinatários-alvo: _____

8. Qual o grau de influência dos seguintes factores na definição da oferta de formação da Entidade?

	Não utilizou	Utilizou alguns elementos	Foi decisivo
Orientações estratégicas emanadas da Política europeia na área da Aprendizagem ao Longo da Vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientações estratégicas de entidades-tutela (p.e., Ministério da Educação/ANQ)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientações de Estudos de Perfis Profissionais/Necessidades de Formação Regionais ou Sectoriais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contacto directo com os empregadores locais/regionais (Associações empresariais, empresas, autarquias,...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Perfil da oferta existente noutras entidades formadoras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inquérito ao público-alvo sobre áreas/cursos de interesse	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação à estrutura de Recursos Humanos e Físicos existente na Entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Percepção dos resultados/efeitos da formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitorização da qualidade da formação (p.e. recolha e análise de indicadores, inquérito a ex-formandos,...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PARTE DO INQUÉRITO RESERVADA A PROJECTOS SUBMETIDOS AO ABRIGO DE DETERMINADAS TIPOLOGIAS

PERFIL DE PROJECTOS – QUALIFICAÇÃO INICIAL

9. O Projecto abrange grupos com fragilidades particulares de inclusão social?

Públicos-alvo	
Jovens que abandonaram o sistema de educação sem completar o ensino básico (9.º ano de escolaridade)	<input type="checkbox"/>
Jovens que abandonaram o sistema de educação sem completar o ensino secundário (12.º ano de escolaridade)	<input type="checkbox"/>
Jovens pertencentes a grupos desfavorecidos (jovens em risco de toxicod dependência, minorias étnicas e culturais, sem-abrigo, mulheres em situação vulnerável ao desemprego, beneficiários do rendimento de Inserção Social)	<input type="checkbox"/>
Outros. Quais?	<input type="checkbox"/>

10. Relativamente aos públicos-alvo abrangidos, que tipo de estratégia(s) a Entidade mobiliza para atrair e manter estes públicos nos processos formativos?

Públicos-alvo	
Jovens que abandonaram o sistema de educação sem completar o ensino básico (9.º ano de escolaridade)	
Jovens que abandonaram o sistema de educação sem completar o ensino secundário (12.º ano de escolaridade)	
Jovens pertencentes a grupos desfavorecidos (jovens em risco de toxicod dependência, minorias étnicas e culturais, sem-abrigo, mulheres em situação vulnerável ao desemprego, beneficiários do rendimento de Inserção Social)	
Outros. Quais?	

11. Indique a(s) área(s) de formação mais relevante(s) em termos do número de formandos abrangidos pelo Projecto:

Agricultura Caça e Silvicultura	<input type="checkbox"/>	Comércio por Grosso e a Retalho	<input type="checkbox"/>
Indústrias Alimentares e das Bebidas	<input type="checkbox"/>	Hotelaria e Restauração	<input type="checkbox"/>
Fabrico de Têxteis e Produtos Têxteis	<input type="checkbox"/>	Actividades Financeiras	<input type="checkbox"/>
Construção de Material de Transporte	<input type="checkbox"/>	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	<input type="checkbox"/>
Indústrias Transformadoras Diversas	<input type="checkbox"/>	Educação	<input type="checkbox"/>
Extracção de Produtos Energéticos	<input type="checkbox"/>	Actividades de Saúde Humana	<input type="checkbox"/>
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	<input type="checkbox"/>	Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	<input type="checkbox"/>
Correios e Telecomunicações	<input type="checkbox"/>	Actividades Associadas ao Ambiente	<input type="checkbox"/>
Transportes	<input type="checkbox"/>	Artes	<input type="checkbox"/>
Construção	<input type="checkbox"/>	Outra. Qual _____	

12. Quais os motivos e necessidades/problemáticas-tipo que influenciaram a criação do Projecto aprovado?

	Sem influência	Influência relativa	Influência total
Taxas de insucesso/abandono escolar ao nível do 9.º ano de escolaridade elevadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxas de insucesso/abandono escolar ao nível do 12.º ano de escolaridade elevadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Baixos níveis de qualificação escolar dos jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Baixos níveis de qualificação profissional dos jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Baixa participação dos jovens nos níveis pós-secundário e superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades de inserção profissional dos jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Insuficiente diversificação das ofertas de qualificação inicial (modalidades e áreas de formação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desajustamento entre as expectativas e motivações dos alunos e os conteúdos das ofertas de qualificação inicial (modalidades e áreas de formação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responder às necessidades do sistema produtivo local/regional/nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Solicitações de cooperação com empresas/ agentes da sociedade civil (IPSS, Associações de Desenvolvimento Local)/outras entidades locais (autarquias...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Necessidades específicas socio-culturais e económicas da população com que a entidade se relaciona	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras problemáticas regionais específicas. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Identifica algum tipo de riscos potenciais relevantes para o não cumprimento dos resultados esperados do projecto?

	Constrangimento não verificado	Constrangimento relativo	Constrangimento forte
Desadequação das práticas pedagógicas (métodos de ensino utilizados, articulação entre conteúdos teóricos e práticos, actividades de apoio aos alunos, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desadequação das qualificações de partida dos beneficiários face aos objectivos do Projecto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fraca procura por parte do público-alvo para a oferta disponibilizada			
Inexistência/Falta de qualidade dos serviços de orientação escolar e profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inexistência/Desadequação de mecanismos de acompanhamento dos beneficiários durante a formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fraca qualidade dos equipamentos e recursos disponíveis (espaços físicos, condições de acesso à internet, equipamento informático, manuais, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escassez de recursos humanos técnicos em áreas de formação específicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desadequada qualificação dos agentes educativos/formadores/outros técnicos de apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escassez de recursos financeiros disponíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não concretização de parcerias previstas/fraca articulação com entidades parceiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desajustamentos entre os conteúdos da formação e as necessidades do mercado de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fraca receptividade das empresas/ agentes da sociedade civil para o acolhimento de jovens em estágios/falta de ofertas de emprego, ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro(s). Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13.1. Face às situações assinaladas, apresente a sua posição crítica:

13.2. As situações assinaladas motivaram alterações do projecto face à versão aprovada?

Sim _____

Não _____

Se SIM, indique sucintamente as principais alterações entretanto observadas:

14. A entidade tem outros projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento (financiados por Programas do QREN) que apresentem complementaridades/sinergias com este Projecto?

Sim Não

15. Se respondeu Sim, identifique as tipologias em que se enquadram esses projectos e avalie o nível de articulação verificado (por favor, refira apenas até 3 projectos, cuja complementaridade seja mais relevante):

Projectos apoiados pelo POPH. Quais? (indique, por favor, a designação e tipologia)	Nível de articulação concretizado			
	Nulo	Articulação reduzida	Articulação Média	Articulação Elevada
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projectos financiados por outros programas (p.e., PO COMPETE) Quais? (indique, por favor, a designação e tipologia)				
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. Nos projectos pontuados com um nível de articulação concretizada como "médio" ou "elevado", em que consiste essa articulação?

17 Na sua opinião, qual o contributo efectivo do Projecto para os seguintes factores: (responda a todas as alíneas)

	Sem contributo	Contributo fraco	Contributo moderado	Contributo elevado
Elevar os níveis de qualificação escolar dos beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elevar os níveis de qualificação profissional dos beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a conclusão do 9.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a conclusão do 12.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atrair jovens em risco de insucesso e de abandono escolar para a formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquirir conhecimentos específicos de uma profissão (técnicos, sobre equipamentos ou métodos de trabalho)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Adquirir conhecimentos transversais, ou seja, que podem ser aplicados em várias profissões (informática, línguas estrangeiras, língua materna, matemática, ciências e tecnologias, gestão de informação, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver capacidades pessoais e sociais (autonomia, responsabilidade, espírito de iniciativa, espírito empresarial, flexibilidade, aprender continuamente, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver capacidades relacionais (trabalhar em equipa, coordenar pessoas, demonstrar atitudes e comportamentos positivos, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Favorecer as condições de empregabilidade dos beneficiários (aquisição de qualificações e competências valorizadas pelo mercado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilitar a inserção profissional dos beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o prosseguimento de estudos dos beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a frequência de outras acções de formação profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18 Em que medida o Projecto aprovado motivou efeitos na criação de emprego?

- Empregos directos criados na fase de concretização do projecto (respeita aos recursos humanos afectos à gestão e implementação do Projecto, que não existiam antes na Entidade) _____
- Empregos directos criados após o projecto estar concretizado (respeita aos recursos humanos afectos à gestão e implementação do Projecto que se mantiveram/que se estimam manter após a sua conclusão e que não existiam antes na Entidade) _____

PERFIL DE PROJECTOS – ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

19 Quais os principais grupos a que se dirige o Projecto (pode assinalar mais que uma opção):

Indivíduos com habilitação baixa (ensino primário incompleto ou ensino primário completo, antigo 4.º ano ou 1.º ciclo)	<input type="checkbox"/>
Indivíduos com habilitação média (6.º ou 9.º ano de escolaridade completo)	<input type="checkbox"/>
Indivíduos com habilitação elevada (12.º ano de escolaridade completo ou ensino superior)	<input type="checkbox"/>
Activos empregados não qualificados	<input type="checkbox"/>
Activos empregados qualificados	<input type="checkbox"/>
Indivíduos à procura do primeiro emprego	<input type="checkbox"/>
Desempregados há menos de 1 ano	<input type="checkbox"/>
Desempregados de Longa Duração (há mais de 1 ano)	<input type="checkbox"/>
Grupos desfavorecidos (em risco de toxicodependência, minorias étnicas e culturais, sem-abrigo, mulheres em situação vulnerável ao desemprego, beneficiários do rendimento de Inserção Social)	<input type="checkbox"/>
Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/>

20 Relativamente aos públicos-alvo abrangidos, que tipo de estratégia(s) a Entidade mobiliza para atrair e manter estes públicos nos processos formativos?

Indivíduos com habilitação baixa (ensino primário incompleto ou ensino primário completo, antigo 4.º ano ou 1.º ciclo)	
Indivíduos com habilitação média (6.º ou 9.º ano de escolaridade completo)	
Indivíduos com habilitação elevada (12.º ano de escolaridade completo ou ensino superior)	
Activos empregados não qualificados	
Activos empregados qualificados	
Indivíduos à procura do primeiro emprego	

Desempregados há menos de 1 ano	
Desempregados de Longa Duração (há mais de 1 ano)	
Grupos desfavorecidos (em risco de toxicodependência, minorias étnicas e culturais, sem-abrigo, mulheres em situação vulnerável ao desemprego, beneficiários do rendimento de Inserção Social)	
Indivíduos com habilitação baixa (ensino primário incompleto ou ensino primário completo, antigo 4.º ano ou 1.º ciclo)	
Indivíduos com habilitação média (6.º ou 9.º ano de escolaridade completo)	
Outros. Quais?	

21 Quais os motivos e necessidades/problemáticas-tipo que influenciaram a criação do Projecto aprovado?

	Sem influência	Influência relativa	Influência total
Baixos níveis de qualificação escolar da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Baixos níveis de qualificação profissional da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades de (re)inserção profissional da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Insuficiente oferta de formação profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dar resposta à necessidade de criar percursos de formação flexíveis e ajustados às necessidades do público-alvo (formandos e entidades empregadoras)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dar resposta a desajustamento entre a qualificação dos trabalhadores e as mudanças das empresas e do mercado (novos processos de trabalho, problemas económicos locais/regionais motivados por encerramento de empresas,...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dar resposta a sectores de actividade e regiões/territórios em profunda reestruturação produtiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Necessidade de formar recursos humanos em áreas inovadoras (tecnologia, novos serviços e produtos implementados pelas empresas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoiar percursos de mobilidade dos indivíduos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fraca participação da população activa em processos de aprendizagem ao longo da vida que conduzem à obtenção de habilitações formais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Necessidades (socio-culturais e económicas) específicas da população com que a entidade se relaciona	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Solicitações de empresas/ agentes da sociedade civil (IPSS, Associações de Desenvolvimento Local...)/ outras entidades locais (autarquias...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22 Identifica algum tipo de riscos potenciais relevantes para o não cumprimento dos resultados esperados do projecto?

	Constrangimento não verificado	Constrangimento relativo	Constrangimento forte
Desadequação das práticas pedagógicas (métodos pedagógicos utilizados, articulação entre conteúdos teóricos e práticos, actividades de apoio aos formandos, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desadequação das qualificações de partida dos beneficiários face aos objectivos do Projecto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fraca procura de formação profissional, por parte dos indivíduos			
Fraca procura de formação profissional, por parte do tecido empregador			
Inexistência/Falta de qualidade dos serviços de orientação escolar e profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inexistência/Desadequação de mecanismos de acompanhamento dos beneficiários durante a formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fraca qualidade dos equipamentos e recursos disponíveis (espaços físicos, condições de acesso à internet, equipamento informático, manuais, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escassez de recursos humanos técnicos em áreas de formação específicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desadequada qualificação dos agentes educativos/formadores/outros técnicos de apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escassez de recursos financeiros disponíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Não concretização de parcerias previstas/fraca articulação com entidades parceiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desajustamentos entre os conteúdos da formação e as necessidades do mercado de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro(s). Quais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22.1. Face às situações assinaladas, apresente a sua posição crítica:

22.2. As situações assinaladas motivaram alterações do projecto face à versão aprovada?

Sim _____

Não _____

Se SIM, indique sucintamente as principais alterações entretanto observadas:

23 A entidade tem outros projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento (financiados por Programas do QREN) que apresentem complementaridades/sinergias com este Projecto?

Sim Não

24 Se respondeu Sim, identifique as tipologias em que se enquadram esses projectos e avalie o nível de articulação verificado por favor, refira apenas até 3 projectos, cuja complementaridade seja mais relevante):

Projectos apoiados pelo POPH. Quais? (indique, por favor, a designação e tipologia)	Nível de articulação concretizado			
	Nulo	Reduzido	Médio	Elevado
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projectos financiados por outros programas (p.e., PO COMPETE)				
Quais? (indique, por favor, a designação e tipologia)				
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

25 Nos projectos pontuados com um nível de articulação concretizada como "médio" ou "elevado", em que consiste essa articulação?

26 Na sua opinião, qual o contributo efectivo do Projecto para os seguintes factores: (responda a todas as alíneas)

	Sem contributo	Pouco contributo	Contributo elevado
Elevar os níveis de qualificação escolar dos beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elevar os níveis de qualificação profissional dos beneficiários			
Promover a conclusão do 9.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a conclusão do 12.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquirir conhecimentos específicos de uma profissão (técnicos, sobre equipamentos ou métodos de trabalho)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Aprofundar e actualizar conhecimentos específicos de uma profissão já adquiridos (técnicos, sobre equipamentos ou métodos de trabalho)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquirir conhecimentos transversais, ou seja, que podem ser aplicados em várias profissões (informática, línguas estrangeiras, língua materna, matemática, ciências e tecnologias, gestão de informação, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver capacidades pessoais e sociais (autonomia, responsabilidade, espírito de iniciativa, espírito empresarial, flexibilidade, aprender continuamente, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver capacidades relacionais (trabalhar em equipa, coordenar pessoas, demonstrar atitudes e comportamentos positivos, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar o desempenho profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Favorecer as condições de empregabilidade dos beneficiários (aquisição de qualificações e competências valorizadas pelo mercado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar as oportunidades de (re)inserção profissional dos beneficiários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alterar a situação profissional dos beneficiários (Mudança de profissão, Mudança de funções, Mudança de categoria profissional, Mudança da situação contratual)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover novas qualificações e/ou novas especializações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitir obter uma qualificação profissional correspondentes a saídas profissionais concretas através do acesso a módulos de formação de curta duração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitir atrair os activos empregados para formação, através do acesso a modalidades de formação mais flexíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o prosseguimento de estudos dos beneficiários (pós-secundário e superior)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a frequência de outras acções de formação profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27 Em que medida o Projecto aprovado motivou efeitos na criação de emprego?

- Empregos directos criados na fase de concretização do projecto (respeita aos recursos humanos afectos à gestão e implementação do Projecto, que não existiam antes na Entidade) _____
- Empregos directos criados após o projecto estar concretizado (respeita aos recursos humanos afectos à gestão e implementação do Projecto que se mantiveram/que se estimam manter após a sua conclusão e que não existiam antes na Entidade) _____

4. Resultados do Inquérito

Qualificação Inicial

Quadro QI 1. Experiência na promoção e/ou na execução de Projectos de Formação

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Sim, em termos de formação co-financiada pelo FSE	127	59,3	109	63,4
Sim, em termos de formação não financiada pelo FSE	5	2,3	5	2,9
Sim, em ambos os casos	79	36,9	54	31,4
Não	3	1,4	4	2,3
Total	214	100,0	172	100,0

Quadro QI 2. A Entidade teria realizado o Projecto caso não tivesse sido co-financiado

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Sim	Nº	20,3	40	23,3
Apenas uma parte	40	18,9	45	26,2
Não	129	60,8	87	50,6
Total	212	100,0	172	100,0

Quadro QI 3. Adaptação às condições impostas pela legislação do Fundo Social Europeu

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Não encontrou quaisquer dificuldades	47	22,3	34	19,8
Encontrou dificuldades pontuais	147	69,7	128	74,4
Encontrou fortes dificuldades	17	8,1	10	5,8
Total	211	100,0	172	100,0

Quadro QI 4. Adaptação às condições impostas pelo aviso de abertura de candidaturas

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Não encontrou quaisquer dificuldades	72	34,6	62	36,5
Encontrou dificuldades pontuais	129	62,0	101	59,4
Encontrou fortes dificuldades	7	3,4	7	4,1
Total	208	100,0	170	100,0

Quadro QI 5. Crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008 produziu algum tipo de efeitos no ritmo de execução do projecto

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Não produziu qualquer tipo de alterações	189	90,4	156	94,0
Acelerou o arranque do Projecto	2	1,0	0	0,0
Retardou o arranque do Projecto	18	8,6	10	6,0

Total	209	100,0	166	100,0
-------	-----	-------	-----	-------

Quadro QI 6. Crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008 motivou a apresentação de candidaturas de projectos não previstos inicialmente

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Sim	17	8,0	9	5,2
Não	195	92,0	164	94,8
Total	212	100,0	173	100,0

Quadro QI 7. Grau de influência dos seguintes factores na definição da oferta formativa da Entidade

	CEF								SA/CP							
	Não utilizou		Utilizou alguns elementos		Foi decisivo		Total		Não utilizou		Utilizou alguns elementos		Foi decisivo		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Orientações estratégicas emanadas da Política Europeia na área da Aprendizagem ao Longo da Vida	70	33,7	104	50,0	34	16,3	208	100,0	54	32,3	97	58,1	16	9,6	167	100,0
Orientações estratégicas de entidades-tutela (p.e., Ministério da Educação/ANQ)	18	8,5	84	39,4	111	52,1	213	100,0	8	4,7	73	42,7	90	52,6	171	100,0
Orientações de Estudos de Perfis Profissionais/Necessidades de Formação Regionais ou Sectoriais	16	7,5	95	44,6	102	47,9	213	100,0	6	3,5	77	45,0	88	51,5	171	100,0
Contacto directo com os empregadores locais/regionais (Associações empresariais, empresas, autarquias,...)	6	2,8	101	47,2	107	50,0	214	100,0	3	1,7	80	46,5	89	51,7	172	100,0
Perfil da oferta existente noutras entidades formadoras	42	19,7	114	53,5	57	26,8	213	100,0	19	11,1	98	57,3	54	31,6	171	100,0
Inquérito ao público-alvo sobre áreas/cursos de interesse	18	8,5	104	49,1	90	42,5	212	100,0	31	18,1	71	41,5	69	40,4	171	100,0
Adequação à estrutura de Recursos Humanos e Físicos existente na Entidade	3	1,4	80	37,6	130	61,0	213	100,0	4	2,3	66	38,2	103	59,5	173	100,0
Percepção dos resultados/efeitos da formação	9	4,3	95	45,2	106	50,5	210	100,0	10	5,7	83	47,7	81	46,6	174	100,0
Monitorização da qualidade da formação (p.e. recolha e análise de indicadores, inquérito a ex-formandos,...)	53	25,1	110	52,1	48	22,7	211	100,0	37	22,0	92	54,8	39	23,2	168	100,0

Outras. Quais?	18	52,9	9	26,5	7	20,6	34	100,0	22	73,3	3	10,0	5	16,7	30	100,0
----------------	----	------	---	------	---	------	----	-------	----	------	---	------	---	------	----	-------

Quadro QI 8. Jovens com particulares fragilidades de inclusão social abrangidos pelo projecto

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Jovens que abandonaram o sistema de educação sem completar o ensino básico (9.º ano de escolaridade)	129	60,0	28	16,1
Jovens que abandonaram o sistema de educação sem completar o ensino secundário (12.º ano de escolaridade)	19	8,8	105	60,3
Grupos desfavorecidos (em risco de toxicodependência, minorias étnicas e culturais, beneficiários do rendimento de Inserção Social,...)	72	33,5	45	25,9
Outros. Quais?	36	16,7	19	10,9

Quadro QI 9. Áreas de formação mais relevantes em termos da oferta de formação da Entidade

Área de formação	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Agricultura Caça e Silvicultura	12	5,6	6	3,4
Indústrias Alimentares e das Bebidas	8	3,7	9	5,2
Fabrico de Têxteis e Produtos Têxteis	1	0,5	2	1,1
Construção de Material de Transporte	4	1,9	0	
Indústrias Transformadoras Diversas	15	7,0	20	11,5
Extracção de Produtos Energéticos	0	0,0	3	1,7
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2	0,9	1	0,6
Correios e Telecomunicações	1	0,5	5	2,9
Transportes	1	0,5	2	1,1
Construção	13	6,0	4	2,3
Comércio por Grosso e a Retalho	28	13,0	16	9,2
Hotelaria e Restauração	63	29,3	44	25,3
Actividades Financeiras	7	3,3	30	17,2
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	6	2,8	13	7,5
Educação	17	7,9	16	9,2
Actividades de Saúde Humana	2	0,9	4	2,3
Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	21	9,8	60	34,5
Actividades associadas ao Ambiente	10	4,7	14	8,0

Artes	9	4,2	26	14,9
Outra	98	45,6	81	46,6

Quadro QI 10. Motivos e necessidades/problemáticas-tipo que influenciaram a criação do Projecto

	CEF								SA/CP							
	Sem influência		Influência relativa		Influência total		Total		Sem influência		Influência relativa		Influência total		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Taxas de insucesso/abandono escolar ao nível do 9.º ano de escolaridade elevadas	21	10,0	76	36,4	112	53,6	209	100,0	71	47,7	57	38,3	21	14,1	149	100,0
Taxas de insucesso/abandono escolar ao nível do 12.º ano de escolaridade elevadas	111	74,5	25	16,8	13	8,7	149	100,0	38	23,3	91	55,8	34	20,9	163	100,0
Baixos níveis de habilitação escolar dos jovens	17	8,3	62	30,1	127	61,7	206	100,0	18	10,6	89	52,4	63	37,1	170	100,0
Baixos níveis de qualificação profissional dos jovens	19	9,4	67	33,2	116	57,4	202	100,0	5	3,0	65	38,7	98	58,3	168	100,0
Dificuldades de inserção profissional dos jovens	19	9,4	87	42,9	97	47,8	203	100,0	14	8,3	74	44,0	80	47,6	168	100,0
Insuficiente diversificação das ofertas de qualificação inicial (modalidades e áreas de formação)	27	13,4	109	54,0	66	32,7	202	100,0	9	5,5	85	51,5	71	43,0	165	100,0
Desajustamento entre as expectativas e motivações dos alunos e os conteúdos das ofertas de qualificação inicial (modalidades e áreas de formação)	27	13,2	93	45,6	84	41,2	204	100,0	16	9,8	97	59,5	50	30,7	163	100,0
Responder às necessidades do sistema produtivo local/regional/nacional	10	4,9	106	51,5	90	43,7	206	100,0	5	2,9	71	41,3	96	55,8	172	100,0
Solicitações de cooperação com empresas/ agentes da sociedade civil (IPSS, Associações de Desenvolvimento Local)/outras entidades locais (autarquias...)	53	26,4	117	58,2	31	15,4	201	100,0	28	16,9	87	52,4	51	30,7	166	100,0
Necessidades específicas socio-culturais e económicas da população com que a entidade se relaciona	29	13,9	100	48,1	79	38,0	208	100,0	14	8,3	91	53,8	64	37,9	169	100,0
Outras problemáticas regionais específicas. Quais?	20	55,6	5	13,9	11	30,6	36	100,0	14	60,9	3	13,0	6	26,1	23	100,0

Quadro QI 11. Riscos/constrangimentos potenciais relevantes para o não cumprimento dos resultados esperados do Projecto

	CEF										SA/CP									
	Não verificado		Relativo		Forte		Total		Média	Não verificado		Relativo		Forte		Total		Média		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Desadequação das práticas pedagógicas (métodos pedagógicos utilizados, articulação entre conteúdos teóricos e práticos, actividades de apoio aos formandos, ...)	21	10,0	76	36,4	112	53,6	209	100,0	1,30	71	47,7	57	38,3	21	14,1	149	100,0	1,31		
Desadequação das qualificações de partida dos beneficiários face aos objectivos do Projecto	111	74,5	25	16,8	13	8,7	149	100,0	1,48	38	23,3	91	55,8	34	20,9	163	100,0	1,57		
Fraca procura por parte do público-alvo para a oferta disponibilizada	17	8,3	62	30,1	127	61,7	206	100,0	1,47	18	10,6	89	52,4	63	37,1	170	100,0	1,58		
Inexistência/Falta de qualidade dos serviços de orientação escolar e profissional	19	9,4	67	33,2	116	57,4	202	100,0	1,24	5	3,0	65	38,7	98	58,3	168	100,0	1,35		
Inexistência/Desadequação de mecanismos de acompanhamento dos beneficiários durante a formação	19	9,4	87	42,9	97	47,8	203	100,0	1,11	14	8,3	74	44,0	80	47,6	168	100,0	1,14		
Fraca qualidade dos equipamentos e recursos disponíveis (espaços físicos, condições de acesso à internet, equipamento informático, manuais, ...)	27	13,4	109	54,0	66	32,7	202	100,0	1,31	9	5,5	85	51,5	71	43,0	165	100,0	1,40		
Escassez de recursos humanos técnicos em áreas de formação específicas	27	13,2	93	45,6	84	41,2	204	100,0	1,31	16	9,8	97	59,5	50	30,7	163	100,0	1,35		
Desadequada qualificação dos agentes educativos/formadores/outros técnicos de apoio	10	4,9	106	51,5	90	43,7	206	100,0	1,17	5	2,9	71	41,3	96	55,8	172	100,0	1,12		
Escassez de recursos financeiros disponíveis	53	26,4	117	58,2	31	15,4	201	100,0	1,64	28	16,9	87	52,4	51	30,7	166	100,0	1,63		
Não concretização de parcerias previstas/fraca articulação com entidades parceiras	29	13,9	100	48,1	79	38,0	208	100,0	1,26	14	8,3	91	53,8	64	37,9	169	100,0	1,20		
Desajustamentos entre os conteúdos da formação e as necessidades do mercado de trabalho	20	55,6	5	13,9	11	30,6	36	100,0	1,38	14	60,9	3	13,0	6	26,1	23	100,0	1,39		
Fraca receptividade das empresas/agentes da sociedade civil para o acolhimento de jovens em estágios/falta de ofertas de emprego, ...	117	56,0	78	37,3	14	6,7	209	100,0	1,51	106	65,0	47	28,8	10	6,1	163	100,0	1,41		

Quadro QI 12. As situações assinaladas motivaram alterações ao Projecto face à versão aprovada

	CEF		SA/CP	
	N	%	N	%
Sim	14	6,7	17	10,4
Não	195	93,3	146	89,6
Total	209	100,0	163	100,0

Quadro QI 13. A entidade tem outros projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento (enquadrados pelo QREN) que apresentem complementaridades/sinergias com este Projecto

	CEF		SA/CP	
	Nº	%	Nº	%
Sim	64	29,9	66	38,2
Não	150	70,1	107	61,8
Total	214	100,0	173	100,0

Quadro QI 14. Aproximação a resultados e efeitos

	CEF											SA/CP										
	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Elevar os níveis de habilitação escolar dos beneficiários	5	2,3	0	0,0	35	16,3	175	81,4	215	100,0	3,77	1	0,6	0	0,0	23	13,5	146	85,9	170	100,0	3,85
Elevar os níveis de qualificação profissional dos beneficiários	2	0,9	3	1,4	55	25,6	155	72,1	215	100,0	3,69	2	1,2	0	0,0	26	15,5	140	83,3	168	100,0	3,81
Promover a conclusão do 9.º ano de escolaridade	8	3,8			12	5,6	193	90,6	213	100,0	3,83	84	62,7	3	2,2	11	8,2	36	26,9	134	100,0	1,99
Promover a conclusão do 12.º ano de escolaridade	82	49,1	14	8,4	35	21,0	36	21,6	167	100,0	2,15	4	2,4	1	0,6	24	14,2	140	82,8	169	100,0	3,78
Atrair jovens em risco de insucesso e de abandono escolar para a formação	5	2,3	2	0,9	36	16,7	172	80,0	215	100,0	3,74	3	1,8	6	3,6	60	35,7	99	58,9	168	100,0	3,52
Adquirir conhecimentos específicos de uma profissão (técnicos, sobre equipamentos ou métodos de trabalho)	2	0,9	2	0,9	63	29,6	146	68,5	213	100,0	3,66	1	0,6	1	0,6	32	19,0	134	79,8	168	100,0	3,78
Adquirir conhecimentos transversais, ou seja, que podem ser aplicados em várias profissões (informática, línguas estrangeiras, língua materna, matemática, ciências e tecnologias, gestão de informação, ...)	1	0,5	17	8,0	104	49,1	90	42,5	212	100,0	3,33	0	0,0	5	3,0	86	51,2	77	45,8	168	100,0	3,43
Desenvolver capacidades pessoais e sociais (autonomia, responsabilidade, espírito de iniciativa, espírito empresarial, flexibilidade, aprender	2	0,9	4	1,9	76	35,5	132	61,7	214	100,0	3,58	0	0,0	6	3,6	56	33,3	106	63,1	168	100,0	3,60

continuamente, ...)																							
---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Quadro QI 14. Aproximação a resultados e efeitos (continuação)

	CEF											SA/CP										
	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Desenvolver capacidades relacionais (trabalhar em equipa, coordenar pessoas, demonstrar atitudes e comportamentos positivos, ...)	2	0,9	11	5,2	74	34,7	126	59,2	213	100,0	3,52	0	0,0	4	2,4	68	40,5	96	57,1	168	100,0	3,55
Favorecer as condições de empregabilidade dos beneficiários (aquisição de qualificações e competências valorizadas pelo mercado)	1	0,5	16	7,5	78	36,4	119	55,6	214	100,0	3,47	0	0,0	4	2,4	46	27,4	118	70,2	168	100,0	3,68
Facilitar a inserção profissional dos beneficiários	2	0,9	15	7,0	89	41,4	109	50,7	215	100,0	3,42	0	0,0	6	3,5	50	29,4	114	67,1	170	100,0	3,64
Promover o prosseguimento de estudos dos beneficiários	5	2,3	21	9,9	87	40,8	100	46,9	213	100,0	3,32	0	0,0	20	11,8	93	55,0	56	33,1	169	100,0	3,21

Promover a frequência de outras acções de formação profissional	10	4,8	33	15,8	93	44,5	73	34,9	209	100,0	3,10	3	1,8	32	19,3	91	54,8	40	24,1	166	100,0	3,01
Outro. Qual?	11	64,7	0	0,0	1	5,9	5	29,4	17	100,0		6	85,7	0	0,0	0	0,0	1	14,3	7	100,0	

Aprendizagem ao Longo da Vida

Quadro ALV 1. Experiência na promoção e/ou na execução de Projectos de Formação

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Sim, em termos de formação co-financiada pelo FSE	107	40,8	70	25,1
Sim, em termos de formação não financiada pelo FSE	10	3,8	8	2,9
Sim, em ambos os casos	135	51,5	179	64,2
Não	10	3,8	22	7,9
Total	262	100,0	279	100,0

Quadro ALV 2. A Entidade teria realizado o Projecto caso não tivesse sido co-financiado

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Sim	30	11,5	17	6,1
Apenas uma parte	28	10,7	116	41,7
Não	203	77,8	145	52,2
Total	261	100,0	278	100,0

Quadro ALV 3. Adaptação às condições impostas pela legislação do Fundo Social Europeu

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Não encontrou quaisquer dificuldades	105	40,2	113	41,1
Encontrou dificuldades pontuais	151	57,9	153	55,6
Encontrou fortes dificuldades	5	1,9	9	3,3
Total	261	100,0	275	100,0

Quadro ALV 4. Adaptação às condições impostas pelo aviso de abertura de candidaturas

	EFA	FM

	Nº	%	Nº	%
Não encontrou quaisquer dificuldades	131	51,4	139	50,5
Encontrou dificuldades pontuais	119	46,7	129	46,9
Encontrou fortes dificuldades	5	2,0	7	2,5
Total	255	100,0	275	100,0

Quadro ALV 5. A crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008 produziu algum tipo de efeitos no ritmo de execução do projecto

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Não produziu qualquer tipo de alterações	203	78,7	192	70,6
Acelerou o arranque do Projecto	34	13,2	35	12,9
Retardou o arranque do Projecto	21	8,1	45	16,5
Total	258	100,0	272	100,0

Quadro ALV 6. A crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008 motivou a apresentação de candidaturas de projectos não previstos inicialmente

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Sim	62	23,7	52	18,8
Não	200	76,3	224	81,2
Total	262	100,0	276	100,0

Quadro ALV 7. Grau de influência dos seguintes factores na definição da oferta formativa da Entidade

	EFA								FM							
	Não utilizou		Utilizou alguns elementos		Foi decisivo		Total		Não utilizou		Utilizou alguns elementos		Foi decisivo		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Orientações estratégicas emanadas da Política Europeia na área da Aprendizagem ao Longo da Vida	27	10,5	136	52,9	94	36,6	257	100,0	32	12,0	152	57,1	82	30,8	266	100,0
Orientações estratégicas de entidades-tutela (p.e., Ministério da Educação/ANQ)	9	3,5	95	36,7	155	59,8	259	100,0	31	11,5	101	37,4	138	51,1	270	100,0
Orientações de Estudos de Perfis Profissionais/Necessidades de Formação Regionais ou Sectoriais	10	3,9	103	39,9	145	56,2	258	100,0	23	8,4	112	40,9	139	50,7	274	100,0
Contacto directo com os empregadores locais/regionais (Associações empresariais, empresas, autarquias,...)	17	6,6	92	35,8	148	57,6	257	100,0	44	16,2	78	28,7	150	55,1	272	100,0
Perfil da oferta existente noutras entidades formadoras	56	21,7	152	58,9	50	19,4	258	100,0	95	35,3	136	50,6	38	14,1	269	100,0
Inquérito ao público-alvo sobre áreas/cursos de interesse	36	14,0	100	38,9	121	47,1	257	100,0	28	10,3	100	36,9	143	52,8	271	100,0
Adequação à estrutura de Recursos Humanos e Físicos existente na Entidade	20	7,8	111	43,2	126	49,0	257	100,0	20	7,3	105	38,5	148	54,2	273	100,0
Percepção dos resultados/efeitos da formação	9	3,5	111	43,2	137	53,3	257	100,0	8	3,0	115	42,4	148	54,6	271	100,0
Monitorização da qualidade da formação (p.e. recolha e análise de indicadores, inquérito a ex-formandos,...)	41	16,1	109	42,9	104	40,9	254	100,0	26	9,7	117	43,5	126	46,8	269	100,0
Outras. Quais?	17	36,2	7	14,9	23	48,9	47	100,0	15	38,5	9	23,1	15	38,5	39	100,0

Quadro ALV 8. Principais grupos a que se dirige o Projecto

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Indivíduos com habilitação baixa (ensino primário incompleto ou ensino primário completo, antigo 4.º ano ou 1.º ciclo)	56	21,4	113	40,5
Indivíduos com habilitação média (6.º ou 9.º ano de escolaridade completo)	239	91,2	263	94,3
Indivíduos com habilitação elevada (12.º ano de escolaridade completo ou ensino superior)	20	7,6	108	38,7
Activos empregados não qualificados	101	38,5	211	75,6
Activos empregados qualificados	20	7,6	103	36,9
Indivíduos à procura do primeiro emprego	79	30,2	72	25,8
Desempregados há menos de 1 ano	171	65,3	116	41,6
Desempregados de Longa Duração (há mais de 1 ano)	194	74,0	114	40,9
Grupos desfavorecidos	83	31,7	42	15,1
Outros. Quais?	3	1,1	7	2,5

Quadro ALV 9. Áreas de formação mais relevantes em termos da oferta de formação da Entidade

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Agricultura Caça e Silvicultura	18	6,9	19	6,8
Indústrias Alimentares e das Bebidas	6	2,3	27	9,7
Fabrico de Têxteis e Produtos Têxteis	6	2,3	8	2,9
Construção de Material de Transporte	1	0,4	4	1,4
Indústrias Transformadoras Diversas	12	4,6	31	11,1
Extracção de Produtos Energéticos	0	0,0	1	0,4
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	1	0,4	1	0,4
Correios e Telecomunicações	3	1,1	3	1,1
Transportes	1	0,4	2	0,7
Construção	9	3,4	24	8,6
Comércio por Grosso e a Retalho	23	8,8	64	22,9
Hotelaria e Restauração	45	17,2	75	26,9
Actividades Financeiras	8	3,1	30	10,8
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	7	2,7	15	5,4
Educação	42	16,0	32	11,5
Actividades de Saúde Humana	4	1,5	14	5,0
Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	84	32,1	82	29,4
Actividades associadas ao Ambiente	9	3,4	17	6,1
Artes	4	1,5	3	1,1
Outra	80	30,5	91	32,6

Quadro ALV 10. Motivos e necessidades/problemáticas-tipo que influenciaram a criação do Projecto

	EFA								FM							
	Sem influência		Influência relativa		Influência total		Total		Sem influência		Influência relativa		Influência total		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixos níveis de habilitação escolar da população	1	0,4	44	17,0	214	82,6	259	100,0	27	10,1	86	32,2	154	57,7	267	100,0
Baixos níveis de qualificação profissional da população	9	3,5	49	19,1	199	77,4	257	100,0	7	2,5	58	21,0	211	76,4	276	100,0
Dificuldades de (re) inserção profissional dos jovens	16	6,3	76	29,9	162	63,8	254	100,0	57	22,6	103	40,9	92	36,5	252	100,0
Insuficiente oferta de formação profissional	27	10,8	137	54,6	87	34,7	251	100,0	30	11,5	128	49,2	102	39,2	260	100,0
Dar resposta à necessidade de criar percursos de formação flexíveis e ajustados às necessidades do público-alvo (formandos e entidades empregadoras)	23	9,1	100	39,4	131	51,6	254	100,0	6	2,3	71	26,9	187	70,8	264	100,0
Dar resposta a desajustamento entre a qualificação dos trabalhadores e as mudanças das empresas e do mercado (novos processos de trabalho, problemas económicos locais/regionais motivados por encerramento de empresas,...)	31	12,3	120	47,4	102	40,3	253	100,0	25	9,4	99	37,4	141	53,2	265	100,0
Dar resposta a sectores de actividade e regiões/territórios em profunda reestruturação produtiva	75	30,4	105	42,5	67	27,1	247	100,0	85	33,3	114	44,7	56	22,0	255	100,0
Necessidade de formar recursos humanos em áreas inovadoras (tecnologia, novos serviços e produtos implementados pelas empresas)	67	26,9	124	49,8	58	23,3	249	100,0	51	19,8	117	45,3	90	34,9	258	100,0
Apoiar percursos de mobilidade dos indivíduos	63	24,9	138	54,5	52	20,6	253	100,0	85	33,5	117	46,1	52	20,5	254	100,0
Fraca participação da população activa em processos de aprendizagem ao longo da vida que conduzem à obtenção de habilitações formais	26	10,3	108	42,9	118	46,8	252	100,0	20	7,7	123	47,5	116	44,8	259	100,0
Necessidades (socio-culturais e económicas) específicas da população com que a entidade se relaciona	16	6,4	103	41,2	131	52,4	250	100,0	35	13,8	119	46,9	100	39,4	254	100,0
Solicitações de empresas/ agentes da sociedade civil (IPSS, Associações de Desenvolvimento Local...)/ outras entidades locais (autarquias...)	40	16,1	110	44,4	98	39,5	248	100,0	59	22,7	89	34,2	112	43,1	260	100,0
Outra. Qual?	13	52,0	3	12,0	9	36,0	25	100,0	11	42,3	3	11,5	12	46,2	26	100,0

Quadro ALV 11. Tipo de potenciais riscos ou constrangimentos relevantes para o não cumprimento dos resultados esperados do projecto

	EFA										FM								
	Não verificado		Relativo		Forte		Total		Média	Não verificado		Relativo		Forte		Total		Média	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Desadequação das práticas pedagógicas	225	88,2	25	9,8	5	2,0	255	100,0	1,14	236	88,7	26	9,8	4	1,5	266	100,0	1,13	
Desadequação das qualificações de partida dos beneficiários face aos objectivos do Projecto	170	66,4	81	31,6	5	2,0	256	100,0	1,36	174	65,2	84	31,5	9	3,4	267	100,0	1,38	
Fraca procura de formação profissional, por parte dos indivíduos	160	63,5	76	30,2	16	6,3	252	100,0	1,43	157	58,1	86	31,9	27	10,0	270	100,0	1,52	
Fraca procura de formação profissional, por parte do tecido empregador	108	43,7	109	44,1	30	12,1	247	100,0	1,68	138	52,5	90	34,2	35	13,3	263	100,0	1,61	
Inexistência/Falta de qualidade dos serviços de orientação escolar e profissional	183	72,9	57	22,7	11	4,4	251	100,0	1,31	178	67,4	74	28,0	12	4,5	264	100,0	1,37	
Inexistência/Desadequação de mecanismos de acompanhamento dos beneficiários durante a formação	214	86,6	29	11,7	4	1,6	247	100,0	1,15	215	81,7	45	17,1	3	1,1	263	100,0	1,19	
Fraca qualidade dos equipamentos e recursos disponíveis (espaços físicos, condições de acesso à internet, equipamento informático, manuais, ...)	227	90,1	24	9,5	1	0,4	252	100,0	1,10	242	91,7	19	7,2	3	1,1	264	100,0	1,09	
Escassez de recursos humanos técnicos em áreas de formação específicas	211	83,4	39	15,4	3	1,2	253	100,0	1,18	221	83,1	39	14,7	6	2,3	266	100,0	1,19	
Desadequada qualificação dos agentes educativos/formadores/outras técnicas de apoio	236	93,7	15	6,0	1	0,4	252	100,0	1,07	241	91,3	21	8,0	2	0,8	264	100,0	1,09	
Escassez de recursos financeiros disponíveis	124	49,2	96	38,1	32	12,7	252	100,0	1,63	143	53,6	92	34,5	32	12,0	267	100,0	1,58	

Não concretização de parcerias previstas/fraca articulação com entidades parceiras	203	80,6	44	17,5	5	2,0	252	100,0	1,21	201	76,7	55	21,0	6	2,3	262	100,0	1,26
Desajustamentos entre os conteúdos da formação e as necessidades do mercado de trabalho	182	73,1	63	25,3	4	1,6	249	100,0	1,29	174	66,7	76	29,1	11	4,2	261	100,0	1,38

Quadro ALV 12. As situações assinaladas motivaram alterações ao Projecto face à versão aprovada

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Sim	14	5,6	62	23,4
Não	235	94,4	203	76,6
Total	249	100,0	265	100,0

Quadro ALV 13. A entidade tem outros projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento (enquadrados pelo QREN) que apresentem complementaridades/sinergias com este Projecto

	EFA		FM	
	Nº	%	Nº	%
Sim	118	45,9	140	51,3
Não	139	54,1	133	48,7
Total	257	100,0	273	100,0

Quadro ALV 14. Aproximação a resultados e efeitos

	EFA											FM										
	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Elevar os níveis de habilitação escolar dos beneficiários	2	0,8	0	0,0	15	5,7	245	93,5	262	100,0	3,92	26	9,5	31	11,4	98	35,9	118	43,2	273	100,0	3,13
Elevar os níveis de qualificação profissional dos beneficiários	2	0,8	2	0,8	26	10,1	227	88,3	257	100,0	3,86	2	0,7	7	2,5	64	23,3	202	73,5	275	100,0	3,69
Promover a conclusão do 9.º ano de escolaridade	67	27,5	2	0,8	18	7,4	157	64,3	244	100,0	3,09	47	17,5	28	10,4	90	33,6	103	38,4	268	100,0	2,93
Promover a conclusão do 12.º ano de escolaridade	40	16,2	5	2,0	18	7,3	184	74,5	247	100,0	3,40	38	14,2	30	11,2	84	31,3	116	43,3	268	100,0	3,04
Adquirir conhecimentos específicos de uma profissão (técnicos, sobre equipamentos ou métodos de trabalho)	19	7,4	13	5,1	32	12,5	192	75,0	256	100,0	3,55	10	3,7	18	6,6	86	31,6	158	58,1	272	100,0	3,44
Aprofundar e actualizar conhecimentos específicos de uma profissão já adquiridos (técnicos, sobre equipamentos ou métodos de trabalho)	36	14,1	56	22,0	71	27,8	92	36,1	255	100,0	2,86	9	3,3	14	5,1	90	32,8	161	58,8	274	100,0	3,47
Adquirir conhecimentos transversais, ou seja, que podem ser aplicados em várias profissões (informática, línguas estrangeiras, língua materna, matemática, ciências e tecnologias, gestão de informação, ...)	2	0,8	14	5,4	76	29,2	168	64,6	260	100,0	3,58	9	3,3	23	8,4	69	25,3	172	63,0	273	100,0	3,48
Desenvolver capacidades pessoais e sociais (autonomia, responsabilidade, espírito de iniciativa, espírito empresarial, flexibilidade, aprender continuamente, ...)	0	0,0	2	0,8	67	25,7	192	73,6	261	100,0	3,73	2	0,7	31	11,4	98	36,2	140	51,7	271	100,0	3,39
Desenvolver capacidades relacionais (trabalhar em equipa, coordenar pessoas,	0	0,0	4	1,5	74	28,2	184	70,2	262	100,0	3,69	2	0,7	30	11,0	97	35,7	143	52,6	272	100,0	3,40

demonstrar atitudes e comportamentos positivos, ...)																							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Quadro ALV 14. Aproximação a resultados e efeitos (continuação)

	EFA											FM										
	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média	Sem contributo		Contributo fraco		Contributo moderado		Contributo elevado		Total		Média
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Melhorar o desempenho profissional	6	2,3	6	2,3	97	37,5	150	57,9	259	100,0	3,51	0	0,0	5	1,8	74	27,0	195	71,2	274	100,0	3,69
Favorecer as condições de empregabilidade dos beneficiários (aquisição de qualificações e competências valorizadas pelo mercado)	3	1,2	5	1,9	76	29,3	175	67,6	259	100,0	3,63	8	2,9	18	6,6	113	41,2	135	49,3	274	100,0	3,37
Aumentar as oportunidades de (re)inserção profissional dos beneficiários	4	1,5	10	3,8	69	26,5	177	68,1	260	100,0	3,61	19	7,0	33	12,2	116	42,8	103	38,0	271	100,0	3,12
Alterar a situação profissional dos beneficiários (Mudança de profissão, Mudança de funções, Mudança de categoria profissional, Mudança da situação contratual)	17	6,6	30	11,6	105	40,5	107	41,3	259	100,0	3,17	17	6,3	69	25,7	119	44,2	64	23,8	269	100,0	2,86
Promover novas qualificações e/ou novas especializações	8	3,1	13	5,1	80	31,1	156	60,7	257	100,0	3,49	4	1,5	46	17,0	122	45,0	99	36,5	271	100,0	3,17
Permitir obter uma qualificação profissional correspondente a saídas profissionais concretas através do acesso a módulos de formação de curta duração	65	26,0	25	10,0	64	25,6	96	38,4	250	100,0	2,76	22	8,1	41	15,1	97	35,8	111	41,0	271	100,0	3,10
Permitir atrair os activos empregados para formação, através do acesso a modalidades de formação mais flexíveis	78	31,0	36	14,3	83	32,9	55	21,8	252	100,0	2,46	8	3,0	31	11,5	84	31,1	147	54,4	270	100,0	3,37

Promover o prosseguimento de estudos dos beneficiários	4	1,5	27	10,4	104	40,0	125	48,1	260	100,0	3,35	20	7,4	42	15,6	107	39,6	101	37,4	270	100,0	3,07
Promover a frequência de outras acções de formação profissional	17	6,7	34	13,4	94	37,0	109	42,9	254	100,0	3,16	3	1,1	21	7,7	104	38,4	143	52,8	271	100,0	3,43

ANEXO Nº 5 - PAINEL DE DISCUSSÃO “SISTEMAS DE INCENTIVOS”

AVALIAÇÃO GLOBAL DO QREN

PAINEL DE DISCUSSÃO “SISTEMAS DE INCENTIVOS” (15 de Abril de 2010)

1. O PAINEL E O OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A Agenda Operacional da Competitividade (AOC) veicula um contributo potencial assinalável para a concretização da dimensão estratégica do QREN associada a objectivos de mudança estrutural da economia portuguesa e do seu perfil de especialização, promoção da produção de bens transaccionáveis e reforço da capacidade de exportação. Ora, a avaliação do grau de concretização dessa vertente da dimensão estratégica constitui uma preocupação central do estudo de avaliação global em que este painel se insere. Considera-se ainda que a componente dos regimes de sistemas de incentivos (I&DT, Inovação e Qualificação PME) constitui uma componente relevante da AOC, tendo em conta a massa de empresas potencialmente envolvida, a diversidade de dimensões empresariais e os padrões de investimento que se pretende estimular.

Dada a diversidade de actores institucionais representados no painel e considerando a relevância do seu papel decisório em toda a tramitação do processo de atribuição de co-financiamentos às empresas, o apuramento da sensibilidade dos participantes quanto à questão de avaliação acima formulada representa um contributo central para o processo de avaliação.

Resumindo, o painel foi confrontado com a seguinte questão: qual o contributo esperado dos regimes de incentivos para a concretização da dimensão estratégica da programação QREN atribuída à AOC?

A resposta a esta questão foi construída através do desdobramento em duas questões parcelares que ocuparam as duas partes em que o painel foi organizado:

- Na primeira sub-questão confrontou-se o painel com a adequação e pertinência do modelo de governação dos sistemas de incentivos para concretizar a referida dimensão estratégica, designadamente do modelo de articulação praticado entre o PO Temático Factores de Competitividade (POFC), os diferentes organismos intermédios (ADI, AICEP, IAPMEI e TURISMO DE PORTUGAL) e os PO Regionais do continente;
- Na segunda sub-questão solicitou-se ao painel um juízo sobre a qualidade esperada dos projectos aprovados, pressupondo níveis elevados de correspondência entre características de aprovação e de execução de projectos: que padrão de investimento empresarial pode ser antecipado se as condições de aprovação vierem a concretizar-se plenamente? que impacto penalizador na selectividade de projectos poderão os mecanismos de flexibilização e simplificação associados à política de combate à crise ter produzido?

A questão do modelo regulamentar (três regulamentos no quadro de uma panóplia de setenta regulamentos para todo o QREN) esteve implícita na discussão mas não foi objecto de questão autónoma. Entendeu-se que estando a iniciar-se uma avaliação específica dos sistemas de incentivos e em finalização uma avaliação sobre a base regulamentar do QREN não seria de consumir tempo de reflexão do painel com esta matéria.

2. PARTICIPAÇÕES NO PAINEL

Todas as entidades previamente convidadas para participar no painel fizeram-se representar, algumas com mais de um elemento, proporcionando condições máximas de representatividade de estatutos e sensibilidades:

- POFC (Presidente Dr. Nelson de Sousa e membro de Secretariado Técnico Dr. Jorge Abegão);
- ADI (Presidente Eng^o Lino Fernandes e Administrador Eng^o Paulo Cunha e um elemento do Secretariado Técnico);
- AICEP (Administrador Dr. Luís Florindo);
- IAPMEI (Administrador Professor Doutor Miguel Cruz, Eng^o Pedro Cilínio - Director da Direcção de Gestão de Incentivos e Créditos e Eng.^a Filomena Egreja, Directora da Direcção de Promoção da Inovação);
- TURISMO DE PORTUGAL (Administradora Dra. Maria José Catarino e Dr. Carlos Abade)
- POR Norte (Presidente Dr. Carlos Lage, Professor Doutor Mário Rui Silva – vogal executivo e Dra. Lurdes Pinho, Secretária Técnica);
- POR Centro (Presidente Professor Doutor Alfredo Marques, Dra. Ana Abrunhosa – vogal executiva, Dr. Carlos Ferreira – Secretário Técnico e Dr. Luís Martins);
- POR Lisboa (Vogal da Comissão Executiva Dra. Luísa do Vale e membro do Secretariado Técnico Dr. Diogo Martins);
- POR Alentejo (membro do Secretariado Técnico Dr. Manuel Costa e Silva);
- POR Algarve (Presidente Dr. João Faria e vogal Dr. Mendonça Pinto).

3. DESENVOLVIMENTOS

Uma ideia transversal

O lançamento da discussão foi precedido pela apresentação de uma ideia inicial considerada transversal a toda a discussão proposta pela representação do POR Norte (Professor Doutor Mário Rui Silva). O rumo da programação evidencia uma clara alteração das condições de caracterização do modelo de competitividade da economia portuguesa e a emergência de condições positivas para a supressão dos seus principais bloqueios. O grau de utilização já evidenciado pelo SI I&DT em comparação com os números atingidos pelo QCA III é bem demonstrador da alteração de paradigma, preenchendo uma lacuna do modelo de competitividade português, generalizadamente apontado como uma insuficiência estrutural. A evolução das despesas brutas de I&D empresarial que acompanha estruturalmente a dinâmica do SI I&DT prolonga dinâmicas com emergência embrionária no início da década, tira partido de medidas de políticas de períodos de programação anteriores e resulta da chegada à I&D de dois tipos de empresas – as empresas de base tecnológica com ADN de I&D – inovação e as grandes empresas, embora estas últimas com níveis de qualidade de despesa mais interrogado (ADi).

Em paralelo com os resultados do SI I&DT, a programação evidencia ainda a recuperação de uma aposta já iniciada em períodos de programação anteriores (designadamente o PEDIP II), mas posteriormente interrompida por incoerência de opções de políticas públicas. Essa aposta consiste na formulação de orientações de carácter horizontal (estratégias de eficiência colectiva – pólos de competitividade e clusters)

que introduzem nos apoios às empresas novas orientações, também elas convergentes com a emergência de um novo modelo de competitividade.

Confrontado com estas duas perspectivas de matriz transversal, o painel reconheceu-as como marcantes da evolução entretanto observada e também responsáveis pelos aspectos mais conseguidos de inovação da programação do QREN.

Sobre o modelo de governação

A esmagadora maioria dos participantes optou nesta discussão por desenvolver uma análise crítica do tipo “in the box”, isto é, sem questionar de início a bondade do modelo adoptado, reivindicando uma ruptura na concepção do mesmo. O argumento principal estará no reconhecimento da inoperacionalidade de uma alteração radical a meio do percurso da programação, com custos de transacção potencialmente elevados e reflexos possíveis no diferimento dos apoios a prestar. Outra razão possível poderá situar-se na opção por um modelo de não confronto de posições em modelo de painel aberto, respeitando de certo modo a dominância da estrutura técnica e de decisão do COMPETE. Algumas intervenções em “off” produzidas no intervalo da discussão poderiam ser aduzidas como favoráveis a esta tese, circunstância que poderá exigir a realização de algumas entrevistas individuais a algumas das entidades representadas nesta discussão.

O modelo de governação seguido na gestão dos SI tem de ser compreendido à luz do modo como a AOC foi concebida, com programação distribuída pelos diferentes POR e pelo POFC. O processo de articulação e coerência da concretização da agenda não estava inicialmente definido e deve ter-se ainda em conta que, nas restantes áreas da agenda além dos SI, não existe nenhuma prática formalizada de coordenação de intervenções. A equipa de avaliação corrobora que não existe nenhum centro de racionalidade para esta coordenação com actuação observável e que as diferentes entidades representadas no painel não possuem qualquer conhecimento sistemático sobre as opções assumidas pelos diferentes PO em matéria, por exemplo, de infra-estruturas de base tecnológica ou de parques de ciência e tecnologia.

O modelo de coordenação ensaiado para os SI constitui assim um caso único de coordenação no âmbito da AOC e por essa simples razão requer alguma atenção. O modelo assumido de uma rede de cooperação sem formalismos exagerados entre as estruturas de decisão e técnicas orienta-se claramente segundo uma perspectiva de transferência de conhecimento e de auscultação recíproca em matéria de gestão de política de incentivos (“não estamos sempre de acordo, mas a cooperação funciona no sentido de uma transversalização do conhecimento entre as diferentes entidades, permitindo a cada Região introduzir ajustamentos no processo de aprovação e na sensibilização da procura”, POFC – Dr. Nelson de Sousa).

O Painel foi ainda confrontado com a questão de saber se o modelo de governação praticado permite a cada autoridade de gestão uma perspectiva de conforto em matéria de concretização da dimensão estratégica do QREN a veicular pelos SI. A causalidade implícita nesta questão é complexa e não será fácil estabelecer relações de causa e efeito entre a sua adopção e a concretização dos resultados estratégicos (POFC).

Foram entretanto assinaladas evidências de que o modelo em prática tem permitido sinalizar no interior da rede algumas questões consideradas vitais para a concretização da referida dimensão estratégica:

- Crescente atenção à qualidade da despesa em I&D no âmbito de uma procura bastante fluida ao SI I&DT;
- Dificuldades de diferenciação no sector das TICE entre I&D e actividade normal;
- Preocupação pelo ciclo em baixa do investimento privado, com diferenciações regionais muito importantes em termos de resposta da procura aos incentivos e fortes necessidades de estímulo da procura em alguns casos (Algarve, essencialmente);

- Preocupação ainda pelo acomodamento das EEC por parte dos SI, tendo em vista o não defraudar de expectativas de empresas associadas aos projectos de clusters e pólos de competitividade; a problemática dos projectos complementares em cada pólo ou cluster aos projectos âncora suscita algumas reservas de acomodação das condições de elegibilidade, problemas majorados em alguns casos de PROVERE (Turismo de Portugal, I.P.);
- Relevância da dimensão temporal reconhecida como necessária para a produção de efeitos de mudança estrutural nem sempre compatível com as opções políticas e de mediatização dos ritmos de execução e de utilização de fundos;
- Reconhecimento das dificuldades resultantes de indivisibilidades orçamentais entre POR, com emergência de situações de projectos elegíveis e melhor pontuados que não são seleccionados em certas regiões (com menor dotação orçamental) em confronto com projectos de pior qualidade seleccionados noutras (com maior dotação).

Face a esta capacidade de sinalizar aspectos críticos para a concretização da dimensão estratégica inicialmente atribuída aos SI, o painel foi confrontado com a questão da elasticidade /flexibilidade do modelo de governação para acomodar as diferenciações regionais. Foi possível recolher a evidência de que a rede representada no painel elege essa questão como prioritária dos próximos desenvolvimentos que a programação tenderá a assumir. Existe a convicção de que a dinâmica de aceleração do ritmo de aprovações e a utilização de componentes dos SI para abordagem aos efeitos penalizadores da crise não permitiu potenciar toda a flexibilidade que o modelo permitia prosseguir. A posição assumida pelo POR Lisboa, centralizando as suas opções no SI I&DT por escassez de fundos disponíveis foi apontada como caso praticamente único de utilização parcial desse potencial de flexibilidade diferenciadora das situações regionais.

Uma questão muito interessante suscitada pelo POR Algarve (Presidente Dr. João Faria) prende-se com a questão da dificuldade de prosseguir orientações de política industrial de âmbito nacional através de um modelo de programação que diferencia estatutos de acesso a Fundos Estruturais (“a dimensão nacional não existe em Bruxelas”, Dr. João Faria). A ausência de fundos nacionais para além dos necessários à gestão da contrapartida nacional susceptíveis de ser orientados para a promoção de aspectos transversais da mudança estrutural desejada para o perfil de especialização compromete alguns dos aspectos vitais da dimensão estratégica atribuída aos SI.

A necessidade de acomodar no modelo de programação em curso as diferenciações regionais de modelo produtivo e de procura de apoios constitui um desafio de grande alcance estratégico.

De acordo com a avaliação realizada pela equipa técnica das evidências observadas no painel é claríssima a oposição “Norte e Centro versus Lisboa, Alentejo e Algarve”.

A posição diferenciada dos primeiros (Norte e Centro) baseia-se nos seguintes elementos:

- Dotação financeira mais elevada;
- Procura potencial instalada mais significativa em termos de base empresarial e de instituições de suporte de serviços às empresas;
- Maior riqueza da interacção potenciada pela programação entre as duas vertentes da AOC: SI versus intervenções no domínio das infra-estruturas de base tecnológica e da ciência e tecnologia

A posição das restantes regiões é matizada:

- A exiguidade de meios financeiros do POR Lisboa limita seriamente não só a acção dos SI mas também a das restantes componentes da agenda, suscitando por exemplo a necessidade de acompanhar a participação da Região noutros contextos de financiamento, por exemplo, o 7ª Programa Quadro da Comissão Europeia;
- O Alentejo e o Algarve apresentam problemas de indução de procura (empresas e instituições de suporte), suscitando dificuldades em matéria de aplicação das mesmas bases regulamentares de selectividade;
- Dificuldades de aplicação do conceito de investimento de inovação, com relevância para o caso do Algarve onde qualquer projecto que contrarie os efeitos de “*crowding-out*” da emergência de novas actividades introduzidos pelo modelo de ocupação turística e de valorização associada do solo deveria ser considerado inovador para a estrutura produtiva instalada.

Face a esta diferenciação óbvia em matéria de concretização da dimensão estratégica da AOC, confrontou-se o painel com a avaliação da capacidade das autoridades de gestão de cada POR de gerir a proactividade necessária para aproximar os níveis de aprovação e execução da qualidade estratégica ambicionada de projectos.

A discussão realizada introduziu alguns matizes de grande interesse para a avaliação do modelo de governação dos SI. Num plano estritamente formal e regulamentar, foram levantadas algumas dúvidas sobre as margens de liberdade oferecidas pelos regulamentos de base quanto à capacidade de negociação que as autoridades de gestão dos POR possuam para captar investimento relevante através dos SI. Outras intervenções vincaram que há poder de intervenção para além dos regulamentos e que a negociação é possível como arma de captação de investimento sem prejuízo do respeito pela base regulamentar.

A avaliação conclui que o que está aqui em jogo é a proactividade das autoridades de gestão para concretizar a dimensão estratégica dos seus PO, a qual tende a ser em regra interpretada de modo não homogéneo pelas diferentes Comissões Directivas. A distinção entre regime contratual e não contratual de atribuição de incentivos influencia também esta questão.

De qualquer modo, o estabelecimento de prioridades regionais à cabeça, pelo menos para os SI Inovação e SI I&DT, parece constituir uma opção de alcance estratégico para que o actual modelo de governação possa acomodar as diferentes dimensões estratégicas regionais. Já quanto ao SI Internacionalização a relevância de opções nacionais é manifesta (Professor Doutor Miguel Cruz, Administração IAPMEI), sobretudo devido à progressiva relevância do critério “balança de pagamentos”. Do mesmo modo, a progressiva atenção a conceder à componente dos serviços, integrando-os numa lógica de política industrial, deve ser integrada nestas preocupações, atendendo sobretudo ao seu potencial de crescimento e à sua menor necessidade de investimentos corpóreos.

Sobre a qualidade dos projectos apoiados e dos efeitos esperados em termos de mudança de perfil de especialização

A dimensão estratégica que a programação do QREN atribuía à componente dos SI é inequívoca e a generalidade dos POR assim a entendeu. Foi também compreendida a consequente opção inicial de maior concentração e selectividade dos apoios face a períodos de programação anteriores. A realidade da implementação e sobretudo a necessidade experimentada de acomodar o imperativo estratégico ao impacto da crise implica alguma moderação quanto aos efeitos esperados: “insatisfação face aos resultados obtidos e alguma incerteza quanto a esses resultados práticos” (POR Centro, Presidente Professor Doutor Alfredo Marques). A flexibilização conducente ao alargamento do conceito de investimento de inovação, a supressão nesse regime da necessidade de orientação para os mercados externos, a maior concentração nos apoios aos

investimentos corpóreos no SI Qualificação PME e a atracção pela almofada financeira dos aumentos dos adiantamentos constituem factores que contribuem para moderar a ambição quanto aos resultados esperados.

Existe um consenso extremamente alargado entre o painel de que a mobilização do sistema de incentivos (sem ignorar a decisiva contribuição dos mecanismos de engenharia financeira) como instrumento de combate à crise tendeu a reduzir níveis de selectividade e concentração de apoios, penalizando por isso o seu contributo para os desígnios estratégicos da AOC. Para além disso, alguém recordou que o impacto da crise em termos de reajustamento estrutural da estrutura produtiva industrial (por exemplo, no âmbito do cluster automóvel) tenderá necessariamente a reduzir o impacto dos SI em matéria de mudança estrutural (POFC, Dr. Jorge Abegão), o que constitui uma observação extremamente pertinente.

A consolidação de um conceito de investimento de inovação compatível com as diferenciações regionais atrás assinaladas, mesmo depois de expurgadas as alterações introduzidas pela flexibilização induzida pelo combate à crise, constituiu matéria relevante de discussão entre os participantes. Para além da necessidade de adaptar a velha e conhecida distinção “inovação radical versus inovação incremental” às estruturas produtivas regionais, está sobretudo em causa a necessidade de se definir o padrão de referência existente para suportar a classificação de um projecto como inovador:

- No Algarve foi vincado que todo o tipo de projecto que possa contribuir para a diversificação do foco turístico significa inovação do ponto de vista regional;
- No Norte e Centro está essencialmente em causa a consolidação de dinâmicas emergentes, devendo realçar-se no primeiro caso a aposta complementar na inovação da valorização de novos activos específicos para a economia regional;
- No Alentejo sobressaem as necessidades de novas fileiras de valorização de recursos endógenos.

Deste panorama de diferenciações resulta claramente a necessidade de uma aplicação inteligente e não cega do conceito de inovação.

A focagem da discussão em torno da questão colocada ao painel permitiu realçar, sobretudo no que respeita aos casos dos POR Norte e Centro, a importância de uma visão integrada dos diferentes mecanismos de intervenção assumidos pelos POR em matéria de competitividade. Essa visão integrada determina que a acção desenvolvida no âmbito dos sistemas de incentivos deva ser compreendida em estreita articulação sobretudo com as intervenções no domínio das infra-estruturas e incubadoras de base tecnológica e dos parques de ciência e tecnologia. A ideia sublinhada aponta para que essa visão integrada conduza a uma apreciação mais positiva e promissora do que uma outra visão limitada aos impactos potenciais dos sistemas de incentivos. A referida complementaridade sugere que o impacto no modelo de competitividade das referidas regiões é mais amplo e promissor do que a simples expectativa de concretização de projectos de valorização do actual perfil de especialização. Esta observação é muito relevante do ponto de vista das hipóteses de trabalho prosseguidas pela equipa de avaliação e corresponde aliás à desejada realização de um estudo de caso sobre o modo como os eixos 1 dos POR (e parcialmente o eixo 2 no caso do POR Norte) articulam os regimes de incentivos com as intervenções na envolvente tecnológica.

As evidências recolhidas indicam a presença no terreno de instituições tecnológicas de suporte com grande potencial de sustentabilidade futura, com progressivo enraizamento em torno dos serviços às empresas e parcialmente responsáveis pelo incremento das despesas de I&D empresarial e pelo êxito do SI I&DT. Estas evidências são comuns às regiões Norte e Centro e traduzem uma alteração significativa das condições de competitividade das duas regiões, até porque tendem a veicular uma fracção significativa dos fundos a afectar no âmbito da AOC.

Isso não significa que não haja progressos a realizar na componente estrita do sistema de incentivos. A possibilidade de diminuição da taxa de co-financiamento comunitário (superior em alguns casos a co-financiamentos para projectos de entidades públicas) associada a uma maior selectividade de apoios foi apontada (Professor Mário Rui Silva) como uma orientação possível no sentido de proporcionar níveis de procura de melhor qualidade, sobretudo no âmbito dos SI Inovação e Qualificação PME. As taxas de co-participação mais elevadas deveriam ser reservadas para projectos com efeitos de externalidades inequivocamente mais significativos. A não produção de efeitos de externalidades positivas em projectos apoiados com reflexos nos domínios de mudança estrutural visados e a existência de projectos que se limitam a confirmar padrões de especialização existentes sem progressão na cadeia de valor foram apontados como evidências de procura qualitativamente aquém do nível desejado.

A necessidade de consolidar um conceito de investimento inovação que, embora reflectindo o enquadramento da Estratégia de Lisboa, se adapte à realidade do estágio de desenvolvimento tecnológico do País e às inequívocas diferenciações regionais que é preciso acomodar no QREN foi apontada como um factor sensível de estabilização do alcance da programação (Dr. Nelson de Sousa, POFC). Esta necessidade é sobretudo premente num contexto de pós fase de combate urgente aos efeitos da crise internacional, sendo justificável utilizar essa reversibilidade das flexibilizações e alterações introduzidas como oportunidade de estabilização nesses termos do conceito, sempre em articulação com o montante de incentivo a conceder.

Quanto ao impacto esperado nos grandes desígnios estratégicos do QREN anteriormente assinalados, prevaleceu no painel uma posição de optimismo moderado:

- A comparação com os períodos de programação anteriores é na perspectiva do POFC bastante favorável: aumento inequívoco dos apoios ao sector de bens transaccionáveis, aposta conseguida em termos de I&DT, ritmo mais elevado e mais qualificado de criação de empresas e focagem acrescida nos factores imateriais de competitividade;
- Contributo relevante para a consolidação de sectores com potencial de crescimento e ampliação de dinâmicas de sectores emergentes, como por exemplo as TIC, energia e saúde (POR Centro);
- Dinâmica relevante de projectos de I&DT, designadamente em co-promoção, com produção de externalidades (POR Norte e ADI) e impacto muito significativo no sector produtor de meios de produção, com efeitos difusores nas relações inter-industriais (Adi);
- Algum contributo para a minimização dos efeitos de crowding-out induzidos pela especialização turística (POR Algarve).

Estas evidências mais positivas contrastam com algumas reservas ou pelo menos alertas para uma monitorização mais cuidada dos efeitos produzidos:

- Dimensão ex-ante de muitos dos projectos aprovados com necessidade de confirmação das expectativas criadas;
- Efeitos de disseminação e de demonstração de projectos menos cuidados quando confrontados com períodos de programação anteriores, o que tenderá por um lado a reduzir externalidades e a exigir, por outro, uma maior focagem na dinâmica de pólos de competitividade e clusters e na sua articulação com os SI;
- Necessidade de operacionalização de processos mais rápidos de chegada ao mercado dos projectos mais relevantes (“via verde para a inovação-produto no mercado” – Adi);

- Percepção necessária do carácter necessariamente limitado do contributo dos SI para as grandes mudanças estruturais da economia portuguesa e do seu perfil de especialização;
- Alerta para o facto das opções de orientação de política industrial e de serviços presentes na abordagem das EEC (pólos de competitividade e clusters) estarem numa fase pouco mais do que embrionária, exigindo tempo de maturação para que tendam a produzir efeitos relevantes.

Uma última nota relacionada com a coordenação inter-agendas dominou os trabalhos do painel. O modelo de rede de cooperação existente na governação dos sistemas de incentivos não tem equivalente entre as restantes vertentes da AOC e, pior do que isso, não tem equivalente na coordenação inter agendas. A inexistência de um inter-face regular e operacional para esse efeito penaliza fortemente a dimensão estratégica do QREN e poderá ter efeitos nefastos no necessário realinhamento de meio percurso que a programação deve experimentar (Presidência POR Norte). Esta questão vem ao encontro de aspectos relevantes já assinalados pela avaliação no relatório inicial disponibilizado ao Observatório do QREN e tem repercussões na gestão das diferentes componentes que podem melhorar as condições de competitividade (aspectos empresariais, de capital humano e territoriais).

4. IMPLICAÇÕES EM TERMOS DO TRABALHO DE AVALIAÇÃO

Os capítulos anteriores configuram um documento autónomo que constituirá um elemento material de informação muito relevante para os trabalhos de avaliação do QREN.

As ideias desenvolvidas no painel de discussão aqui sintetizadas ora desafiam o trabalho de avaliação, ora confirmam hipóteses de trabalho já colocadas pela equipa de avaliação em torno das quais se buscam elementos de fundamentação empírica.

Destacamos as seguintes ideias que podem ser entendidas como implicações saídas do painel de discussão para o trabalho de avaliação em curso:

- Necessidade de destacar a novidade do modelo de cooperação em rede em curso na governação do sistema de incentivos, sendo relevante captar efeitos de aprendizagem do modelo, imperfeições susceptíveis de afinamento e avaliar o seu potencial para conseguir uma segunda e última fase de implementação com maior orientação para os desígnios estratégicos de selectividade e contributo para a mudança do perfil de especialização da economia portuguesa (entrevistas adicionais são necessárias);
- Confirmação das dificuldades de compatibilização de orientações estratégicas nacionais com o acautelamento de diferenciações e prioridades regionais, configuradas em principal desafio de adaptação do modelo de governação e da base regulamentar assumida;
- Relevância crucial do modo diferenciado como os diferentes POR combinaram os sistemas de incentivos com as restantes vertentes da AOC, entendendo essa combinação como um contributo decisivo para a alteração das condições de competitividade regional (estudo de caso a desenvolver no âmbito da avaliação);
- Necessidade de utilização de indicadores quantificados que evidenciem as perspectivas moderadas mas positivas com que o painel de discussão apresenta o contributo dos SI para a concretização dos desígnios estratégicos do QREN a cargo da AOC;
- Confirmação do “trade-off” gerado pela utilização do SI como instrumento de combate à crise em termos de selectividade, embora destacando o papel de almofada que os instrumentos de engenharia financeira

desempenharam neste processo; existência de margens de manobra de reversão desses efeitos penalizadores sobre a selectividade e qualidade da procura;

- Necessidade de recuperar ritmos e focagem da abordagem das EEC e das suas relações com os SI não só como forma de consolidação da abordagem dos pólos e clusters (sobretudo em termos de gestão das expectativas criadas), mas também como instrumento de qualificação de resultados a atingir por parte dos SI;

A riqueza destas implicações para o trabalho de avaliação leva-nos de novo a agradecer a todos os participantes no painel a disponibilidade e o contributo para a discussão.

ANEXO nº 6 – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO SAMA

Síntese das aprovações e execução de projectos da tipologia de intervenção SAMA (31/12/09)

Programa Operacional/Eixo	Projectos Aprovados			Projectos Executados		
	Custo Total Elegível (€)	Despesa Pública (€)	Fundo (€)	Custo Total Elegível (€)	Despesa Pública (€)	Fundo (€)
COMPETE						
EP 4 - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	343.153.227	343.153.227	177.504.266	2.686.303	2.686.303	1.343.876
ON.2						
EP 5 - Governação e capacitação institucional	35.263.939	35.263.939	22.332.400	774.281	774.281	477.374
MAISCENTRO						
EP 5 - Governação e Capacitação Institucional	12.860.610	12.860.610	8.290.742	758.663	758.663	474.130
POR LISBOA						
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	198.005.199	138.904.838	83.507.461	29.554.963	28.830.060	14.922.706
INALENTEJO						
EP 5 - Governação e Capacitação Institucional	11.747.942	11.747.942	7.620.602	106.631	106.631	68.136
ALGARVE21						
EP1 -Competitividade, Inovação e Conhecimento	70.067.407	30.578.132	19.031.770	7.974.938	7.966.413	4.117.264
PROCONVERGÊNCIA						
EP 1 - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	128.937.734	128.937.734	109.597.074	27.338.154	27.338.154	23.237.431
INTERVIR+						
EP 1 - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	27.336.385	23.151.638	17.135.887	1.387.252	1.147.743	835.730
Total geral	827.372.443	724.598.060	445.020.202	70.581.185	69.608.248	45.476.647

Fonte: Observatório do QREN.

Quadro 5.1 – Domínios de contributo dos projectos SAMA para os objectivos das Políticas Públicas

	Contributo nulo	1	2	3	4	Contributo muito forte
Baixa produtividade, adaptabilidade e capacidade de inovação empresarial	23,5	5,9	8,8	11,8	32,4	17,6
Baixa capacidade de produção de bens transaccionáveis	48,5	18,2	-	21,2	9,1	3,0
Vulnerabilidade do perfil de especialização	36,4	9,1	12,1	21,2	15,2	6,1
Débil concorrência na produção de bens não transaccionáveis	48,5	9,1	9,1	15,2	15,2	3,0
Baixas qualificações do tecido social e das organizações empresariais	48,5	9,1	9,1	15,2	15,2	3,0
Níveis elevados de exclusão social	52,9		2,9	29,4	2,9	11,8
Acentuados desequilíbrios territoriais	29,4	8,8	2,9	23,5	20,6	14,7
Baixo grau de coerência e eficácia de políticas públicas centrais, regionais e locais	29,4	2,9	8,8	11,8	29,4	17,6
Fraca territorialização de políticas públicas de emprego e de coesão social	55,9	5,9	2,9	23,5	2,9	8,8
Insuficiente reconhecimento das políticas públicas ambientais e de promoção da igualdade de género	48,5	9,1	3,0	27,3	9,1	3,0
Constrangimentos em termos de modernização e capacitação institucional e administrativa	14,3		2,9	8,6	20,0	54,3

Fonte: Inquérito aos Projectos da Agenda Operacional Temática da Agenda Competitividade, Observatório do QREN - Quatenaire/IESE, 2010

Quadro 5.2 – Contributos dos projectos SAMA para os objectivos específicos da Tipologia de intervenção

	Contributo forte	Contributo muito forte
Alteração de processos de organização de "front Office" nos serviços envolvidos	20,0	65,7
Alteração dos processos de organização de "back-office" nos serviços envolvidos	31,4	65,7
Modernização da entidade beneficiária, através da promoção da inovação organizacional e de novos modelos de gestão	31,4	62,9
Aumento de cobertura (número de utentes) dos serviços envolvidos	25,7	51,4
Melhoria da acessibilidade física, temporal e digital dos cidadãos e das empresas aos serviços da Administração Pública	22,9	11,4
Envolvimento dos parceiros relevantes com representatividade à escala nacional/regional, através da criação de redes de cooperação e partilha de conhecimento da Administração Pública	28,6	37,1
Avaliação da satisfação dos utentes, monitorização dos níveis de serviço alcançados, de certificação da qualidade dos serviços	37,1	22,9
Desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação	25,7	62,9
Download de formulários	20,0	54,3
Download e o upload de formulários e consulta ao estado dos processos	22,9	48,6
Transacção, existência de pagamentos <i>on line</i> e respectivo acompanhamento	26,5	8,8

	Contributo forte	Contributo muito forte
processual		
Contributo para o conhecimento e valorização de recursos específicos (naturais, patrimoniais, culturais, etc) do município/NUTS III em que se insere	18,2	15,2
Melhoria da oferta de serviços públicos (locais, centrais) a territórios de baixa densidade e com baixa acessibilidade	31,4	37,1
Desenvolvimento de soluções integradas numa óptica de racionalização das infra-estruturas e/ou dos serviços públicos	31,4	54,3
Melhoria da qualidade e diversidade dos serviços às empresas, designadamente às PME	29,4	20,6
Consolidação ou complemento de acções co-financiadas pelo QCAIII 2000-2006, designadamente através dos Eixos 3 e 5 do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC)	15,2	21,2
Consolidação ou complemento de intervenções desenvolvidas e co-financiadas no âmbito de projectos integrados de Cidades e Regiões Digitais	9,7	25,8
Evolução dos desempenhos e da situação profissional dos recursos humanos envolvidos em processos de formação profissional (aquisição e aperfeiçoamento de competências).	34,3	22,9

Fonte: Inquérito aos Projectos da Agenda Operacional Temática da Agenda Competitividade, Observatório do QREN -

ANEXO Nº7 – APROVAÇÕES PCT MAISCENTRO

APROVAÇÕES EM MATÉRIA DE PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO POR MAIS CENTRO

	Tipologia					
	Infra-estruturas físicas	Infra-estruturas Incubação	Empreendedorismo	Serviços partilhados	Imateriais	Total
Aquisição de terrenos	2.361.167					2.361.167
Infra-estruturas	7.300.000					7.300.000
Edifício Central	2.642.500					2.642.500
Espaço Incubação		1.597.000				1.597.000
Espaço Design Factory				1.597.000		1.597.000
Espaço IDI - Energia, Mar e Agro-Industrial	4.810.500					4.810.500
Espaço IDI Materiais	4.900.500					4.900.500
Operação Gestão e Marketing					775.000	775.000
Serviços de Empreendedorismo			800.000			800.000
Serviços de Inovação				1.425.000		1.425.000
TOTAL Parque de Ciência e Inovação	22.014.667	1.597.000	800.000	3.022.000	775.000	28.208.667
BIOCANT II		3.861.252				3.861.252
Biopilot				2.800.000		2.800.000
iParque Fase 1	13.640.000	3.750.000				17.390.000
iParque Fase 2	7.000.000					7.000.000
TEC Bis		6.800.000				6.800.000
MorEnergy	1.500.000					1.500.000
1ª Fase Parque Tecnológico Óbidos	2.480.316					2.480.316
Parque Tecnológico de Óbidos	5.471.708					5.471.708
Gestão e monitorização do ecossistema					2.250.000	2.250.000
Promoção de competências na área do empreendedorismo						0
Contributos da inovação para o desenv. Regional						0
TOTAL INOV-C	30.092.024	14.411.252	0	2.800.000		49.553.276
Parkurbis Medical						0
CEI - Centro Empresas Inovadoras						0

Centro de Futuro e Conhecimento						0
Parkurbis International Centre						0
TOTAL INOV-C	0	0	0	0	0	0

ANEXO Nº 8 – APROVAÇÕES SIAC

Operações aprovadas no âmbito do SIAC, até 30.ABRIL.2010 relacionadas com pólos de competitividade e clusters reconhecidos

ADDICT AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	02/SIAC/2009	Porto	Norte	Outros sectores	568.539	426.404
ADVID - ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DA VITICULTURA DURIENSE	02/SIAC/2009	Peso da Régua	Norte	Outros sectores	453.400	340.050
ANIMAFORUM - ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRO-INDÚSTRIA	02/SIAC/2009	Benavente; Torres Novas	Multi-Regiões	Outros sectores	749.800	562.350
ASSOC. - POOL NET - PORTUGUESE TOOLING NETWORK	02/SIAC/2009	Marinha Grande	Centro	Outros sectores	654.129	490.597
ASSOC. DAS INDÚSTRIAS DA PETROQUÍMICA, QUÍMICA E REFINAÇÃO	02/SIAC/2009	Aveiro; Estarreja; Matosinhos; Sines; Estrangeiro	Multi-Regiões	Serviços	515.000	386.250
ASSOC. PARA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DA FILEIRA FLORESTAL	02/SIAC/2009	Santa Maria da Feira; Porto; Setúbal; Viseu	Multi-Regiões	Indústria	593.810	445.358
ASSOC. PARA O PÓLO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ELECTRÓNICA - TICE.PT	02/SIAC/2009	Aveiro	Centro	Outros sectores	1.509.940	1.132.455
ASSOC. PARA O PÓLO DE EXCELÊNCIA DAS EMPRESAS DE MOBILIÁRIO EM PORTUGAL	02/SIAC/2009	Paredes	Norte	Outros sectores	677.513	508.134
ASSOC. PCTE - PÓLO DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA DA ENERGIA	02/SIAC/2009	Aveiro	Centro	Outros sectores	1.818.300	1.363.725
ASSOC. PLATAFORMA PARA A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	02/SIAC/2009	Anadia; Aveiro	Centro	Outros sectores	491.614	368.711
ASSOC. PÓLO DE COMPETITIVIDADE DA MODA	02/SIAC/2009	Porto	Norte	Outros sectores	1.954.480	1.465.860
ASSOC. VALOR PEDRA	02/SIAC/2009	Borba	Alentejo	Outros sectores	475.141	356.355
CEIIA - CENTRO EXCELÊNCIA INOV. IND. AUTOMÓVEL	02/SIAC/2009	Maia	Norte	Outros sectores	1.197.400	898.050
HEALTH CLUSTER PORTUGAL - ASSOC. DO PÓLO DE COMPETITIVIDADE DA SAÚDE	02/SIAC/2009	Aveiro; Braga; Guimarães; Cantanhede; Coimbra; Lisboa; Maia; Porto; Trofa	Multi-Regiões	Outros sectores	1.165.200	873.900

INTEGRALAR - INTERVENÇÃO DE EXCELÊNCIA NO SECTOR AGRO-ALIMENTAR	02/SIAC/2009	Maia	Norte	Indústria	965.000	723.750
OCEANO XXI - ASSOC. PARA O CONHECIMENTO E ECONOMIA DO MAR	02/SIAC/2009	Ílhavo; Porto	Multi-Regiões	Serviços	259.613	194.710
PRODUTECH - ASSOC. PARA AS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	02/SIAC/2009	Porto	Norte	Indústria	1.325.002	993.752
ANETIE - ASSOC. NACIONAL DAS EMPRESAS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E ELECTRÓNICA	03/SIAC/2009	Aveiro	Centro	Outros sectores	146.666	102.666
ANETIE - ASSOC. NACIONAL DAS EMPRESAS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E ELECTRÓNICA	03/SIAC/2009	Aveiro; Braga	Multi-Regiões	Outros sectores	158.984	111.289
ANIMAFORUM - ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRO-INDÚSTRIA	03/SIAC/2009	Benavente; Torres Novas	Multi-Regiões	Outros sectores	349.502	244.651
ANIMAFORUM - ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRO-INDÚSTRIA	03/SIAC/2009	Benavente; Torres Novas	Multi-Regiões	Outros sectores	680.800	476.560
HEALTH CLUSTER PORTUGAL - ASSOC. DO PÓLO DE COMPETITIVIDADE DA SAÚDE	03/SIAC/2009	Braga; Guimarães; Coimbra; Évora; Maia; Porto	Multi-Regiões	Outros sectores	299.178	209.424
HEALTH CLUSTER PORTUGAL - ASSOC. DO PÓLO DE COMPETITIVIDADE DA SAÚDE	03/SIAC/2009	Braga; Guimarães; Évora; Maia; Porto	Multi-Regiões	Outros sectores	511.728	350.000
INTEGRALAR - INTERVENÇÃO DE EXCELÊNCIA NO SECTOR AGRO-ALIMENTAR	03/SIAC/2009	Porto	Norte	Serviços	79.000	55.300
INTEGRALAR - INTERVENÇÃO DE EXCELÊNCIA NO SECTOR AGRO-ALIMENTAR	03/SIAC/2009	Maia	Norte	Serviços	136.875	95.813
INTEGRALAR - INTERVENÇÃO DE EXCELÊNCIA NO SECTOR AGRO-ALIMENTAR	03/SIAC/2009	Castelo Branco; Maia	Multi-Regiões	Serviços	296.495	207.546
INTEGRALAR - INTERVENÇÃO DE EXCELÊNCIA NO SECTOR AGRO-ALIMENTAR	03/SIAC/2009	Maia; Viana do Castelo	Norte	Serviços	467.563	327.294
PRODUTECH - ASSOC. PARA AS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	03/SIAC/2009	Porto	Norte	Indústria	876.001	613.200

Fonte: POFC, página da Internet

ANEXO Nº 9 – CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9.1. Síntese das dinâmicas de aprovação e de execução da Prioridade Temática Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, por Tipologia de Intervenção

Agenda / Área / Tipologia	Aprovações		Despesa Validada		Taxa de execução
	Investimento/ /Custo Total Elegível		Investimento/ /Custo Total Elegível		
	Montante (€)	%	Montante (€)	%	
<i>Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social</i>	489.464.234	100,0	82.793.277	100,0	16,9
Acções de Formação e Iniciativas de Sensibilização públicos (acolhimento e integração Imigrantes)	387.769	0,1	14.209	0,0	3,7
Acções de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública (Imigração)	1.069.006	0,2	340.716	0,4	31,9
Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	8.209.073	1,7	758.503	0,9	9,2
Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas (nova)	939.835	0,2	60.660	0,1	6,5
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	22.061.008	4,5	0	-	0,0
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes e inclusão social de crianças e jovens	7.338.892	1,5	5.005.616	6,0	68,2
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	231.714.248	47,3	-	-	0,0
Apoio à inserção profissional de públicos desfavorecidos em regime experimental	6.809.543	1,4	-	-	0,0
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	45.011.975	9,2	-	-	0,0
Educação Especial e Reabilitação	1.403.030	0,3	445.270	0,5	31,7
Empresas de Inserção	1.304.839	0,3	225.152	0,3	17,3
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	5.170.795	1,1	890.620	1,1	17,2
Formação Emprego	2.343.340	0,5	324.154	0,4	13,8
Formação para a Inclusão	24.707.831	5,0	15.853.189	19,1	64,2
Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	425.572	0,1	72.243	0,1	17,0
Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência	188.724	0,0	-	0,0	0,0
Ocupação de Desempregados	5.010.738	1,0	3.907.245	4,7	78,0
Programas Específicos de Formação para a Inclusão	2.872.923	0,6	1.824.422	2,2	63,5
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	20.706.846	4,2	908.612	1,1	4,4
Projectos de formação para a aquisição de competências básicas de empregabilidade	11.778	0,0	0	0,0	0,0
Qualidade dos Serviços e Organizações	5.888.747	1,2	617.475	0,7	10,5
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	95.887.724	19,6	51.545.191	62,3	53,8

Fonte: Observatório do QREN.

9.2. Síntese das dinâmicas de aprovação e de execução da Prioridade Temática Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, por Programa Operacional

Agenda / Área / Tipologia	Aprovações		Despesa Validada		Taxa de execução
	Investimento/ /Custo Total Elegível		Investimento/ /Custo Total Elegível		
	Montante (€)	%	Montante (€)	%	
<i>Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (POPH)</i>	471.966.671	96,4	77.819.214	94,0	16,5
Acções de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	387.769	0,1	14.209	0,0	3,7
Acções de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em matéria de Imigração	1.069.006	0,2	340.716	0,4	31,9

Agenda / Área / Tipologia	Aprovações		Despesa Validada		Taxa de execução
	Investimento/ /Custo Total Elegível		Investimento/ /Custo Total Elegível		
	Montante (€)	%	Montante (€)	%	
Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	8.209.073	1,7	758.503	0,9	9,2
Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas (nova)	939.835	0,2	60.660	0,1	6,5
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	22.061.008	4,5	0	0,0	0,0
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes e inclusão social de crianças e jovens	7.338.892	1,5	5.005.616	6,0	68,2
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	231.714.248	47,3	0	0,0	0,0
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	45.011.975	9,2	0	0,0	0,0
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	5.170.795	1,1	890.620	1,1	17,2
Formação para a Inclusão	24.707.831	5,0	15.853.189	19,1	64,2
Programas Específicos de Formação para a Inclusão	2.872.923	0,6	1.824.422	2,2	63,5
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	20.706.846	4,2	908.612	1,1	4,4
Qualidade dos Serviços e Organizações	5.888.747	1,2	617.475	0,7	10,5
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	95.887.724	19,6	51.545.191	62,3	53,8
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (Rumos)	10.676.242	2,2	4.974.063	6,0	46,6
Educação Especial e Reabilitação	1.403.030	0,3	445.270	0,5	31,7
Empresas de Inserção	1.304.839	0,3	225.152	0,3	17,3
Formação Emprego	2.343.340	0,5	324.154	0,4	13,8
Integração Socio profissional de Pessoas Desfavorecidas	425.572	0,1	72.243	0,1	17,0
Integração Socio profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência	188.724	0,0	0	0,0	0,0
Ocupação de Desempregados	5.010.738	1,0	3.907.245	4,7	78,0
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (Pro-Emprego)	6.821.320	1,4	0	0,0	0,0
Apoio à inserção profissional de públicos desfavorecidos em regime experimental	6.809.543	1,4	0	0,0	0,0
Projectos de formação para a aquisição de competências básicas de empregabilidade	11.778	0,0	0	0,0	0,0
Total Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	489.464.233	100,0	82.793.277	100,0	16,9

Fonte: Observatório do QREN.

9.3. Iniciativa Bairros Críticos

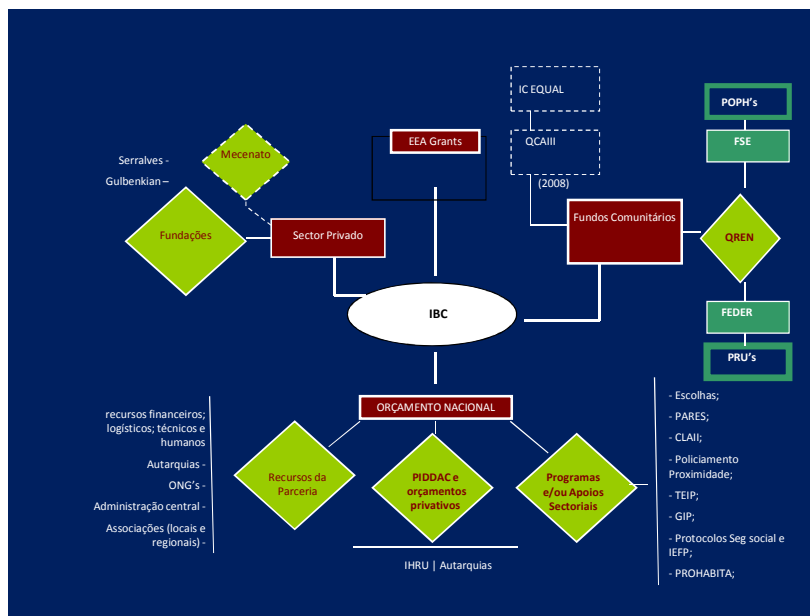
Iniciativa Bairros Críticos

A Iniciativa Bairros Críticos é um exemplo de uma intervenção inteiramente integrada. Trata-se de um Programa Nacional (instrumento da Política de Cidades) para a qualificação de territórios urbanos que apresentam factores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio - territoriais integradas de forma experimental. Esta assume uma lógica horizontal (no local) e vertical (cruzando o local com o central e os respectivos sentidos “up-down” e “down-up”).

O exemplo estudado refere-se ao Vale da Amoreira (Moita), uma área de forte concentração residencial e pouca diversidade funcional, com um tecido urbano não integrado, degradação do parque habitacional e do património cultural, com espaços públicos quase inexistentes, desadequação das infra-estruturas de suporte à vida local e insuficiência de equipamentos cívicos sociais. Os precários níveis urbanísticos são acompanhados de indicadores sociais reveladores de debilidades ao nível da instrução, da frequência do ensino, da formação e do emprego, bem como de fenómenos de exclusão social e insegurança (cf. Operação Vale da Amoreira, Diagnóstico, 2006). De facto, a revitalização de um território depende de uma visão integrada dos processos de intervenção urbana, nomeadamente entre a dimensão urbanística, económica e sócio-cultural. A garantia da sustentabilidade desta intervenção exige necessariamente uma articulação multidimensional.

Com efeito, neste território confluem intervenções QREN (Contrato locais para promoção do sucesso educativo Escola - EB2/3 do Vale da Amoreira e Escola Secundária da Baixa da Banheira, Formação para a inclusão e outras candidaturas apresentadas por entidades não governamentais ao POPH, Parcerias para a Regeneração Urbana, ...) com intervenções nacionais (Programa ESCOLHAS Gabinete de Inserção Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ...) e, ainda, projectos EQUAL.

O esquema seguinte sintetiza a natureza integrada do projecto experimental, onde a lógica é baseada na complementaridade e sinergia ao invés de sobreposição de actuações financiadas.



O objectivo de financiamento é alimentar a estrutura de acções e recursos humanos face a um plano de acções definidas para o território e a partir daí recorrer aos diversos recursos disponíveis. Esta lógica *bottom up* permite elevada selectividade no quadro de recursos a envolver, garantindo complementaridade.

Nesta dimensão deve-se reflectir sobre a eventual sobreposição ou sinergia entre as diversas intervenções concentradas em territórios de exclusão análogos. De facto, o ISS decidiu numa primeira fase não envolver as intervenções CLDS para evitar sobreposições. Esta posição pode evidenciar a natureza complementar da intervenção integrada, com concertação de recursos intra- agendas e inter-agendas QREN.

Contudo, colocam-se algumas questões de reflexão. Neste caso particular, intervencionada desde 1995 com os Programas PRU e PROQUAL, a Câmara Municipal da Moita assegurou um processo contínuo de mais de 10 anos de revitalização urbana e social do Vale da Amoreira. Não obstante, é importante questionar como um território intervencionado com um investimento significativo não tenha alterado os problemas da população ou introduzido mudanças nas suas dinâmicas sociais e económicas?

De facto, o actual modelo de financiamento da IBC permitiu um descentramento dos parceiros na dimensão económica dos projectos, invertendo a lógica habitual na construção dos projectos, sendo que no geral não influenciou de forma determinante o nível de comprometimentos dos actores no processo. No entanto, é pertinente equacionar quais as eventuais fragilidades que este modelo de financiamento poderá revelar em termos da sustentabilidade da IBC.

9.4. Projectos e investimento em equipamentos sociais, segundo o tipo de resposta, por NUT III

Tipo de respostas	NUT III	Nº projectos	Investimento Público (€)	Investimento Total (€)
Deficiência	Alentejo Central	3	4.091.557	5.643.143
	Alentejo Litoral	1	598.875	798.500
	Algarve	2	1.527.882	2.326.124
	Alto Alentejo	3	2.014.887	2.909.482
	Alto Trás-os-Montes	4	3.113.483	4.411.613
	Ave	7	4.879.805	8.536.725
	Baixo Alentejo	1	227.396	303.195
	Baixo Mondego	5	2.465.672	3.573.475
	Baixo Vouga	7	3.300.287	5.951.683
	Beira Interior Norte	5	4.181.461	8.078.857
	Beira Interior Sul	2	1.282.831	1.781.886
	Cávado	2	1.766.638	2.505.387
	Cova da Beira	2	1.426.441	2.510.697
	Dão Lafões	4	2.374.670	3.407.957
	Douro	5	2.655.037	3.875.064
	Entre Douro e Vouga	3	1.762.766	2.796.507
	Grande Lisboa	6	4.025.726	6.324.318
	Grande Porto	7	5.916.074	9.544.657
	Lezíria do Tejo	5	3.318.220	4.605.355
	Médio Tejo	2	1.474.851	2.180.702
	Minho-Lima	1	606.845	1.010.883
	Oeste	6	5.279.659	9.685.064
	Península de Setúbal	3	2.476.713	6.895.586
	Pinhal Interior Norte	3	2.058.740	2.829.719
Pinhal Litoral	2	1.218.399	1.631.737	
Serra da Estrela	1	443.129	661.884	
Tâmega	6	4.183.863	6.088.754	
Total		98	68.671.909	110.868.958
Idosos	Alentejo Central	1	169.966	396.629
	Alentejo Litoral	4	3.328.864	5.920.025
	Algarve	17	12.194.133	26.605.976
	Alto Alentejo	2	1.369.774	3.187.683
	Alto Trás-os-Montes	7	3.843.459	6.662.514
	Ave	12	8.840.812	15.984.737
	Baixo Alentejo	3	2.584.640	5.124.543
	Baixo Mondego	3	2.468.387	4.258.868
	Baixo Vouga	9	4.812.771	10.248.881
	Beira Interior Norte	4	1.352.745	2.450.135
	Beira Interior Sul	2	801.124	1.358.814
	Cávado	7	5.445.641	9.708.438
	Cova da Beira	2	1.419.472	2.438.135
	Dão Lafões	6	3.552.080	6.751.173
	Douro	8	3.070.913	6.326.755
	Entre Douro e Vouga	2	1.010.690	1.684.631
	Grande Porto	12	9.444.650	18.555.215
	Lezíria do Tejo	4	1.912.935	3.401.534
	Médio Tejo	7	6.107.428	11.468.501
	Minho-Lima	4	1.965.958	3.766.207
	Oeste	4	2.963.925	6.188.604
	Pinhal Interior Norte	3	2.349.265	3.971.654
	Pinhal Interior Sul	1	626.930	1.197.465
	Serra da Estrela	1	640.539	1.067.565
Tâmega	4	2.587.389	4.461.021	
Total		129	84.864.487	163.185.703
Total		227	153.536.396	274.054.662

Fonte: Instituto da Segurança Social

ANEXO Nº 10 – FINANCIAMENTO APROVADO E EXECUTADO POLÍTICA DE COESÃO ORIENTAÇÃO 1

Estimativa do volume de financiamento APROVADO e EXECUTADO (Fundo acumulado a 31/12/2009) que contribuirá para o cumprimento das orientações estratégicas em matéria de coesão, por Programa Operacional: 1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional Factores de Competitividade Tipologias relevantes por EP					
	Sistema de Apoio a Entidades do SCTN e Sistema de incentivos I&D (EPI)	Sistema de Incentivos à Inovação (EP II)	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (EP II)	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Riscos de Inovação - SAFPRI (EP III)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - SAMA (EP IV)	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (EP V)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC						
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	185 936 804 € (10 328 161 €)					
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial		907 931 554 € (175 037 356 €)	120 707 508 € (17 217 543 €)			80 792 303 € (7 212 831 €)
Promover a sociedade da informação para todos					177 504 267 € (1 343 876 €)	
Melhorar o acesso ao financiamento				139 790 000 € (104 998 005 €)		

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional do Norte Tipologias relevantes por EP												
	Sistema de incentivos I&D (EPI)	Sistema de Incentivos à Inovação (EP I)	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (EP I)	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (EPI)	Economia digital e sociedade do conhecimento (EPI)	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (EP I)	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (EPI)	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (EPI e IV)	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento (EPI)	Energia (EP I)	Valorização Económica dos Recursos Específicos (EPII)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - SAMA (EP V)	Promoção e Capacitação Institucional (EP V)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento													
Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC													
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	31 868 651 € (2 289 872 €)			3 195 090 € (2 376 451 €)		22 899 363 € (0 €)			Sem aprovação				
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial		139 673 632 € (16 057 842 €)	60 883 518 € (5 308 811 €)				1 755 351 € (0 €)	6 553 822 € (0 €)		Sem aprovação	18 572 241 € (0 €)		
Promover a sociedade da informação para todos					24 192 866 € (7 025 141 €)							21 962 526 € (167 424 €)	369 875 € (309 950 €)
Melhorar o acesso ao financiamento													

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional do Centro Tipologias relevantes por EP											
	Sistema de incentivos I&D (EPI)	Sistema de Incentivos à Inovação (EP I)	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (EP I)	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (EPI)	Economia digital e sociedade do conhecimento (EPI)	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (EP I)	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (EPI)	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (EPI)	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento (EPI)	Energia (EP I)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - SAMA (EP V)	Promoção e Capacitação Institucional (EP V)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC												
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	21 860 087 € (1 424 863 €)			Sem aprovação		4 969 414 € (0 €)			462 335 € (0 €)			
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial		135 961 772 € (13 677 928 €)	32 364 378 € (3 160 387 €)				1 616 041 € (9 355 €)	164 829 € (0 €)		186 623 € (0 €)		
Promover a sociedade da informação para todos					11 317 780 € (0 €)						7 426 195 € (410 484 €)	864 548 € (63 647€)
Melhorar o acesso ao financiamento												

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional do Alentejo Tipologias relevantes por EP											
	Sistema de incentivos I&D (EPI)	Sistema de Incentivos à Inovação (EP I)	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (EP I)	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (EPI)	Economia digital e sociedade do conhecimento (EPI)	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (EP I)	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (EPI)	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (EPI)	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento (EPI)	Energia (EP I)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - SAMA (EP V)	Promoção e Capacitação Institucional (EP V)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento												
Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC												
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	629 664 € (0 €)			Sem aprovação		1 888 958 € (0 €)			Sem aprovação			
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial		59 003 239 € (6 152 757 €)	7 366 072 € (954 698 €)				1 051 259 € (0 €)	3 456 222 € (0 €)		245 563 € (0 €)		
Promover a sociedade da informação para todos					5 967 568 € (0 €)						7 391 768 € (39 040 €)	228 834 € (29 096 €)
Melhorar o acesso ao financiamento												

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional de Lisboa Tipologias relevantes por EP										
	Sistema de incentivos I&D (EPI)	Sistema de Incentivos à Inovação (EP I)	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (EP I)	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (EPI)	Economia digital e sociedade do conhecimento (EPI)	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (EP I)	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (EPI)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - SAMA (EP I)	Promoção e Capacitação Institucional (EP I)	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Riscos de Inovação - SAFPRI (EP I)	Energia (EP II)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC											
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	36 966 399 € (4 884 019 €)			Sem aprovação		2 100 134 € (0 €)					
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial		9 426 346 € (466 443 €)	10 910 978 € (1 648 353 €)				Sem aprovação				Sem aprovação
Promover a sociedade da informação para todos					7 383 486 € (0 €)			3 068 270€ (257 682 €)	2 792 972€ (493 910 €)		
Melhorar o acesso ao financiamento										7 804 013 € (7 172 300 €)	

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional Algarve 21 Tipologias relevantes por EP										
	Sistema de incentivos I&D (EPI)	Sistema de Incentivos à Inovação (EP I)	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (EP I)	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (EPI)	Economia digital e sociedade do conhecimento (EPI)	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (EPI)	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (EPI)	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - SAMA (EP I)	Promoção e Capacitação Institucional (EP I)	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Riscos de Inovação - SAFPRI (EP I)	Energia (EPII)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento											
Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC											
Reforçar e melhorar o investimento em IDT	1 690 143 € (148 775 €)			Sem aprovação							
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial		9 084 190 € (259 634 €)	1 689 636 € (80 925 €)			Sem aprovação	Sem aprovação				Sem aprovação
Promover a sociedade da informação para todos					Sem aprovação			1 859 610 € (102 433 €)	1 054 191 € (54 197 €)		
Melhorar o acesso ao financiamento										3 654 000 € (3 471 300 €)	

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional Da Madeira: INTERVIR + Tipologias relevantes por EP												
	Acções Inovadoras (EPI)	Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico (EP I)	Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da RAM - EMPREENDINOV (EPI)	Incentivos à Revitalização Empresarial das Micro e Pequenas Empresas da RAM - SIRE (EP I e EP II)	Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológica e Inovação da RAM +CONHECIMENTO (EP I)	Incentivos à qualificação empresarial da RAM (Qualificar +)	Incentivos à Promoção da Excelência Turística da Região Turística da RAM SI Turismo (EP II)	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EPI)	Modernização Administrativa (EPI)	Engenharia Financeira (EPII)	Acções Colectivas (EPII)	Acolhimento Empresarial (EPII)	Energia (EP II)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento													
Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC													
Reforçar e melhorar o investimento em IDT		3 446 756 € (356 287 €)			383 936 € (0 €)								
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial	2 599 553 € (166 188 €)		424 164 € (119 754 €)	891 864 € (44 957 €)		1 469 076 € (0 €)	425 112 € (0 €)				22 049 280 € (5 645 552 €)	6 760 916 € (1 615 613 €)	Sem aprovação
Promover a sociedade da informação para todos								1 845 323 € (15 362 €)	7 013 854 € (178 140 €)				
Melhorar o acesso ao financiamento										2 559 365 € (500 000 €)			

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa Operacional dos Açores: PROCONVERGÊNCIA						
	Tipologias relevantes por EP						
	Qualificar o investimento empresarial- (EP I)	Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas (EP I)	Apoiar a investigação na Região (EP I)	Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial (EP I)	Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs (EP I)	Melhorar a eficiência administrativa (EP I)	Engenharia Financeira (EP I)
1. Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento							
Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia baseada no conhecimento, promovendo as capacidades de investigação e inovação, incluindo as novas TIC							
Reforçar e melhorar o investimento em IDT			602 897 € (0 €)				
Facilitar a inovação e promover o espírito empresarial	48 003 862 € (7 035 404 €)	39 455 914 € (12 849 699 €)		3 177 006 € (78 269 €)			
Promover a sociedade da informação para todos					1 120 002 € (0 €)	3 093 393 € (1 361 559 €)	
Melhorar o acesso ao financiamento							14 144 000 € (1 912 500 €)

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

ANEXO Nº 11 – FINANCIAMENTO APROVADO E EXECUTADO POLÍTICA DE COESÃO ORIENTAÇÃO 2

Estimativa do volume de financiamento APROVADO e EXECUTADO (Fundo acumulado a 31/12/2009) que contribuirá para o cumprimento das orientações estratégicas em matéria de coesão: 2. Criar mais e melhores empregos

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POPH						
	Eixo 1 Qualificação Inicial de Jovens	Eixo 2 Adap. e ALV	Eixo 3 Gestão e aperfeiçoamento profissional	Eixo 4 Formação Avançada	Eixo 5 Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa	Eixo 6 Cidadania, inclusão e desenvolvimento. social	Eixo 7 Igualdade de género
2. Criar mais e melhores empregos							
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	1 003 818 371 € (271 638 026 €)	1 218 753 844 € (350 230 509 €)	54 125 212 € (12 437 560 €)	247 721 301 € (179 912 410 €)	119 496 730 € (11 250 126 €)	133 001 853 € (53 160 677 €)	23 736 643 € (3 042 715 €)
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	33 993 180 € (5 104 635 €)	1 218 753 844 € (350 230 509 €)	159 153 910 € (36 968 874 €)	-	119 496 730 € (11 250 126 €)	88 196 590 € (48 107 128 €)	-
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	1 003 818 371 € (271 638 026 €)	1 218 753 844 € (350 230 509 €)	159 153 910 € (36 968 874 €)	247 721 301 € (179 912 410 €)	119 496 730 € (11 250 126 €)	13 058 144 € (497 772 €)	5 139 041 € (464 959 €)
Capacidade administrativa	-	-	17 831 274 € (5 592 940 €)	-	60 800 893 € (5 186 384 €)	6 655 837 € (787 913 €)	3 427 029 € (383 976 €)
Contribuir para manter uma população activa saudável	-	-	17 831 274 € (5 592 940 €)	-	-	-	2 864 681 € (166 350 €)

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POPH						
	Eixo 1 Qualificação Inicial de Jovens	Eixo 2 Adap. e ALV	Eixo 3 Gestão e aperfeiçoamento profissional	Eixo 4 Formação Avançada	Eixo 5 Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa	Eixo 6 Cidadania, inclusão e desenvolvimento. social	Eixo 7 Igualdade de género
2. Criar mais e melhores empregos							
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	T 1.1; T 1.2 T 1.3; T 1.4 T 1.5	T 2.1; T 2.2 T 2.3	T 3.2	T 4.1; T 4.2 T 4.3	T 5.1; T 5.2 T 5.3	T 6.1; T 6.2 T 6.3; T 6.4 T 6.5; T 6.6 T 6.8; T 6.9 T 6.10; T 6.11	T 7.2; T 7.4 T 7.5; T 7.6 T 7.7
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	T 1.4	T 2.1; T 2.2 T 2.3	T 3.1.1; T 3.1.2 T 3.2; T 3.3 T 3.5		T 5.1; T 5.2 T 5.3	T 6.1; T 6.2 T 6.6	
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	T 1.1; T 1.2 T 1.3; T 1.4 T 1.5	T 2.1; T 2.2 T 2.3; T 2.4	T 3.1.1; T 3.1.2 T 3.2; T 3.3 T 3.5	T 4.1; T 4.2 T 4.3	T 5.1; T 5.2 T 5.3	T 6.11	T 7.6
Capacidade administrativa			T 3.3		T 5.2	T 6.5; T 6.10	T 7.1; T 7.2
Contribuir para manter uma população activa saudável			T 3.3				T 7.4

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POVT		
	Requalificação da rede de escolas com ensino secundário	Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	Total POVT
2. Criar mais e melhores empregos			
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social			
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho			
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	322 122 638 € (23 985 051 €)	49 359 635 € (236 811 €)	371 472 273 € (24 221 862 €)
Capacidade administrativa			
Contribuir para manter uma população activa saudável			

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POR Norte				
	Sistema de apoio a infraest. Científicas e tecnológicas (SAICT)	Economia Digital e sociedade do conhecimento	Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	Sistema de apoio à modernização administrativa-SAMA	Infraestruturas e equipamentos de Saúde
2. Criar mais e melhores empregos					
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social					
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho					
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	22 899 363 € (0 €)	24 192 866 € (7 025 141 €)	251 662 271 € (22 107 031 €)		
Capacidade administrativa				21 962 526 € (167 424 €)	
Contribuir para manter uma população activa saudável					119 028 294 € (3 627 256 €)

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POR Centro				
	Sistema de apoio a infraest. Científicas e tecnológicas (SAICT)	Economia Digital e sociedade do conhecimento	Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	Sistema de apoio à modernização administrativa-SAMA	Infraestruturas e equipamentos de Saúde
2. Criar mais e melhores empregos					
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social					
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho					
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	4 969 414 € (0 €)	11 317 780 € (0 €)	118 873 697 € (16 872 138 €)		
Capacidade administrativa				7 426 195 € (410 484 €)	
Contribuir para manter uma população activa saudável					46 952 510 € (13 957 739 €)

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POR Lisboa				
	Sistema de apoio a infraest. Científicas e tecnológicas (SAICT)	Economia Digital e sociedade do conhecimento	Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	Sistema de apoio à modernização administrativa-SAMA	Infraestruturas e equipamentos de Saúde
2. Criar mais e melhores empregos					
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social					
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho					
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	2 100 134 € (0 €)	7 383 486 € (0 €)	26 565 351 € (4 629 338 €)		
Capacidade administrativa				3 068 270 € (257 682 €)	
Contribuir para manter uma população activa saudável					-

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POR Alentejo				
	Sistema de apoio a infraest. Científicas e tecnológicas (SAICT)	Economia Digital e sociedade do conhecimento	Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	Sistema de apoio à modernização administrativa-SAMA	Infraestruturas e equipamentos de Saúde
2. Criar mais e melhores empregos					
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social					
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho					
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	1 888 958 € (0 €)	5 967 568 € (0 €)	33 876 108 € (4 419 260 €)		
Capacidade administrativa				7 391 768 € (39 040 €)	
Contribuir para manter uma população activa saudável					33 296 351 € (4 151 636 €)

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	POR Algarve				
	Sistema de apoio a infraest. Científicas e tecnológicas (SAICT)	Economia Digital e sociedade do conhecimento	Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico	Sistema de apoio à modernização administrativa-SAMA	Infraestruturas e equipamentos de Saúde
2. Criar mais e melhores empregos					
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social					
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho					
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	-	-	7 528 796 € (1 137 920 €)		
Capacidade administrativa				1 859 610 € (102 433 €)	
Contribuir para manter uma população activa saudável					-

Fonte: Sistema de Informação do QREN. Nota: Os valores entre () referem-se aos valores executados/validados a 31/12/2009.

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	PRO Emprego (Fundo aprovado acumulado até 30/06/2009)
	Eixo 1 Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional
2. Criar mais e melhores empregos	
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	68 286 939 €
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	5 470 502 €
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	55 800 988 €
Capacidade administrativa	0 €
Contribuir para manter uma população activa saudável	-

Fonte: SIIFSE

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	PRO Emprego
	Eixo 1 Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional
2. Criar mais e melhores empregos	
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	Formação: T 1.1.1; T 1.1.2; T 1.1.3; T 1.1.4; T 1.1.5; T 2.1.1; T 2.1.2; T 3.1.1; T 3.1.2; T 3.1.3; T 4.2.2; T 5.1.1; T 5.1.2; T 5.1.3; T 5.2.1; T 6.1.1; T 6.1.2; T 6.2.1 Incentivo à formação: T 2.1.3 Transição: T 1.2.1; T 6.3.1 Igualdade de género: T 2.2.2 Imigrantes: T 4.2.1 Desfavorecidos: Todas as tipologias 5 e 6
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	ALV: T 1.1.3; T 2.1.1; T 2.1.2; T 2.2.1; T 2.2.2; T 5.1.1; T 5.1.2; T 5.1.3; T 5.2.1 Empreendedorismo / Empresas: T 3.1.1; T 3.1.2; T 3.1.3; 3.2.1; 3.2.2; T 4.1.1, T 4.2.2
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	T 1.1.1; T 1.1.2; T 1.1.3; T 1.1.4; T 1.1.5; T 2.1.1; T 2.1.2; T 3.1.1; T 3.1.2; T 3.1.3; T 4.1.1; T 4.1.2; T 4.2.2; T 5.1.1; T 5.1.2; T 5.1.3; T 5.2.1; T 6.1.1; T 6.1.2; T 6.2.1
Capacidade administrativa	T 5.2.1
Contribuir para manter uma população activa saudável	-

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa RUMOS (Fundo aprovado acumulado a 30/09/2009)		
	Eixo 1 Educação e Formação	Eixo 2 Emprego e Coesão Social	TOTAL RUMOS
2. Criar mais e melhores empregos			
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	40 047 321 €	13 007 903 €	53 055 224 €
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	45 255 772 €	1 059 941 €	46 315 713 €
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	42 153 022 €	-	42 153 022 €
Capacidade administrativa	2 003 154 €	-	2 003 154 €
Contribuir para manter uma população activa saudável	-	-	-

Fonte: SIIFSE

Política de Coesão 2007-2013 (orientações)	Programa RUMOS	
	Eixo 1 Educação e Formação	Eixo 2 Emprego e Coesão Social
2. Criar mais e melhores empregos		
Atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social	Formação: T 1.1.1; T 1.1.2.1; T 1.1.2.2; T 1.1.3; T 1.1.4; T 1.1.6; T 1.2.1; T 1.2.2; T 1.2.4.1; T 1.2.4.2; T 1.2.5.1; T 1.2.5.2; T 1.2.5.3; T 1.3.3 Desfavorecidos: T 1.1.6	Transição: T 2.1.1; T 2.2.1; T 2.2.3 Desfavorecidos: T 2.3.1; T 2.3.2; T 2.3.3; T 2.3.4 SPE: T 2.2.6
Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho	ALV: T 1.1.1; T 1.1.2.1; T 1.1.2.2; T 1.1.3; T 1.1.4; T 1.1.6; T 1.2.1; T 1.2.2; T 1.2.4.1; T 1.2.4.2; T 1.2.5.1; T 1.2.5.2; T 1.2.5.3; T 1.3.3 Empreendedorismo / Empresas: T 1.2.3;	Empreendedorismo / Empresas: T 2.2.2.1; T 2.2.2.2; T 2.2.4
Aumentar o investimento em capital humano através de uma melhoria da educação e das competências	T 1.1.1; T 1.1.2.1; T 1.1.2.2; T 1.1.3; T 1.1.4; T 1.1.6; T 1.2.1; T 1.2.2; T 1.2.4.1; T 1.2.4.2; T 1.2.5.1; T 1.2.5.2; T 1.2.5.3; T 1.2.6; T 1.3.3; T 1.3.4	
Capacidade administrativa	T 1.2.2	-
Contribuir para manter uma população activa saudável	-	-

ANEXO Nº 12 – FINANCIAMENTO APROVADO E EXECUTADO POLÍTICA DE COESÃO ORIENTAÇÃO 3

Estimativa do contributo do QREN para a prioridade estratégica da Política da Coesão: 3. Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar: referência às tipologias de intervenção enquadradas por PO e Orientação para a coesão territorial

Política de Coesão 2007-2013	POVT	ON2	Mais Centro	INALENTEJO	PORL	Algarve 21	INTERVIR+	PROCONVERGÊNCIA
Orientações / Tipologias								
3. Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar								
3.1. Desenvolver e melhorar as infra-estruturas de transportes								
Redes e Equipamentos de Transportes								
Mobilidade Territorial								
Redes e Equipamentos Estruturantes nas R.A. Açores e Madeira (Fundo Coesão)								
Melhoria da eficiência e da segurança dos sistemas na RA Açores								
Rede de infra-estruturas marítimas na Região Autónoma dos Açores								
Rede de infra-estruturas rodoviárias na Região Autónoma dos Açores								
3.2. Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento								
Combate à Erosão e Defesa Costeira								
Prevenção e Gestão de Riscos								
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais e Imateriais								
Recuperação do Passivo Ambiental								
Acções de Valorização do Litoral								

Política de Coesão 2007-2013	POVT	ON2	Mais Centro	INALENTEJO	PORL	Algarve 21	INTERVIR+	PROCONVERGÊNCIA
Orientações / Tipologias								
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental								
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados								
Infra-estruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos								
Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental								
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento								
Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”								
3.3. Abordar a questão da utilização intensiva das fontes de energia tradicionais pela Europa								
Energia								
3.4. Sistema Urbano Nacional								
Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano								
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano								
Parcerias para a Regeneração Urbana								
Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação								
Reabilitação Urbana e Rural								

ANEXO Nº 13 – PAINEL DE DISCUSSÃO PÓLOS DE COMPETITIVIDADE E CLUSTERS

AVALIAÇÃO GLOBAL DO QREN

PAINEL DE DISCUSSÃO “PÓLOS DE COMPETITIVIDADE E CLUSTERS” (7 de Abril de 2010 – Porto – Hotel Porto palácio)

1. O PAINEL E O OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A Agenda Operacional da Competitividade (AOC) veicula um contributo potencial assinalável para a concretização da dimensão estratégica do QREN associada a objectivos de mudança estrutural da economia portuguesa e do seu perfil de especialização, promoção da produção de bens transaccionáveis e reforço da capacidade de exportação. A avaliação do grau de concretização dessa vertente da dimensão estratégica constitui uma preocupação central do estudo de avaliação global em que este painel se insere. Neste contexto, a abordagem transversal introduzida na programação através das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) e, dentro destas, a relevância da promoção de pólos de competitividade e clusters emergem como instrumentos de largo alcance potencial para atingir aqueles desígnios estratégicos da programação.

Tendo como suporte complementar do processo de avaliação o material de análise das candidaturas apresentadas pelos diferentes pólos e clusters, foi constituído um painel de 8 experiências (4 pólos e 4 clusters).

O painel foi confrontado com três questões relevantes para o exercício de avaliação global do QREN, tendo por pano de fundo o papel das EEC na concretização dos grandes objectivos da AOC:

- Que influência teve a programação do QREN na génese dos pólos e clusters seleccionados?
- Que valia e potencial apresentam os diferentes instrumentos de programação do QREN para apoiar o lançamento e consolidação dos pólos/clusters seleccionados?
- Que impactos são expectáveis das iniciativas em curso para o aumento da produção de transaccionáveis, alteração do perfil de especialização produtiva e criação de emprego mais qualificado?

2. PARTICIPAÇÕES NO PAINEL

As experiências representadas no painel de discussão foram as seguintes:

a. Pólos de competitividade

Saúde: Eng^o Joaquim Magalhães da Cunha;

Tecnologias de informação, comunicações e electrónica –TICE: Eng^o Paulo Nordeste;

Agro-industrial: Eng^a Ondina Afonso e Eng^a Isabel Braga da Cruz

Tecnologias de produção – PRODUTECH: Eng^o José Carlos Caldeira INESC Porto.

b. Clusters

Cluster Agro-industrial do Centro – INOVCLUSTER: Eng^o Cláudia Domingues Soares;

Habitat Sustentável: Professor Eng^o Victor Sousa Ferreira;

Pedra Natural – Valor Pedra: Dra. Cláudia Costa e Dra. Marta Peres.

Por motivo de doença, o cluster dos Vinhos da Região Demarcada do Douro não se fez representar, embora o Eng^o Fernando José Alves tenha enviado um contributo escrito de suporte ao painel de discussão.

3. DESENVOLVIMENTOS

Sobre as condições de emergência das iniciativas

A grande maioria das experiências de pólos e clusters representados no painel de discussão corresponde a processos anteriores à programação do QREN, embora constituídos na sequência de iniciativas públicas estimuladoras do seu aparecimento, em alguns casos de âmbito regional e com alguma intervenção catalizadora de CCDR. Esta evidência é relevante, pois corresponde a afirmar que a figura das EEC não se aplicou nestes casos num vazio de iniciativas, mas antes tendeu a potenciar redes de interacção entre agentes representativos já em fase de exploração.

A consideração dos casos concretos envolvidos permitirá consolidar esta hipótese de trabalho.

O **pólo de competitividade da saúde** tem a sua origem próxima na iniciativa Norte 2015 (CCDRN) e parte simultaneamente de uma observação e de uma necessidade. A observação correspondeu ao reconhecimento da presença não só na região Norte mas também no Centro e na região de Lisboa e Vale do Tejo de uma massa relevante de recursos científicos na área das ciências da saúde, com representatividade internacional medida por indicadores comuns de avaliação de potenciais científicos (recursos humanos e produção científica realizada). A necessidade, fortemente apoiada na experiência inspiradora da BIAL, consistiu no reconhecimento de que era imperioso promover um novo paradigma de enquadramento à actividade científica orientado para a necessária criação de valor. O modelo utilizado foi o de uma “task-force” dinamizadora do processo de constituição, constituída por 10 personalidades do mundo da ciência, da empresa e institucional. Não se perdeu de vista que a criação de valor nas áreas da saúde (transformação de conhecimento em valor) pressupõe não apenas a interacção com o tecido empresarial (por exemplo de empresas produtoras de dispositivos médicos), mas também com instituições públicas ou mesmo privadas nesta mesma área (por exemplo, grandes hospitais). O alcance nacional da iniciativa é indiscutível apesar da sua génese ser regional, dado sobretudo as adesões entretanto observadas.

O **pólo de competitividade agro-industrial**, dinamizado pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, tem a sua origem próxima num estudo estratégico realizado sobre o sector agro-alimentar, dinamizado pela CCDR-Norte que permitiu referenciar pequenas e médias empresas com potencial de integração numa dinâmica de EEC. A abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas à constituição de pólos de competitividade e clusters foi utilizada como instrumento de consolidação do processo anteriormente iniciado, procurando através de um “core” de projectos alargar a colaboração entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional. O alcance e difusão nacionais da iniciativa merecem algum

aprofundamento adicional, sobretudo na medida em que existe o problema da sua articulação com os clusters regionais do Centro (essencialmente Castelo Branco) e do Ribatejo (Santarém, Abrantes).

O **pólo de competitividade das TICE** é aquele que apresenta uma gestão mais longa datando de 2003 as iniciativas orientadas para a constituição de um cluster na área das telecomunicações, envolvendo a PT Inovação (Aveiro) e a colaboração directa com empresas relevantes como a NOKIA e a SIEMENS. A criação de um centro de excelência no período de programação do QCA III na área das telecomunicações constitui a antecâmara do processo: “O projecto Telesal pretende criar uma Rede de Competências em Telecomunicações e Tecnologias de Informação, centrada em Aveiro, com o objectivo de afirmar Portugal como um pólo tecnológico para o desenvolvimento de soluções de telecomunicações na sua definição mais ampla através de uma forte participação em programas de I&D Internacionais e com forte presença de produtos tecnológicos desenvolvidos em Portugal no mercado das telecomunicações.”

O alcance nacional da iniciativa é inequívoco: “Actualmente, o TICE.PT envolve 46 entidades das quais 54% são Empresas, 26% pertencem ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional e 20% são Associações, distribuídas essencialmente pelas Regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Estas 46 entidades representam um volume de negócios de M€ 1800 (1,16 % do PIB), M€ 290 de exportações, M€ 124 de investimento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação e 14.000 empregos directos.”

O **pólo de competitividade das tecnologias de produção**, de dimensão transversal claramente assumida à partida, tem uma génese particularmente curiosa, na medida em que constitui a última iniciativa nascida no terreno para responder à referida abertura de concurso dos pólos e clusters. Porém, existia uma dinâmica subjacente materializada na participação nos trabalhos do Fórum Europeu – Plataforma Manufature, com associação também constituída para o efeito e que reunia muitas das empresas que haveriam de associar-se ao PRODUTECH. Esta associação à plataforma Manufature é muito relevante para assegurar plena consonância com orientações comunitárias, encontrando-se hoje fortemente alinhada com a prioridade europeia de conservar uma dimensão transformadora na indústria europeia. Para além disso, a sensibilização prévia do potencial da iniciativa junto de autoridades públicas teve o mérito de antecipar a receptividade à constituição do pólo e com isso motivar os participantes para o esforço de apresentação de uma candidatura. A lógica do pólo assenta em grande medida na relevância da proximidade “research-user-producer” e aproveitou claramente a experiência do INESC Porto na dinamização de tecnologias transversais para a indústria do calçado. A lógica das EEC permitiu alargar a dimensão horizontal das tecnologias representadas no pólo com a interacção com outros clusters e pólos de competitividade, criando efeitos promissores na indústria dos bens de produção, que constitui um factor muito poderoso de disseminação da I&D – inovação.

O **cluster do Habitat Sustentável** tem a sua origem próxima na criação de uma plataforma para a construção sustentável em torno da fileira do habitat largamente representada na região Centro e dinamizada por acção da CCDRC e de outras entidades. A presença do ITeCons (Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências de Construção) é marcante no processo, bem como a interacção desenvolvida com o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro. A relevância da fileira na região Centro é inequívoca mas a ligação da iniciativa com outros centros de saber situados noutras regiões (Universidades do Minho e do Porto) pode constituir um factor decisivo de extensão da acção do cluster.

O **cluster da pedra natural** tem a sua origem na experiência dinamizadora do CEVALOR que constitui um centro estratégico sectorial, suportado por um estudo prospectivo realizado para o sector das pedras ornamentais e industriais, apoiado e acompanhado pelo IAPMEI. A sua inscrição regional tem sido

alargada através de adesões de empresas e entidades implantadas noutras regiões que não o Alentejo, designadamente da região Centro. As EEC constituíram para a iniciativa um factor relevante de alargamento da iniciativa a outras entidades e empresas associadas.

O **cluster agro-industrial do Centro** resulta de uma iniciativa centrada em Castelo Branco, com dinamização exercida pela CM de Castelo Branco em estreita colaboração com o Instituto Politécnico local, a qual se materializou na criação de um Centro Tecnológico Alimentar. Entre todas as iniciativas presentes é aquela que apresenta uma origem mais marcadamente municipal. A sua designação como cluster agro-industrial do Centro oculta alguma debilidade de extensão regional de uma actividade com origem marcadamente local. A participação do Biocant (Cantanhede) em dois dos projectos apresentados em sede de candidatura constitui uma excepção muito positiva num contexto globalmente desfavorável. Não são claros os propósitos de articulação com o pólo de competitividade agro-industrial e a ausência de contactos bem sucedidos com o cluster agro-industrial do Ribatejo é também uma característica penalizadora deste processo.

O **cluster dos vinhos da Região Demarcada do Douro** tem a sua origem próxima na acção já anteriormente desenvolvida pela ADVID (Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense), cujo objecto consiste no estudo, experimentação, demonstração e divulgação de técnicas de vitivinicultura adequadas às características da RDD, com funções exercidas de elo de ligação entre a Universidade e o sector. Tendo em conta os antecedentes suscitados pelo estudo da Monitor Company (Michael Porter) sobre os vinhos portugueses e pelo próprio Plano Estratégico sobre os vinhos do Porto e do Douro realizado para o IVDP (2008), que defendiam com clareza a lógica organizacional do cluster, é inequívoco o contributo da oportunidade aberta pelas EEC para fazer avançar a iniciativa para o modelo de cluster. A existência de domínios de articulação entre o cluster da RDD e o pólo de competitividade agro-industrial dinamizado pela Escola Superior de Biotecnologia constitui um domínio de interrogação futura, sendo essencial clarificar se a iniciativa evoluirá mais no sentido da vitivinicultura ou da própria enologia.

Uma perspectiva de síntese da discussão realizada em torno da primeira questão permite concluir que, no seio da diversidade de situações representadas, surge inequívoco o contributo da iniciativa QREN para potenciar e consolidar iniciativas já presentes no terreno. Esta conclusão é relevante para sustentar que a escolha das experiências a justificar focagem de apoios tinha condições para ser mais selectiva e indutora de efeitos estruturantes mais significativos.

A permanência de ambiguidades entre experiências seleccionadas (por exemplo as existentes entre os pólos e clusters do agro-industrial) e a não clarificação atempada de interacções que é necessário salvaguardar entre determinados clusters e pólos constituem fragilidades de uma iniciativa que tinha condições à partida para se apoiar em experiências com crescimento promissor.

As experiências discutidas no painel situam-se a um nível elevado de trabalho anteriormente desenvolvido com a grande excepção do cluster industrial do Centro que não deixa de apresentar uma lógica ainda marcadamente municipal com laços ténues de extensão regional. Não se entende a razão do Biocant estar representado neste cluster regional e não o estar no pólo de competitividade.

O núcleo de experiências representadas no painel distingue-se ainda no seu todo por objectivos estratégicos claros e identificáveis com a lógica das EEC, o que constitui também um reflexo do trabalho anterior. Mesmo neste contexto de capital relacional já anteriormente desenvolvido, a grande maioria dos intervenientes salientou a necessidade de tempo de maturação da lógica de cluster, sendo por isso determinante o efeito de demonstração que os operadores e empresas mobilizados encontrem na

adesão ao pólo/cluster. Por outras palavras, o modo como a programação QREN valorar essa experiência de adesão e participação activa na EEC em constituição será determinante para o êxito da iniciativa.

Sobre a valia e o potencial dos diferentes instrumentos de programação do QREN para apoiar o lançamento e consolidação dos pólos/clusters seleccionados

Os participantes foram confrontados com a necessidade de avaliar o potencial da programação do QREN para consolidar as iniciativas emergentes, sem prejuízo da convicção partilhada pela generalidade das experiências de que essa consolidação não se esgota nessa programação, antes exigindo um corpo consistente e visível de políticas públicas orientadas para esse objectivo.

A opinião dominante recolhida entre os líderes das experiências seleccionadas aponta para a forte relevância dos instrumentos de programação do QREN, dada a sua diversidade. A discussão permitiu evidenciar que as expectativas suscitadas pela panóplia de instrumentos previstos na programação explicam a movimentação suscitada em torno das diferentes experiências, sobretudo daquelas que viram nesses instrumentos uma oportunidade de consolidação da lógica de cooperação preexistente.

Todavia, as incidências da discussão permitiram aclarar uma descida significativa de expectativas quanto ao potencial de concretização efectiva dessas oportunidades. Essa quebra de expectativas é explicada pelos intervenientes com base num conjunto de factos objectivos suscitados pela dinâmica concreta da programação, que passamos a enumerar:

- a. A fixação de um plafond de 20% para os custos com pessoal no âmbito dos projectos SIAC, com aposta implícita clara na subcontratação, é considerada pelas experiências como um factor fortemente penalizador do contributo desses projectos;
- b. As majorações previstas para os projectos integrados numa experiência de pólo ou cluster têm vindo a experimentar um downgrading de valores face aos previstos (de 10 para 5% e não extensivas a todos os projectos âncora);
- c. Alterações observadas nas quotas de financiamento a fundo perdido dos projectos mobilizadores, determinando a aplicação de reembolso dos apoios acima de um dado plafond contribuíram também para a descida de expectativas;
- d. Dificuldades de afirmação dos apoios associados aos projectos mobilizadores face a projectos de I&D em co-promoção, o que penaliza a lógica de afirmação da EEC;
- e. Ambiguidades na apresentação de projectos complementares aos sistemas de incentivos do ponto de vista da emissão de pareceres que atestem a integração do projecto complementar numa experiência de pólo ou cluster que penalizam seriamente as vantagens de um dado projecto surgir amarrado a uma EEC;
- f. Dificuldades observadas nos processos de avaliação dos projectos sem grande margem para a demonstração da dimensão estratégica dos processos em curso, sem apresentações presenciais das estratégias e com peritos insuficientemente informados da dimensão estratégica dos projectos à luz de objectivos de competitividade tecnológica;

- g. Ausência de um centro de racionalidade estratégica de todo o processo susceptível de manter viva e coordenada a máquina global, com o estabelecimento dos links necessários com os centros de decisão política que é necessário cativar;
- h. Ausência da Adi do processo entendida como facto penalizador da continuidade do conhecimento face a períodos de programação anteriores;
- i. Dificuldades de envolvimento de um número mais alargado de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) nas EEC pelo facto da formatação dos processos de candidatura nestas últimas apresentar uma carga burocrática mais pesada do que no SI I&DT;
- j. Incapacidade da política agrícola (FEADER) acolher satisfatoriamente as lógicas de EEC, o que gera efeitos penalizadores para os pólos e clusters orientados para submeter projectos aquele fundo;
- k. Dificuldades da medida “Cooperação para a Inovação” do PRODER integrar acções de desenvolvimento de investigação orientada para a produção de conhecimento pré-competitivo a difundir entre os actores regionais.

A identificação destes factores justificativos da descida de expectativas quanto ao rumo actual de aplicação das EEC não pode deixar de ser contextualizada à luz das mensagens que um painel desta natureza tende a suscitar por parte das entidades intervenientes. No entanto, a qualidade das experiências representadas, evidenciada nas análises realizadas pela Comissão de Avaliação, aconselha a que estes aspectos sejam tidos em devida conta.

A análise realizada pela equipa de avaliação dos argumentos invocados pelos participantes confirma que há elementos que objectivamente apontam para uma quebra de expectativas face ao potencial que a panóplia de instrumentos de programação apresentada para consolidar as experiências representadas.

Destacamos sobretudo dois aspectos que estão claramente relacionados entre si. A percepção de algumas das entidades de que a lógica de afirmação das EEC exigiria um centro de racionalidade a elas dedicado, com poder de articulação aos centros de decisão política capazes de impulsionar o processo bate certo com a evidência de que o número de projectos aprovados fora da lógica de afirmação dos diferentes pólos ou clusters corre o risco de gerar efeitos perversos do ponto de vista da consolidação das experiências e da geração de efeitos de demonstração associados à adesão. Isto significa que a iniciativa global apresenta um elevado potencial de mobilização de energias, mas a falta desse centro de racionalidade enfraquece o seu poder de afirmação. Os desafios de aprovação que pesaram sobre os sistemas de incentivos na sequência da utilização do QREN como instrumento entre outros de combate à crise económica podem ser convocados para explicar parcialmente a dificuldade de valorizar a pertença a um pólo ou cluster como factor de co-financiamento preferencial. A relação entre projectos mobilizadores (mesmo admitindo que a conformidade com os projectos âncora iniciais está assegurada) e os projectos complementares permanece ambígua, não sendo clara a vantagem de um dado projecto considerado complementar o ser. O mesmo pode dizer-se quanto à dificuldade sentida por algumas experiências de acomodar a sua participação na lógica das EEC no financiamento do PRODER ou, menos decisivamente, a não existência no POPH de instrumentos de apoio consequentes com a estratégia dos pólos/clusters.

Daí poder concluir-se que existe margem de manobra para focagem de operacionalização dos instrumentos de programação ao serviço das EEC, desejavelmente acompanhada de apoio preferencial aos projectos mais consequentes de pólos e clusters.

Sobre os impactos esperados das experiências seleccionadas em termos de produção de transaccionáveis, mudança do perfil de especialização e criação de emprego mais qualificado

A generalidade dos participantes tendeu a moderar expectativas quanto à existência de impactos a curto prazo ao nível dos três critérios anteriormente assinalados, apoiando-se sobretudo na maturação necessária das redes de cooperação e no factor crítico de concretização de resultados dos projectos mobilizadores:

- O impacto esperado do **pólo das tecnologias de produção** é promissor sobretudo porque pode suportar algum reforço da capacidade de produção de bens nacionais, com reflexos na estrutura das relações interindustriais e na produção de substituíveis de bens anteriormente importados, designadamente no âmbito da integração máquinas e ferramentas e sistemas de informação (sistemas de produção inteligentes);
- Os **pólos das TICE e do Agro-industrial** apostam na dinâmica dos respectivos pólos como factores geradores de massa crítica de competências empresariais para a internacionalização, sem ignorar que no âmbito dos projectos mobilizadores estão outros efeitos de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores (gestão otimizada de energia, interoperabilidade em software financeiro, novas tecnologias de produção alimentar, novos produtos alimentares para grupos de consumidores específicos, etc.);
- O **pólo da saúde** ao apostar em investimentos de translação, isto é, de projectos de criação de valor a partir da produção de conhecimento científico, tenderá seguramente a gerar novos focos de produção nacional. Os seus objectivos apontam para a criação de 5 novos medicamentos, cerca de 50 novos dispositivos médicos ou terapêuticos com ligações às produções de plásticos e têxteis, com reflexos na exportação;
- O **cluster da pedra** tenderá a produzir impactos na eficiência das tecnologias de produção de rochas ornamentais e industriais, com reflexo na criação de valor, na diversificação (inovação) de produtos;
- O **cluster agro-industrial do Centro** tenderá a suscitar novos produtos com melhores índices de consumo saudável e de eficiência energética não sendo relevante o seu impacto sobre a produção de transaccionáveis;
- O **cluster do habitat sustentável**, organizado em torno do conceito de sustentabilidade como factor de inovação, tenderá a impactar uma fileira de produção, o habitat, com reduzida presença na produção de bens transaccionáveis, mas com efeitos na sustentabilidade urbana e na eficiência energética;
- O **cluster dos vinhos da RDD** projecta-se claramente num sector de bens transaccionáveis com reflexos potenciais seja nas condições a montante da vitivinicultura seja em ganhos de progressão na cadeia de valor.

Pode assim dizer-se que os resultados esperados associados aos projectos mobilizadores constituem factores críticos de êxito da maturação de efeitos mais a médio prazo, susceptíveis de impactar a estrutura produtiva ou pelo menos a sua eficiência.

Embora nenhuma das experiências representadas apresente estimativas da criação esperada de emprego qualificado, as estratégias que os suportam apresentam um potencial inequívoco nesse sentido.

4. IMPLICAÇÕES EM TERMOS DO TRABALHO DE AVALIAÇÃO

Os capítulos anteriores configuram um documento autónomo que constituirá um elemento material de informação muito relevante para os trabalhos de avaliação do QREN.

As ideias desenvolvidas no painel de discussão interpelam a avaliação global do QREN, suscitando os seguintes elementos a ponderar:

- As experiências representadas sugerem que o desenvolvimento da componente empresarial das EEC (pólos e clusters) dispôs no terreno de capital de iniciativa favorável para assegurar que estas pudessem constituir um factor relevante de orientação do investimento empresarial segundo os principais designios estratégicos do QREN em matéria de Agenda para a Competitividade; embora dispondo de capital de iniciativa preexistente, o papel indutor da programação do QREN no desenvolvimento de um novo estágio de cooperação deve ser realçado, atendendo sobretudo às expectativas geradas em torno da panóplia dos instrumentos de programação susceptíveis de serem mobilizados;
- A qualidade das estratégias das experiências seleccionadas (com excepções pontuais já assinaladas) suscita a questão de saber se o teor da discussão pode ser extrapolado para o conjunto dos pólos e clusters aprovados; admitimos que a amostra representada no painel enviesa essa extrapolação, devendo por isso ser aprofundada a análise dos materiais disponibilizados sobre a totalidade das experiências;
- É necessário confirmar com outros elementos de informação a ideia de que há quebra de expectativas quanto ao potencial mobilizador e de demonstração da iniciativa das EEC, com dispersão de instrumentos de programação não necessariamente focados na consolidação das estratégias de constituição de pólos e clusters; esta ideia é essencial pois pode resultar da inexistência de um centro de racionalidade dedicado à coordenação das EEC de natureza empresarial, parcialmente substituído pela lógica de gestão do POFC;
- O painel evidencia ainda que as estratégias de dinamização de pólos e clusters exigirão um tempo de maturação muito longo para produzirem impactos relevantes em termos do aumento da produção de transaccionáveis e da mudança do perfil de especialização produtiva; a necessidade de persistência das orientações, a relevância estratégica dos projectos mobilizadores e a também necessária maior integração entre projectos mobilizadores e complementares serão factores relevantes para desenhar essa persistência de orientações; admite-se que em torno destas prioridades seria possível assegurar uma maior selectividade de apoios;
- Alguns défices de integração entre iniciativas são notórios, com particular realce para a articulação que é necessário promover entre o pólo agro-industrial (cuja afirmação nacional deveria ser reforçada) e os clusters essencialmente locais do Centro e do Ribatejo; estes défices coexistem com

o reconhecimento por parte dos participantes de que tem sido virtuoso o clima de interações e de conhecimento mútuo existente pelo menos entre alguns grupos de iniciativas.

ANEXO Nº 14 – ANÁLISE DE MÉRITO DOS PA PROVERE

PA PROVERE segundo os principais resultados quantitativos da análise técnica das Autoridades de Gestão

Designação do PA PROVERE	Análise Técnica - Matriz de notação de mérito (pontuações por critério e sub-critério)												Pontuação Final	Pontuação média regional	Desvio da pontuação da candidatura face à pontuação média regional
	Critério A: Qualidade do Programa					Critério B: Impactos do Programa de Acção no(s) território(s) e nos objectivos de política									
	Total	Principais sub-critérios				Total	Principais sub-critérios								
		Coerência e razoabilidade	Amplitude territorial dos mercados-alvo, nomeadamente internacional	Consistência interna do conjunto de projectos a desenvolver - contributos dos projectos para os objectivos do programa	Grau de complementaridade com ELD apoiadas pelo PRODER (quando aplicável)		Impactos no VAB e no emprego (volume e qualificações)	Reforço da densidade empresarial e institucional	Diversificação das actividades produtivas regionais e carácter inovador das novas actividades	Impactos na massa crítica e na atractividade do(s) território(s) e região (ões) envolvidas	Efeitos de demonstração e consolidação da parceria e do desenvolvimento de actividades criativas e inovadoras				
Minholn	3,94	4	4	5	4	3,50	3	4	4	3	4	3,81	3,49	0,32	
Alto Douro Vinhateiro	3,64	5	5	4	5	4,10	3	4	5	5	5	3,78		0,29	
Aquanatur: Complexo Termal do Alto Tâmega	3,79	4	4	5	3	2,95	2	3	3	3	4	3,54		0,05	
Terra Fria Transmontana	3,59	4	3	4	2	3,35	3	3	5	4	3	3,52		0,03	
Inovarural	3,64	4	4	4	2	3,10	3	4	4	3	2	3,48		-0,01	
Montemuro, Arda e Gralheira	3,37	4	4	4	3	2,90	3	3	3	3	4	3,23		-0,26	
Paisagens Milenares do Douro Verde	3,19	3	3	4	3	3,00	3	4	3	3	3	3,13		-0,36	
Rota do Românico do Vale do Sousa	3,00	3	4	3	2	3,00	3	3	3	3	3	3,00		-0,49	

Designação do PA PROVERE	Análise Técnica - Matriz de notação de mérito (pontuações por critério e sub-critério)												Desvio da pontuação da candidatura face à pontuação média regional	
	Critério A: Qualidade do Programa					Critério B: Impactos do Programa de Acção no(s) território(s) e nos objectivos de política					Pontuação Final	Pontuação média regional		
	Total	Principais sub-critérios				Total	Principais sub-critérios							
		Coerência e razoabilidade	Amplitude territorial dos mercados-alvo, nomeadamente internacional	Consistência interna do conjunto de projectos a desenvolver - contributos dos projectos para os objectivos do programa	Grau de complementaridade com ELD apoiadas pelo PRODER (quando aplicável)		Impactos no VAB e no emprego (volume e qualificações)	Reforço da densidade empresarial e institucional	Diversificação das actividades produtivas regionais e carácter inovador das novas actividades	Impactos na massa crítica e na atractividade do(s) território(s) e região (ões) envolvidas				Efeitos de demonstração e consolidação da parceria e do desenvolvimento de actividades criativas e inovadoras
Estâncias Termiais da Região Centro	4,62	5	5	4	2	4,15	4	4	4	5	4	4,48	4,01	0,47
Buy Nature: Turismo Sustentável em Áreas Classificadas	4,47	5	4	5	3	4,05	3	5	4	4	4	4,35		0,34
Rede de Aldeias de Xisto	4,37	5	4	4	4	3,90	4	4	4	4	5	4,23		0,22
Aldeias Históricas: Valorização da Rede do Património Judaico (*)	4,3	5	5	4	4	3,95	4	3	4	5	4	4,20		0,19
Villa Sicó	4,35	5	3	4	5	3,45	3	4	4	4	4	4,04		0,03
Turismo e Património do Vale do Côa(*)	4,05	5	5	4	3	4,00	4	4	4	4	4	4,04		0,03
Mercados do Tejo	4,00	4	3	4	4	3,40	5	3	3	3	4	3,82		-0,19
Beira Baixa: Terra de Excelência	3,70	4	3	3	4	3,50	4	3	4	4	3	3,64		-0,37
Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal	3,95	4	4	4	5	4,00	4	4	4	4	4	3,97	3,55	0,42
Zona dos Mármore	3,75	4	4	4	3	4,00	4	4	4	4	4	3,83		0,28

Designação do PA PROVERE	Análise Técnica - Matriz de notação de mérito (pontuações por critério e sub-critério)												Pontuação Final	Pontuação média regional	Desvio da pontuação da candidatura face à pontuação média regional
	Critério A: Qualidade do Programa					Critério B: Impactos do Programa de Acção no(s) território(s) e nos objectivos de política									
	Total	Principais sub-critérios				Total	Principais sub-critérios								
		Coerência e razoabilidade	Amplitude territorial dos mercados-alvo, nomeadamente internacional	Consistência interna do conjunto de projectos a desenvolver - contributos dos projectos para os objectivos do programa	Grau de complementaridade com ELD apoiadas pelo PRODER (quando aplicável)		Impactos no VAB e no emprego (volume e qualificações)	Reforço da densidade empresarial e institucional	Diversificação das actividades produtivas regionais e carácter inovador das novas actividades	Impactos na massa crítica e na atractividade do(s) território(s) e região (ões) envolvidas	Efeitos de demonstração e consolidação da parceria e do desenvolvimento de actividades criativas e inovadoras				
A Cultura Avieira a Património Nacional	3,70	4	3	5	4	3,80	4	4	4	4	4	3,73		0,18	
InMotion: Alentejo, Turismo e Sustentabilidade	3,54	4	3	5	3	3,95	4	4	4	5	4	3,67		0,12	
Ambinov: Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis	3,69	4	3	5	3	3,45	3	3	4	4	4	3,62		0,07	
Alentejo Litoral e Costa Vicentina : Reinventar e Descobrir, da Natureza à Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,05		-0,5	
Montado de Sobro e Cortiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00		-0,55	
Âncoras do Guadiana (*)	3,73	4	4	5	4	3,55	3	4	3	4	3	3,71	3,51	0,2	
Algarve Sustentável: Desenvolvimento Sustentável das Áreas de Baixa Densidade do Algarve	3,23	3	4	4	4	3,50	3	4	4	3	4	3,31		-0,2	

Designação do PA PROVERE	Análise Técnica - Matriz de notação de mérito (pontuações por critério e sub-critério)												
	Critério A: Qualidade do Programa					Critério B: Impactos do Programa de Acção no(s) território(s) e nos objectivos de política					Pontuação Final	Pontuação média regional	Desvio da pontuação da candidatura face à pontuação média regional
	Total	Principais sub-critérios				Total	Principais sub-critérios						
		Coerência e razoabilidade	Amplitude territorial dos mercados-alvo, nomeadamente internacional	Consistência interna do conjunto de projectos a desenvolver - contributos dos projectos para os objectivos do programa	Grau de complementaridade com ELD apoiadas pelo PRODER (quando aplicável)		Impactos no VAB e no emprego (volume e qualificações)	Reforço da densidade empresarial e institucional	Diversificação das actividades produtivas regionais e carácter inovador das novas actividades	Impactos na massa crítica e na atractividade do(s) território(s) e região (ões) envolvidas	Efeitos de demonstração e consolidação da parceria e do desenvolvimento de actividades criativas e inovadoras		

Fonte: Informação disponibilizada pelo Observatório do QREN (Fichas de caracterização das candidaturas e respectivas Matrizes de notação de mérito; Pareceres da Comissão de Avaliação). Nota: (*) PA reconhecidos como PROVERE não condicionados a requisitos

ANEXO Nº 15 – FOCOS E RECURSOS PROVERE

Foco temático e recurso (s) endógeno (s) a valorizar pelos PA PROVERE:

<p>Minholn - Paisagem do Minho, recurso economico diferenciador; 7 tipologias : golfe e turismo residencial; turismo natureza; Solares e Aldeias / património ; Enoturismo / Gastronomia e Vinho Verde; produtos da terra; náutica; e novos negócios.</p>
<p>Alto Douro Vinhateiro - “Paisagem vinhateira” centrada em 6 eixos: enoturismo; corredor fluvial; touring cultural, paisagístico e de natureza; produtos da terra e gastronomia; território e ambiente; governance.</p>
<p>Aquanatur - Estâncias termais de tradição, actividades de turismo natureza, gastronomia; Um grande projecto turístico (projecto PIN) em vias de conclusão, com âmbito alargado a outras actividades (golfe) dá um impulso importante</p>
<p>Terra Fria Transmontana - A natureza e biodiversidade do Nordeste Transmontano (como Eco-Região) factor de desenvolvimento de bens e serviços transaccionáveis potenciadores da sustentabilidade ambiental mas também económica e social</p>
<p>Inovarural - A oliveira e o azeite como recurso endógeno; Estrategia de desenvolvimento em quatro eixos: i) a diferenciação através da inovação e do marketing, ii) a valorização do sector produtivo da oliveira, iii) o turismo da oliveira e do azeite e iv) o empreendedorismo rural.</p>
<p>Montemuro, Arda e Gralheira - As serras da Freita e Montemuro, e os Rios Paiva e Vouga, enquanto sítios classificados “Rede Natura 2000”. Propícios à prática dos desportos de aventura, radicais; a natureza exuberante e praticamente virgem e a geologia, a fauna e a flora, como elementos atractivos de suporte à aposta no desenvolvimento do turismo de natureza (“hard e soft”)</p>
<p>Paisagens Milenares do Douro Verde - A fruição do Património/Paisagem Cultural, como Capital Simbólico, com potencial de projecção externa, em complementaridade com os produtos locais de qualidade e outros recursos naturais subaproveitados em termos turístico-ambientais podem e devem ser valorizados.</p>
<p>Rota do Românico do Vale do Sousa -Valorização turística do património arquitectónico românico, complementado pela sua envolvente natural (rios, floresta e áreas agrícolas).</p>
<p>Estâncias Termais da Região Centro -Estâncias Termais da Região Centro (16) e as suas águas minerais naturais como recurso endógeno a valorizar</p>
<p>Buy Nature: Turismo Sustentável em Áreas Classificadas- Recursos singulares existentes nas Áreas Classificadas do interior da Região Centro, como factor de atracção de visitantes e de crescimento dos fluxos turísticos - Paisagens Protegidas; Sítios de Interesse Comunitário classificados Directiva Habitats e as Zonas de Protecção Especial classificados Directiva Aves e o Geopark, classificação da UNESCO (GeoPark da Meseta Meridional).</p>
<p>Rede de Aldeias de Xisto- Consolidação da Rede de Aldeias de Xisto (em 22 concelhos da R. Centro), das Praias Fluviais do Território PROVERE, e do xisto como recurso endógeno.</p>

<p>Aldeias Históricas: Valorização da Rede do Património Judaico (*) - Valorização da rede das Aldeias Históricas de Portugal e do Património Judaico, numa lógica de rede e parceria públicos e privados (NUTS III da Beira Interior Norte, da Beira Interior Sul, Cova da Beira e Pinhal Interior Norte)</p>
<p>Villa Sicó - Valorização económica dos espaços da romanização da Região Centro, com incidência específica, enquanto recursos endógenos: Cidade Romana de Conimbriga, Villa Romana do Rabaçal, Villa Romana de Santiago da Guarda e da Cidade Romana de Sellium</p>
<p>Turismo e Património do Vale do Côa(*) -Valorização e fruição dos recursos endógenos do Vale do Côa, integrados no binómio Turismo/Património (arte rupestre inimitável, de património medieval rico, enquadrados por um património natural preservado e de grande beleza)</p>
<p>Mercados do Tejo- Alavancagem de desenvolvimento económico e ordenamento territorial do Vale do Tejo em torno do recurso endógeno - Rio Tejo, com desenvolvimento de produtos turísticos de excelência e diferenciados</p>
<p>Beira Baixa: Terra de Excelência- Fortalecer a identidade - através da preservação dos recursos intemporais (património construído ao património natural, agro-industrial, gastronómico e actualização das vocações e das funções dos espaços rurais). Valorizar a diversidade - elemento distintivo dos territórios de qualidade agro-alimentar, enquanto expressão da biodiversidade, da preservação dos recursos naturais e da vitalidade das produções tradicionais. Reforçar a Inovação e a Competitividade - considerar vários aspectos críticos da actual competitividade agro-industrial e a articulação entre o desenvolvimento agrícola e agro-industrial com o desenvolvimento rural.</p>
<p>Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal -Exploração diversificada de um conjunto de recursos autóctones e identificação de novas oportunidades de mercado para recursos ainda não explorados comercialmente (produtos apícolas, a cortiça, a pecuária, as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, o medronho as ervas silvestres comestíveis, a alfarroba e os frutos silvestres que têm um elevado potencial de qualidade (DOC, DOP, DO, ETG, IGP, IG) e de valor estratégico</p>
<p>Zona dos Mármore - A Plasticidade do mármore extravasa a dimensão produtiva sendo assumido como recurso criativo, paisagístico, histórico e milenar e também como recursos turístico. É feita uma forte aposta no turismo industrial e criativo.</p>
<p>A Cultura Avieira a Património Nacional- A cultura Avieira, conjunto de iniciativas/projectos centrados nas Aldeias Avieras, no Rio Tejo, na Biodiversidade da Lezíria e nas tradições locais, com características únicas e diferenciadoras desta focalizados na estruturação de produtos de Touring cultural e de natureza com vista à manutenção e sustentabilidade dos territórios e das populações que nele habitam</p>
<p>InMotion: Alentejo, Turismo e Sustentabilidade-A natureza e biodiversidade assentes nos patrimónios natural e cultural com características únicas e diferenciadoras desta região, focalizados na estruturação de produtos de Touring cultural e de natureza.Os recursos estão directamente relacionados com a dinamização e promoção do produto turístico “touring”, considerado como o produto “de excelência” e “por excelência” do Alentejo no âmbito do PROT e do PENT.</p>
<p>Ambinov: Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis- Património natural e ambiental (considerados como dos mais bem preservados a nível europeu) e ao património cultural, histórico e arqueológico presentes neste território.Os recursos propostos a valorizar e o foco temático associado estão directamente relacionados com a dinamização e promoção dos produto turísticos “touring”- considerado como o produto “de excelência” e “por excelência” do Alentejo no âmbito do PROT e do PENT.</p>

Alentejo Litoral e Costa Vicentina : Reinventar e Descobrir, da Natureza à Cultura- Património natural e ambiental, (considerados como dos mais bem preservados a nível europeu) e ao património cultural, histórico e arqueológico presentes neste território. Os recursos estão directamente relacionados com a dinamização e promoção dos produto turísticos “touring”- considerado como o produto “de excelência” e “por excelência” do Alentejo no âmbito do PROT (Golf e Resorts Turísticos)

Montado de Sobro e Cortiça- O montado de sobro e cortiça para o qual pretendem encontrar novas aplicações práticas, nomeadamente para a utilização da cortiça, valorizando-a enquanto produto natural, com valor biológico e com um balanço positivo na economia de carbono.

Âncoras do Guadiana (*)- Recursos Rio Guadiana e Espaços Naturais Protegidos e Classificados com temática na Navegabilidade do Rio Guadiana e a Valorização e qualificação dos Espaços Naturais Protegidos e Classificados, e sendo o turismo identificado como força motriz da reestruturação da base económica.

Algarve Sustentável: Desenvolvimento Sustentável das Áreas de Baixa Densidade do Algarve- Recursos Endógenos diversificados - componente natural, cultural e rural, incluindo a biodiversidade, a paisagem, as áreas protegidas, o património construído e arqueológico, os produtos locais, o artesanato, entre outros. A ideia global estrutura-se em torno do Tema âncora e da Visão Estratégica da "Via Algarviana" - percurso pedestre entre o Rio Guadiana e o Cabo de S. Vicente que pode igualmente ser realizado a cavalo e BTT. O conjunto de intervenções de âmbito regional está focado no empreendedorismo & inovação e na promoção dos recursos e produtos do território - alvo.

ANEXO Nº 16 – CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE MÉRITO PROVERE

Critérios e Sub -critérios da análise de Mérito das candidaturas PROVERE

Critério A: Qualidade do Programa	
sub-critérios	Coerência e razoabilidade
	Grau de maturidade das iniciativas propostas
	Celeridade na produção de resultados
	Elementos de inovação relevantes
	Localização (ões) do(s) projecto(s) âncora e amplitude(s) territorial(is) dos efeitos esperados
	Amplitude territorial dos mercados-alvo, nomeadamente internacional
	RH envolvidos em actividades relacionadas com a criatividade e o conhecimento
	Qualidade da rede de competências e perfil adequado à realização do programa
	Consistência interna do conjunto de projectos a desenvolver-contributos dos projectos para os objectivos do programa
	Grau de complementaridade com ELD apoiadas pelo PRODER (quando aplicável)
Detalhe e razoabilidade do plano financeiro, incluindo empenho dos promotores empresariais no projecto (comparticipação privada)	
Critério B: Impactos do Programa de Acção no(s) território(s) e nos objectivos de política	
sub-critérios	Impactos no VAB e no emprego (volume e qualificações)
	Fixação de activos jovens e qualificados
	Reforço da densidade empresarial e institucional
	Diversidade das actividades produtivas regionais e carácter inovador das novas actividades
	Impactos na massa crítica e na atractividade do(s) território(s) e região (ões) envolvidas
	Efeitos de demonstração e consolidação da parceria e do desenvolvimento de actividades criativas e inovadoras

ANEXO Nº 17 – CONDICIONANTES IDENTIFICADAS NA AVALIAÇÃO DOS PA PROVERE

PA PROVERE segundo a tipologia de condicionantes (medidas necessárias ao reconhecimento do PROVERE) apontados pela Comissão de Avaliação

Tipologia de Condicionantes	Designação do PA PROVERE
<p>Garantia da elegibilidade e viabilidade de financiamento dos projectos âncora, sem prejuízo das competências das Autoridades de Gestão dos PO financiadores em sede de apreciação das candidaturas em concreto que, depois de devidamente instruídas, venham a ser apresentadas pelos promotores para efeitos de aprovação.</p>	<p><u>Por parte dos PO Financiadores:</u> Minholn; Alto Douro Vinhateiro; Terra Fria Transmontana; Inovarural; Aqanatur; Montemuro, Arda e Gralheira; Paisagens Milenares do Douro Verde; Rota do Românico; <u>Por parte de outros PO financiadores que não no INAlentejo:</u> InMotion; Zona dos Mármore; Cultura Avieira; Reinventar e Descobrir; Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo; <u>Por parte do POVT</u> e para os seguintes projectos âncora: «Valorização e modernização do Museu Monográfico e Ruínas Romanas de Conimbriga» e «Cobertura de Protecção da Villa Romana do Rabaçal»; Villa Sicó; <u>Por parte do POVT e do POFC</u> dos investimentos previstos ao nível da Rede de Alojamentos e de Equipamentos de Saúde e Bem-Estar nos concelhos de Seia e da Covilhã: Buy Nature; <u>Por parte do POVT e do POFC</u>, dos investimentos previstos para os municípios da Batalha e do Sabugal (no âmbito do POVT) e de Torres Vedras, Mealhada e Idanha-a-Nova (POFC): Estâncias Termas da R. Centro; <u>Por parte do PRODER:</u> Rede de Aldeias de Xisto</p>
<p>Clarificação do modelo de gestão e liderança nas componentes de acompanhamento e de avaliação.</p>	<p>Cultura Avieira; InMotion; Reinventar e Descobrir</p>
<p>Demonstração da adequação do território alvo face ao recurso (montado de sobro e cortiça).</p>	<p>Montado de Sobro e Cortiça</p>
<p>Apresentação do contrato de consórcio devidamente assinado por todos os parceiros envolvidos.</p>	<p>Algarve Sustentável</p>
<p>Clarificação da impossibilidade de fusão das candidaturas "Mercados do Tejo" (PO Centro) e "A Cultura Avieira" (PO do Alentejo) ou da viabilidade da consideração autónoma destas candidaturas, uma vez que incidem sobre o mesmo foco temático e recurso similares, parte do território, e é dinamizada por alguns dos mesmos actores.</p>	<p>Mercados do Tejo; Cultura Avieira</p>
<p>Concretização efectiva do PIN "Aqanatur – Unicer, SA", dado o seu carácter central na concretização da EEC.</p>	<p>Aqanatur</p>

Tipologia de Condicionantes	Designação do PA PROVERE
Demonstração da vantagem na consideração autónoma face ao reconhecimento do “Cluster Agro-Alimentar” recentemente aprovado para a Beira Baixa, que incide sobre a mesma temática, recursos endógenos e território.	Beira Baixa: Terra de Excelência
Evidência da capacidade de alavancagem (financeira e territorial) dos projectos âncora sobre os complementares, nomeadamente ao nível de envolvimento de parceiros privados.	Ambinov
Evidência das sinergias e complementaridades com o Cluster reconhecido “Pedra Natural”, bem como da capacidade institucional para promover duas EEC no mesmo território.	Zona dos Mármore
Reformulação no prazo de 60 dias do Programa de Acção, considerando os seguintes aspectos: reforço do carácter integrador e inovador do projecto âncora “programa de eventos de internacionalização e valorização dos produtos da terra”; reforço do envolvimento de actores empresariais.	Beira Baixa: Terra de Excelência
Reformulação, no prazo de 60 dias, do Programa de Acção, considerando os seguintes aspectos: melhoria da consistência dos projectos âncora com a estratégia e com os projectos complementares; demonstração do efeito de rede e de eficiência colectiva; envolvimento dos actores privados; demonstração da viabilidade autónoma desta candidatura face à existência do PCT Fileira Florestal.	Montado de Sobro e Cortiça

Fonte: Informação disponibilizada pelo Observatório do QREN (Pareceres da Comissão de Avaliação). Nota: PA reconhecidos como PROVERE não condicionados a requisitos; Aldeias Históricas e Património do Vale do Côa (Centro); Âncoras do Guadiana (Algarve)

ANEXO Nº 18 – RECOMENDAÇÕES PA PROVERE

PA PROVERE segundo a tipologia de Recomendações (orientações com vista ao reforço da eficácia e eficiência do PA) da Comissão de Avaliação

Tipologia de recomendações aos PA PROVERE		Cultura Avieira e Património Nacional	Aldeias Históricas (*)	Alentejo Litoral e Costa Vicentina	Algarve Sustentável	Alto Douro Vinhateiro	Ambinov	Âncoras do Guadiana (*)	Aquanatur	Beira Baixa: Terra de Excelência	Buy Nature	Estâncias Termais da Região Centro	InMotion	InParural	Mercados do Tejo	Minholn	Montemuro, Arda e Gralheira	Parques e Paisagens Milenares do Douro	Rede de Aldeias de Xisto	Serra da Estrela: Património do Vale do Douro	Terra Fria Transmontana	Património e Paisagem do Vale do Douro	Património dos Recursos Vestimentais do Mediterrâneo	Villa Sicó	Zona dos Mármore	
Garantia, na fase de execução dos projectos:	o foco estratégico e da complementaridade entre projectos				X		X			X												X		X		
	o desenvolvimento de forma integrada de projectos âncora		X																X			X				
	o desenvolvimento dos principais projectos empresariais			X																						
	a participação de actores empresariais e da difusão dos resultados no tecido económico		X								X		X										X		X	
	se um foco de intervenção nos projectos privados que contribuam directamente para a revitalização económica														X											
	a aposta em actividades inovadoras, do reforço do efeito de rede e da eficiência colectiva.									X		X											X		X	
	a articulação da estratégia PROVERE com as ELD e as PAL, no âmbito do PRODER.											X							X				X		X	
	a valorização económica de vestimentos públicos		X									X			X								X			

Tipologia de recomendações aos PA PROVRE		Cultura Avieira a Património Nacional	X Aldeias Históricas (*)	Alentejo Litoral e Costa Vicentina	Algarve Sustentável	Alto Douro Vinhateiro	Ambinov	Âncoras do Guadiana (*)	Aquanatur	Beira Baixa: Terra de Excelência	Buy Nature	Estâncias Termiais da Região Centro	InMotion	Inovarural	Mercados do Tejo	Minholn	Montemuro, Arda e Gralheira	Parisagens Milenares do Douro Verde	Rede de Aldeias de Xisto	Rota do Românico do Vale do Sousa	Terra Fria Transmontana	Turismo e Património do Vale do Sousa (*)	Valorização dos Recursos Vestres do Mediterrâneo	Villa Sicó	Zona dos Mármore
	com um foco de intervenção na área urbana das aldeias		X																						
Melhoria da explicitação, na fase de execução dos projectos:	as novas formas de produção, armazenamento, distribuição e comercialização de produtos locais																X								
	a aposta em actividades inovadoras, do reforço de efeito de rede e de eficiência colectiva da complementaridade entre projectos					X		X					X				X				X				
	a participação de actores empresariais, da evidência da fusão dos resultados no tecido económico												X				X	X			X				
	o foco temático, da aposta em bens e serviços transaccionáveis do efeito de rede e enraizamento dos projectos															X									
articulação com:	PCT do Turismo			X																					
	candidatura "Alto Douro Vinhateiro" e com o PTD do Douro (PENT)																	X							
	candidatura "Estâncias Termiais da Região Centro"																X								
	candidatura "Montemuro, Arda Gralheira" (Norte)											X													
	candidatura do Alentejo "Rota do Guadiana - Território Uádi na"							X																	

Tipologia de recomendações aos PA PROVRE		Cultura Avieira a Património Nacional	Aldeias Históricas (*)	Alentejo Litoral e Costa Vicentina	Algarve Sustentável	Alto Douro Vinhateiro	Ambinov	Âncoras do Guadiana (*)	Aquanatur	Beira Baixa: Terra de Excelência	Buy Nature	Estâncias Termiais da Região Centro	InMotion	Inovarural	Mercados do Tejo	Minholn	Mpntemuro, Arda e Gralheira	Paisagens Milenares do Douro Verde	Rede de Aldeias de Xisto	Rota do Românico do Vale do Sousa	Terra Fria Transmontana	Turismo e Património do Vale do Sousa (*)	Valorização dos Recursos Vestrestres do Mediterrâneo	Villa Sició	Zona dos Mármoreos
	os projectos da cooperação transfronteiriça (Prog. de cooperação Territorial Portugal-Espanha)						X																		
	Cluster "Vinhos da Região demarcada do Douro", o PDT do Douro e a candidatura Paisagens Milenares do Douro Verde".					X																			
	Com outros recursos endógenos do território com vantagem comparativa relevante																			X					
Estímulo à valorização das complementaridades e sinergias	As duas dinâmicas e dois recursos com elevada incidência territorial e fortes complementaridades (Aldeias Históricas e Património Judaico)		X																						
	Com demais estratégias ROVERE que partilham o mesmo território		X							X	X	X							X			X	X		
Coordenação com as acções desenvolvidas ou a desenvolver pelas Entidades Regionais de Turismo		X											X										X	X	
Órto-actividade da estrutura de gestão e coordenação da parceria e mobilização e apoio aos agentes de natureza empresarial envolvidos, acompanhando e monitorizando a sua execução			X							X	X	X							X			X	X		
Alargamento do consórcio ao universo empresarial da sub-região																			X						
Concretização do envolvimento de parceiros empresariais																						X			

Tipologia de recomendações aos PA PROVRE	Cultura Avieira a Património Nacional	Aldeias Históricas (*)	Alentejo Litoral e Costa Vicentina	Algarve Sustentável	Alto Douro Vinhateiro	Ambinov	Âncoras do Guadiana (*)	Aquanatur	Beira Baixa: Terra de Excelência	Buy Nature	Estâncias Termiais da Região Centro	InMotion	Inovarural	Mercados do Tejo	Minholn	Mpntemuro, Arda e Gralheira	Património Milenares do Douro Verde	Rede de Aldeias de Xisto	Rota do Românico do Vale do Sousa	Terra Fria Transmontana	Património e Património do Vale do Sousa (*)	Valorização dos Recursos Vestres do Mediterrâneo	Vila Sició	Zona dos Mármoreos
umento da representatividade empresarial nos projectos âncora																			X					
profundamento da maturidade de um projecto âncora, tendendo à sua especificidade e ao envolvimento de uma parceria alargada, de forma articulada com os projectos complementares											X													
concretização efectiva dos projectos inovadores na área da mobilidade, em linha com o foco estratégico																		X						
desenvolvimento das diligências necessárias à realização dos projectos inovadores												X												
hierarquização dos projectos complementares no que respeita à sua relevância para a EEC e apreciação faseada de acordo com sua relevância	X		X			X					X											X		X
prioridade na apreciação e implementação dos projectos que consubstanciam e reforçam uma lógica de rede		X							X	X	X			X							X			
assegurar a precedência da implementação de um projecto face aos demais, tendo em conta que a viabilidade da estratégia depende deste																					X	X		
sistematização pelo promotor dos investimentos já realizados em intervenções anteriores (com ou sem financiamento comunitário) justificando a necessidade dos actuais investimentos a executar no âmbito da EEC				X			X																	
edução dos projectos de rotas/acções de promoção/dinamização/ marketing			X									X												
stímulo à selectividade na apresentação e apreciação de projectos								X		X			X		X	X	X		X	X				
clarificação do modelo de gestão e acompanhamento proposto							X																	

Tipologia de recomendações aos PA PROVRE	Cultura Avieira a Património Nacional	Aldeias Históricas (*)	Alentejo Litoral e Costa Vicentina	Algarve Sustentável	Alto Douro Vinhateiro	Avinhov	Âncoras do Guadiana (*)	Aquanatur	Beira Baixa: Terra de Excelência	Buy Nature	Cáncias Termiais da Região Centro	InMotion	Inpvanural	Mercados do Tejo	Minholn	Montemuro, Arda e Gralheira	Parisagens Milenares do Douro Verde	Rede de Aldeias de Xisto	Rota do Românico do Vale do Sousa	Terra Fria Transmontana	Turismo e Património do Vale do Sousa (*)	Valorização dos Recursos Vestres do Mediterrâneo	Villa Sico	Zona dos Mármore
Implantação da estrutura de gestão e acompanhamento																								

Fonte: Informação disponibilizada pelo Observatório do QREN (Pareceres da Comissão de Avaliação)

ANEXO Nº 19 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL QREN

MATERIAIS DE ANÁLISE DA QUESTÃO DE AVALIAÇÃO RESPEITANTE À AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE)

PO Temático COMPETE		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico		
Assegurar nos regulamentos dos programas uma orientação no sentido dos incentivos serem dirigidos para desenvolvimentos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo, para a promoção de I&DT interdisciplinar, integrando os três pilares do desenvolvimento sustentável.	Os regulamentos SI inovação, SI Qualificação e Internacionalização de PME e o SIAC contemplam tipologias de projectos que promovem as boas práticas ambientais, nomeadamente ao nível da introdução de melhorias da eficiência energética e investimentos associados às questões ambientais. Ao nível da promoção de I&DT interdisciplinar, estão também contempladas nos regulamentos específicos tipologias de operações que contribuem directamente para a mesma.	● ● ●
Sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (e.g. tecnologias mais limpas), da utilização eficiente de recursos naturais (e.g. eco-eficiência), da eficiência energética e da redução das emissões de GEE, da conservação da biodiversidade (e.g. agricultura biológica, ecoturismo) e do controlo de riscos para a saúde humana e os ecossistemas (aplicação do princípio da precaução).	Uma das tipologias previstas neste eixo diz respeito aos projectos com introdução de melhorias da eficiência energética e ambiental, incluindo condições específicas de elegibilidade, nomeadamente ao nível da avaliação dos impactes dos pilares da sustentabilidade de grandes projectos. Para além disso, a hierarquização dos projectos tem em conta o seu contributo para a inovação tecnológica ou protecção do ambiente. Nos avisos de abertura para apresentação de candidaturas são definidos os critérios para o apuramento do mérito que contemplam as boas práticas ambientais e a eficiência energética.	● ● ●
Promoção de acções que estimulem a apresentação de projectos que estejam em sintonia com as orientações preconizadas para a integração dos aspectos ambientais na inovação e desenvolvimento tecnológico, e nas estratégias de gestão empresarial.	Os Regulamentos transversais SI Inovação e SI Qualificação e internacionalização de PME que se aplicam ao presente eixo prevêem tipologias de operações relacionadas com a introdução de tecnologias ambientais e de investimentos associados aos sistemas de gestão ambiental, pelo que é uma forma de promover acções de projectos com aspectos inovadores no âmbito ambiental.	● ●
Eixo 2 – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização		
Eixo 3 – Financiamento e Partilha de Risco na Inovação		
Eixo 5 – Redes e Acções Colectivas Desenvolvimento Empresarial		
Aposta na promoção de actividades de elevado valor acrescentado, mas com reduzidas intensidades materiais e energéticas, permitirá conciliar a obtenção simultânea de benefícios económicos com ganhos ambientais (e.g. redução de emissões de GEE).	Não se identificam evidências da adopção desta recomendação.	●
Adopção de boas práticas ambientais e de responsabilidade social no sector empresarial.	Não se identificam evidências da adopção desta recomendação.	●
Articulação da execução destes eixos do PO com os eixos conexos dos PO regionais e com o PO Potencial Humano.	Esta articulação é evidente principalmente com o POR Lisboa e com o POR Algarve.	● ● ●
Eixo 4 – Uma administração Pública Eficiente e de Qualidade		
Eixo 6 – Acções Inovadoras e Assistência Técnica⁽¹⁾		
Promover a adopção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, bem como a adopção de modelos de avaliação do desempenho ambiental e da sustentabilidade integrados num processo alargado de gestão e avaliação do desempenho da administração.	Não se identificam evidências da adopção desta recomendação.	●

Notas: (1) O Eixo 6 assume a designação de “Assistência Técnica” na versão final deste PO.

Programa Operacional Temático Valorização do Território

POVT		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 – Redes de Equipamentos Estruturantes Nacionais ⁽¹⁾		
Recomenda-se que os projectos a apoiar sejam avaliados de forma criteriosa, articulada, responsável, coerente e participada. Deve garantir-se que os projectos serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)	Esta recomendação não está directamente contemplada nos documentos de referência de avaliação deste eixo, nomeadamente o Regulamento Específico e os Avisos de Abertura para Apresentação de Candidaturas. As despesas com a legislação ambiental e o ordenamento do território não são elegíveis. Mas, a listagem de documentos a apresentar integra a obrigatoriedade dos documentos de licenciamento e enquadramento ambiental, pelo que fica assegurado a selecção de projectos que incluam estes procedimentos.	● ● ●
Deverá ser promovida a adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias, nomeadamente através da adopção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e/ou de métodos de Construção Sustentável.	Não sendo um dos critérios para a selecção das candidaturas, indirectamente é promovida a adopção de acções complementares de boas práticas ambientais, através da sua inclusão nas despesas elegíveis.	● ●
Eixo 2 – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos⁽²⁾		
Deverá ser assegurado que as intervenções integradas neste eixo, particularmente os projectos de combate à erosão e defesa costeira e da reabilitação de locais contaminados e de reabilitação de zonas mineiras, serão alvo dos procedimentos de gestão e avaliação ambiental, obrigatórios e/ou voluntários.	Em termos regulamentares e de critérios de selecção não está visível a aplicação desta recomendação. Apesar de não contribuírem para as despesas elegíveis as relativas a acções, projectos e operações que não tenham respeitado a legislação ambiental e de ordenamento do território, é obrigatório na entrega de documentação, os comprovativos da elaboração do procedimento de AIA. Contudo, considera-se que esta é uma medida aplicativa da legislação em vigor, pelo que seria relevante existirem critérios de mérito na avaliação de candidaturas que apresentassem elementos de gestão ambiental voluntários.	● ●
Eixo 3 – Redes e Equipamentos Estruturantes na RAA e Eixo 4- Redes e Equipamentos Estruturantes na RAM ⁽³⁾		
Recomenda-se que os projectos a apoiar sejam avaliados de forma criteriosa, articulada, responsável, coerente e participada. Deve garantir-se que estes projectos também serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a AIA	Os projectos elegíveis devem ter como objectivo o aumento dos níveis de protecção ambiental. Neste sentido, todos os projectos contribuem para esse objecto, sendo alvo de procedimentos de avaliação ambiental os estipulados pela legislação e que terão de apresentar obrigatoriamente a documentação comprovativa desses procedimentos.	● ● ●
Necessidade de articular as intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão com os PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nomeadamente no acompanhamento ambiental e monitorização do conjunto das intervenções.	Os regulamentos específicos destes Eixos evidenciam nos critérios de selecção a necessidade de articular as operações elegíveis com outros investimentos comparticipados pelo Fundo de Coesão e pelos fundos estruturais.	● ● ●
Eixo 5 - Infra-estruturas nacionais para a conectividade e valorização territorial⁽⁴⁾		
As infra-estruturas previstas no âmbito do sistema de rega de Alqueva devem articular-se com as medidas propostas no PO Alentejo e com as intervenções financiadas pelo FEADER.	Esta recomendação está a ser assegurada na aplicação dos critérios de selecção das candidaturas, nomeadamente ao nível da selecção de candidaturas que apresentem complementaridade com intervenções realizadas ou a realizar com o apoio no FEADER.	● ● ●
No âmbito da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é fundamental a prioridade à prevenção da sua produção, incluindo	Efectivamente, a redução da produção de RSU é um dos objectivos do Eixo VIII. Contudo, e de acordo com as candidaturas apresentadas e aprovadas, existe de facto uma tendência para a	● ●

POVT		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
campanhas de sensibilização e mobilização dos cidadãos para uma melhoria do comportamento ambiental e uma maior optimização dos sistemas de recolha	selecção de intervenções ao nível do tratamento, valorização e destino final dos RSU.	
Promoção de uma atitude proactiva na abordagem dos problemas ambientais, apostando na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face a um esgotamento das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de “fim-de-linha”.	Esta atitude proactiva é demonstrada nos critérios de selecção, sendo prioritárias as operações que privilegiem a prevenção, reutilização, reciclagem e outras formas de valorização de resíduos bem como aquelas que estejam de acordo com as políticas sectoriais a nível nacional.	● ● ●
Eixo 6- Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional ⁽⁵⁾		
Recomenda-se o incentivo à adopção de instrumentos voluntários pelas organizações públicas e privadas que operam no sistema urbano, passíveis de oferecer um retorno ambiental significativo tais como a Agenda 21 Local, Sistema de Gestão Ambiental, Sistema de Avaliação de Desempenho Ambiental e Sistema de Construção Sustentável.	As tipologias de operações previstas para este eixo contemplam projectos no âmbito da construção sustentável, acções de natureza imaterial ou criação de estruturas, formas organizativas e metodologias de envolvimento dos diversos actores sociais na solução de problemas urbanos, o que demonstra o cumprimento desta recomendação específica. Para além disso, esta recomendação está também assegurada no domínio de intervenção “Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano”, com projectos aprovados no âmbito da mobilidade, eficiência energética e da inovação.	● ●
Apesar do cariz eminentemente social do tipo de equipamentos elegíveis neste Eixo, o seu planeamento, nomeadamente a decisão sobre a localização, dimensão e tipologia, deve obedecer às boas práticas de planeamento e ordenamento do território e aos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental.	A aprovação dos projectos neste contexto está sujeita aos critérios de selecção que obedecem ao contributo da operação para os objectivos estratégicos das políticas de planeamento e ordenamento do território bem como a sua integração estratégica no desenvolvimento equilibrado do meio urbano.	● ● ●

Notas: (1) O Eixo 1 assume a designação de “Redes e equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes” na versão final deste PO.

(2) Corresponde ao Eixo 3 na versão final deste PO.

(3) Corresponde aos Eixos 4 e 5 na versão final deste PO.

(4) Corresponde aos Eixos 2, 7 e 8 na versão final deste PO.

(5) Corresponde ao Eixo 9 na versão final deste PO.

Programa Operacional Regional do Norte (ON2)

PO Norte – ON2		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento		
A avaliação de impacte ambiental e os sistemas de gestão ambiental, são instrumentos importantes na prossecução desses objectivos, em complemento do respeito pela legislação ambiental e de ordenamento do território existente, bem como das orientações que vierem a ser estabelecidas para a execução deste eixo.	Não obstante não figurar a obrigatoriedade de apresentação de documentação comprovativa da elaboração de avaliação de impacte ambiental (se aplicável) ou de sistemas de gestão ambiental no dossier de candidatura, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão estabelece como condição geral de admissão o dever de cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias queles seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.	●●
Considerações de eco-eficiência, aumento da produtividade de recursos e prevenção da poluição deverão ser ainda tomadas em consideração.	As intervenções de eco-eficiência energética foram estipuladas através da publicação do Regulamento Especifico Energia, tendo sido abertos três concursos neste âmbito, com o intuito de promover o desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, a eficiência energética e ambiental em equipamentos sociais a e redução da factura energética da rede de iluminação pública. No entanto, a listagem de projectos aprovados não evidencia quaisquer candidaturas aprovadas neste âmbito, pelo que deve considerar-se que esta recomendação não foi ainda concretizada em termos de investimento.	●●
Promoção da economia digital e a sociedade de conhecimento configuram também oportunidades ambientais	Esta recomendação foi concretizada através da promoção da capacitação dos estabelecimentos de educação e ensino da Região Norte, de plataformas de acesso à <i>Internet</i> em Banda Larga e da produção de conteúdos <i>on-line</i> , tendo sido aprovados projectos de abrangência regional, considerando-se que a promoção da economia digital e sociedade do conhecimento foi efectivamente conseguida no que reporta ao parque escolar, não sendo possível de momento retirar ilações quanto a outros sectores igualmente relevantes.	●●
Eixo 2 - Qualificação Ambiental e Valorização Económica de Recursos Específicos ⁽¹⁾		
Apostar-se simultaneamente em acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente em termos de consumo de água, economia de energia, bem como para a redução na produção de resíduos e respectiva separação.	Consultando os regulamentos específicos relativos ao Ciclo Urbano da Água “Vertente em Baixa – Modelo Não Verticalizado” e à “Optimização da Gestão de Resíduos” (actualmente integrados no Eixo 3) são contempladas operações de sensibilização da população. Em contrapartida, não foram detectados regulamentadas tipologias que visem a economia de energia da população em geral. Em resultado, observa-se que não foram abertos quaisquer concursos, muito menos projectos aprovados, no âmbito da promoção da execução de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos naturais, nomeadamente, recursos energéticos, recursos hídricos e recursos materiais (produção de resíduos).	●●
Eixo 3 - Qualificação do Sistema Urbano ⁽²⁾		
Deverão apoiar-se acções que promovam o investimento no capital natural das cidades enquanto vector de fortalecimento e diferenciação do seu capital humano, institucional, cultural e económico, bem como a promoção do bem-estar social.	Analisando as operações elegíveis no âmbito da qualificação do sistema urbano, verifica-se que foram definidos regulamentos específicos para posterior abertura de concursos de incentivo à instalação de infra-estruturas para usufruto das tecnologias de informação, criação de espaços verdes, valorização de frentes ribeirinhas e marítimas, melhoria da acessibilidade e mobilidade (p.e. circulação ciclável e pedonal), implementação de mobiliário urbano, criação ou remodelação de equipamentos e serviços de proximidade, dinamização de actividades recreativas, desportivas e culturais, de incentivo a acções de prevenção da toxicodependência e situações de risco de exclusão social, e promoção à criação de condições de emprego através da	●●●

PO Norte – ON2		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
	constituição de novas empresas (empreendedorismo), e implementação de áreas de acolhimento empresarial. Foram aprovados projectos significativos ao nível da regeneração urbana de grande e pequenos centros e de redes urbanas para a competitividade e inovação.	
Eixo 4 - Valorização do Território para a Coesão		
Aproveitamento de infra-estruturas já existentes e sua requalificação em detrimento de construção nova.	O incentivo à conservação, restauro, valorização e reabilitação encontra-se bem patente ao nível dos estabelecimentos identificados como património histórico-cultural ou regeneração urbana de aglomerados que se destaquem por singularidades relevantes, não se tendo evidenciado a elegibilidade a financiamento comunitário para edificado não classificado. Analisando os projectos aprovados, verifica-se que a requalificação do património cultural foi alvo de grande interesse por parte dos promotores.	●●
Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional		
Simplificação de alguns procedimentos administrativos de forma a que se facilitem e potenciem os impactes positivos no ambiente.	No âmbito dos Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa foram consideradas operações de criação de unidades móveis de atendimento ao público, dotação de organização, simplificação e integração transversal dos serviços administrativos apoiados em TIC, reengenharia e desmaterialização dos procedimentos, implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território, infra-estruturas e equipamentos colectivos, ou implementação de tecnologias inovadoras, bem como operações de expansão e reorganização da rede de Lojas do Cidadão e Empresas para a Região Norte. Neste sentido, foram aprovados projectos que contribuem significativamente para estes objectivos.	●●●

Notas: (1) A componente de “qualificação ambiental” foi transferida do Eixo 2 para um novo eixo, actualmente designado por Eixo 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial.

(2) Corresponde ao Eixo 4 na versão final deste PO.

Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)

PO Regional Centro – Mais Centro		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento		
Desenvolver I&DT que tenha efeitos directos positivos na competitividade e no desempenho ambiental das PME, designadamente para criação de patentes e <i>spin-offs</i> .	No âmbito da promoção do desenvolvimento de projectos individuais, em co-promoção, ou criação ou reforço de competências internas ao nível de I&DT, verifica-se que esta recomendação foi internalizada nos regulamentos específicos, dando origem a um significativo número de candidaturas aprovadas, considerando-se que a recomendação tem sido implementada de modo satisfatório.	●●●
Regulamentos contemplem de forma clara a vertente ambiental, nomeadamente dando prioridade a iniciativas e projectos com preocupações de eco-eficiência, adopção de tecnologias mais limpas e pouco intensivas na utilização de recursos naturais, minimização das emissões de GEE associadas, redução das pressões humanas sobre a biodiversidade, de adopção de práticas adequadas de gestão ambiental, e de respeito pelos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento ambiental (e.g. RAN e REN).	A promoção de eco-eficiência energética foi estipulada através da publicação do Regulamento Específico Energia, promovendo a instalação de empresas de equipamentos de maior eficiência energética e sistemas de recuperação e/ou gestão de energia, bem como a instalação de equipamentos de produção de energia para consumo próprio com base em fontes de energia renovável ou recursos endógenos e instalação de sistemas de produção combinada de energia (cogeração ou trigeração) para auto-consumo. Foram também incentivados investimentos em unidades autónomas de gás inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, dando origem a projectos aprovados nestes âmbitos.	●●
Os projectos de energias renováveis a financiar devem ser criteriosamente seleccionados, sendo prioritário o apoio a projectos-piloto, com opções inovadoras e em energias renováveis de elevado potencial endógeno.	A inovação ambiental e promotora de eficiência energética está bem patente nos concursos abertos até ao momento pelo PO Centro, promovendo a criação de empresas ou projectos de empresas, classificadas como PME, fornecedoras de serviços de energia e/ou eficiência energética, bem como iniciativas piloto inovadoras de utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos, edifícios de habitação social existentes, através da utilização de água quente solar para produção de águas quentes sanitárias, de iniciativas inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia através de projectos de valorização do potencial energético local e regional. Foi aprovado um significativo n.º de projectos que contriuem para estes objectivos, desconhecendo-se contudo quantos projectos de inovação apresentavam propósitos ambientais ou ecológicos.	●●
Eixo 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos		
Intervenções devem ser articuladas com políticas de transportes que promovam a mobilidade e uma melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas	Foram contemplados nos regulamentos a promoção e desenvolvimento de redes e sistemas urbanos de mobilidade, nomeadamente, variantes a centros urbanos, centros coordenadores de transportes, parques de estacionamento, sistemas ferroviários ligeiros, redes de ecopista, ciclovias, ou pedonais, acções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária inter-urbana, protecção contra o ruído gerado pela rede rodoviária, sistemas de controlo de tráfego e dotação de eficiência energética das frotas de transporte municipais, requalificação de troços de rede viária, construção ou beneficiação de itinerários complementares ou planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte. Ao nível da mobilidade territorial foram aprovados projectos com investimentos significativos para esta área temática.	●●
Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais		
Promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e	A requalificação e aproveitamento das infra-estruturas e equipamentos já existentes encontra-se claramente contemplada	●●

PO Regional Centro – Mais Centro		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas	ao nível do regulamento específico relativo ao património cultural, rede de equipamentos culturais, refuncionalização do património edificado em desuso para utilização cultural. No entanto, não se verifica a promoção do edificado não classificado ou de uso habitacional.	
Eixo 4 - Protecção e Valorização Ambiental		
Articulação das acções de protecção e valorização ambiental com as restantes intervenções do PO Centro e outras intervenções, designadamente dos PO temáticos, bem como com a política de OT, evitando-se uma abordagem reactiva e ineficiente.	Esta recomendação foi efectivamente constatada nos critérios de selecção de candidaturas estipulados no âmbito do ciclo urbano da água, reabilitação de locais contaminados e zonas extractivas, acções de valorização e qualificação ambiental, carecendo da mesma para as restantes áreas temáticas do Eixo 4, nomeadamente, gestão activa de espaços protegidos e classificados, optimização da gestão de resíduos, prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos e acções de valorização do litoral.	●●
Eixo V - Governação e Capacitação Institucional		
Sabendo que a qualidade do ambiente potencia a qualidade de vida e a atracção turística espera-se que os investimentos sejam orientados nesse sentido.	Analisando os regulamentos específicos publicados para o Eixo 5, verifica-se que a promoção da qualidade do ambiente não está significativamente considerada, nomeadamente ao nível dos critérios de selecção dos projectos.	●

Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa)

PO Regional Lisboa – POR Lisboa		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento		
Aposta num turismo sustentável que valorize o património natural e cultural da Região.	Identificam-se algumas possibilidades de incentivo à criação de unidades de turismo no espaço rural e de turismo de habitação no regulamento específico do Sistema de Incentivos à Inovação, mas sem que tal tenha sido suficiente para a promoção de projectos que permitam concretizar de forma directa esta recomendação.	●
Promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem económica, tecnológica, ambiental e social	A aplicação desta recomendação identifica-se de forma indirecta nos regulamentos associados à promoção de iniciativas-piloto para aproveitamento de fontes de energia renováveis, mas sem que tal tenha sido suficiente para a promoção de projectos que permitam concretizar esta recomendação.	●
Estabelecimento de parcerias entre empresas e entidades de investigação e de redes de cooperação, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional, promovendo o contributo da C&T para o desenvolvimento económico e potenciando as interfaces ciência-sociedade.	Esta recomendação foi atendida nos regulamentos específicos e critérios de selecção para apoio a infra-estruturas científicas e tecnológicas, para incubação de empresas de base tecnológica e para as redes urbanas para a competitividade e inovação, promovendo o interface entre a ciência e a sociedade ao nível das empresas, das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e das redes de ensino (básico, secundário e superior). No entanto, a apresentação de projectos com impacte nestes domínios foi muito reduzida (1% do n.º de projectos e 4% do incentivo aprovados).	●●
Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização dos princípios estruturantes da governança, nas acções inseridas no vector da redução dos custos públicos de contexto e da promoção da sociedade da informação, como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e político	Esta recomendação foi concretizada pelo regulamento específico do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, complementado com algumas operações previstas nos regulamentos específicos para a promoção da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, resultando num conjunto significativo de projectos aprovados com previsível impacte na redução de custos e no reforço da governança no sector público.	●●●
A formação sobre boas práticas ambientais orientada para entidades elegíveis no universo de ID&T poderá ajudar a disseminação de procedimentos de primeira instância que possam ser incorporados nos processos normais das entidades.	Não se identificaram regulamentos nem orientações directamente relacionados com a concretização desta recomendação (embora, de forma indirecta, talvez possam advir contributos dos apoios a infra-estruturas científicas e tecnológicas, das redes urbanas para a competitividade e inovação e dos incentivos e qualificação de PME). As candidaturas e aprovações parecem corroborar o facto de esta recomendação não ter sido internalizada neste eixo estratégico.	●
Eixo 2 – Valorização Territorial ⁽¹⁾		
Reservar oportunidades para a divulgação de programas conjuntos entre a CCDR e as autarquias para financiamento de projectos de impacte mais local e mais cirúrgico, sob a forma de experiências piloto que possam de alguma forma servir de base para o desenvolvimento de projectos de escala superior.	Esta recomendação foi atendida de forma transversal em vários regulamentos específicos e critérios de selecção que preconizam projectos e estudos demonstrativos nos domínios do uso eficiente de energia e de água (Acções de Valorização e Qualificação Ambiental), iniciativas-piloto inovadoras de produção e utilização racional de energia (Energia), introdução e ensaio de novas tecnologias, soluções inovadoras e de demonstração para gestão directa da biodiversidade (Gestão Activa de Espaços Classificados) e acções de demonstração visando melhorar as práticas de gestão de resíduos (Optimização da Gestão de Resíduos). No entanto, não se identifica até ao momento um significativo n.º de projectos	●●

PO Regional Lisboa – POR Lisboa		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
	aprovados com estas características.	
Dinamizar o papel da autoridade metropolitana dos transportes como entidade alavanca dos principais projectos na área da mobilidade e transportes	Não se identifica a promoção do papel da AMTL nem ao nível dos regulamentos nem dos projectos aprovados neste eixo estratégico.	●
Eixo 3 - Melhorar a atractividade e a coesão do território regional ⁽²⁾		
As infra-estruturas devem ser planeadas de forma a minorar os impactes ambientais	Identifica-se a concretização desta recomendação nos critérios de selecção de algumas tipologias de operações, nomeadamente a adopção das melhores tecnologias e boas práticas em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais (Equipamentos para a Coesão Local), a valia ambiental das operações (Política de Cidades) e os projectos com investimentos para a eficiência energética dos estabelecimentos de ensino (Requalificação da Rede Escolar).	● ● ●
Recomenda-se que os financiamentos sejam atribuídos a projectos que abranjam os segmentos mais carenciados da população e que visam realmente responder a situações críticas de exclusão social.	Procurou salvaguardar-se esta recomendação através da explicitação do reforço da rede de equipamentos sociais que contribuam para a inclusão de grupos sociais ou etários mais carenciados nos objectivos específicos do regulamento para os Equipamentos para a Coesão Local, bem como da melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho, em particular das pessoas em risco de exclusão social e prevenção da toxicod dependência, da delinquência e de comportamentos antisociais no regulamento específico para a Política de Cidades, aspectos que parecem reflectir-se nos projectos aprovados.	● ● ●

Notas: (1) O Eixo 2 assume a designação de “Sustentabilidade Territorial” na versão final deste PO.

(2) O Eixo 3 assume a designação de “Coesão Social” na versão final deste PO.

Não foram apresentadas recomendações na AAE para o Eixo 4 – Assistência Técnica.

Programa Operacional Regional do Alentejo (IN Alentejo)

PO Regional Alentejo – IN Alentejo		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento		
Recomenda-se que ao nível da regulamentação dos programas sejam incluídos critérios relacionados com a adopção de boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade ambiental nas empresas e a implementação de sistemas de gestão ambiental.	Não obstante alguns dos objectivos gerais dos Avisos publicados incluírem a necessidade de comprovar a capacidade de protecção e regeneração ambiental dos projectos de candidatura, esta premissa na maioria dos Eixos não observou seguimento para os critérios de selecção. Contudo, ao nível do Eixo 2 de Desenvolvimento Urbano foi comprovada a evidência de integração nas suas operações do respeito pela componente ambiental, nomeadamente, em termos da valia ambiental intrínseca dos projectos (p.e. operações de regeneração urbana). Também foram detectadas estas evidências para o Eixo 4 devido à sua natureza programática e objectivos. Nos restantes Eixos esta evidência não foi detectada nos respectivos critérios de selecção.	●●
Desenvolvimento de contributos nas ciências e tecnologias do ambiente e, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem institucional, económica, tecnológica, ambiental e social.	A prossecução desta recomendação está claramente evidenciada pela publicação de regulamentação específica e abertura de diversas fases de candidatura para operações com vista à dotação de infra-estruturas de índole científica e capacitação tecnológica das empresas, de requalificação de infra-estruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica, acções de divulgação e promoção científica e tecnológica e de iniciativas piloto inovadoras de produção e de utilização de energia (p.e. energias renováveis e soluções eco-eficientes). Neste sentido, considera-se que a existe uma forte componente de promoção de I&DT para o Eixo 1. Em resultado, e em termos de projectos aprovados, verifica-se que a componente de beneficiação tecnológica de empresas superam as candidaturas aprovadas com o intuito de desenvolvimento de inovação, que se apresentam em número bastante reduzido.	●●
Eixo 2 - Desenvolvimento urbano		
Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial		
Deverá garantir-se que os projectos preconizados nas áreas de intervenção destes eixos sejam alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor	Analisando os critérios de admissibilidade e selecção, independentemente de se observar a necessidade de enquadramento com as políticas e estratégias de índole ambiental e cumprimento da legislação ambiental, não foram identificadas evidências da estipulação de procedimentos obrigatórios de Avaliação de Impacte Ambiental que não as tipologias de projectos a ela sujeitos por lei.	●●
Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural		
Articulação e promoção de sinergias, designadamente, ao nível da elaboração conjunta dos critérios de selecção das diferentes tipologias previstas, da conjugação com as intervenções co-financiadas através de outros programas (e.g. Programa Operacional temático Valorização do território, Programa de Desenvolvimento Rural do Continente), e da promoção de acções envolvendo parcerias entre entidades públicas e privadas.	Esta recomendação foi internalizada em alguns critérios de selecção que valorizam a articulação e complementaridade com estratégias, políticas, planos e programas que prossigam objectivos correlacionados, bem como o nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervencionar, com prioridade para projectos supramunicipais. Com os dados disponíveis, não é possível aferir nesta fase se os projectos aprovados reflectem estas orientações.	●●
Assegurar a sustentabilidade das acções de recuperação, protecção e monitorização a	Esta recomendação foi internalizada no regulamento específico para Acções de Valorização do Litoral, apoiando projectos e	●●

PO Regional Alentejo – IN Alentejo		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
apoiar neste eixo, face aos riscos associados aos sistemas dunares e arribas e às pressões turísticas que se fazem sentir sobre o litoral alentejano.	acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas, incluindo a recuperação dunar, o saneamento de arribas e a remoção de estruturas em áreas de risco em arribas e dunas, entre outras. No entanto, não se verificaram aprovações significativas especificamente associadas a estas preocupações.	
Reforça-se a necessidade de uma avaliação integrada do conjunto dos passivos ambientais da região, devendo estabelecer-se prioridades de intervenção e uma boa articulação com o processo de selecção de novos usos.	A concretização desta recomendação foi corporizada num regulamento específico para Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas, integrando o apoio a operações de acções correctivas, preventivas, de requalificação ou regeneração e de monitorização, valorizando nos seus critérios de selecção aquelas que apresentam um carácter prioritário para a CCDR e a APA. No entanto, não se identificam ainda projectos aprovados com impacte significativo na concretização efectiva desta recomendação.	●●
Eixo 5 - Governação e capacitação institucional		
A aposta nas TIC deverá acautelar as situações de infoexclusão, tendo em consideração o peso das faixas etárias mais elevadas e com menores qualificações na região do Alentejo.	A concretização desta recomendação está patente nas operações apoiadas para a modernização da administração pública, para a promoção da literacia digital da população em geral e para a dotação de infra-estruturas de apoio e condições tecnológicas em espaços educativos, sociais e culturais. (em articulação com o Eixo 1). A análise dos projectos aprovados evidencia dezenas de operações que contribuem directamente para este fim.	●●●

Programa Operacional Regional do Algarve - PO Algarve 21

PO Regional Algarve – Algarve 21		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento		
Sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (e.g. tecnologias mais limpas), da biodiversidade (e.g. agricultura biológica, eco-turismo), do ordenamento do território (e.g. localização adequada, redes de cooperação), riscos (e.g. aplicação do princípio da precaução), utilização de recursos (e.g. actividades eco-eficientes) e alterações climáticas (e.g. actividades de reduzida intensidade energética).	Os regulamentos do SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização de PME, que se aplicam a este eixo específico, incluem tipologias de projectos potenciadores da qualidade do ambiente, o que assegura a inclusão desta recomendação. Para além disso, os projectos aprovados também reflectem a concretização desta recomendação (e.g. criação de empresa de valorização de resíduos de construção e demolição, rotulagem ecológica do sal marinho, valorização ecológica para um turismo sustentável, Plano de Pormenor de área industrial, entre outros).	● ● ●
Adopção de boas práticas ambientais e de sustentabilidade neste sector, centrando a aposta em opções de turismo sustentável que valorize o património natural e cultural da Região, assegurando um adequado ordenamento do território e conservação da natureza.	Um dos objectivos deste eixo passa pelo sector do turismo, que continuará a assentar a estratégia de modernização da economia local. Apesar de não estar explícito a aposta em opções de turismo sustentável, foram aprovados alguns projectos com essas características.	● ●
Eixo 2 - Protecção e Qualificação Ambiental		
Recomenda-se o incentivo à adopção de instrumentos voluntários pelas organizações públicas e privadas, passíveis de oferecer um retorno ambiental significativo tais como a Agenda 21 Local, Sistema de Gestão Ambiental, Sistema de Avaliações de Desempenho Ambiental, Rótulo Ecológico para o sector do turismo, Programa <i>Green Globe</i> e Sistemas de Construção Sustentável.	O domínio/tipologia de intervenção “Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética”, incluído neste Eixo, reflecte a internalização desta recomendação, corroborada pela aprovação de projectos neste domínio.	● ●
Eixo 3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano		
Recomenda-se que as intervenções privilegiem projectos multidimensionais de regeneração urbana, integrando os aspectos sociais e ambientais para além dos elementos restritos de concepção do projecto.	Um dos objectivos deste eixo é a revitalização social e urbanística e a requalificação de áreas específicas das cidades. Neste âmbito, está previsto a tipologia de operações elegíveis relacionadas com a qualificação do espaço público e o ambiente urbano, que irão contribuir para os indicadores de realização e resultado referente aos projectos integrados de regeneração urbana. Actualmente, existem projectos aprovados de parcerias para a regeneração urbana de três centros históricos da Região.	● ● ●
Deve garantir-se que os projectos de infra-estruturas serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor.	Uma das condições de admissão e de aceitação das operações é apresentar, quando aplicável, o plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da operação. Para além disso, na candidatura de projectos de infra-estruturas de saúde deverá existir estudos de viabilidade ambiental (bem como outros) de forma a garantir as condições de admissibilidade e de aceitabilidade das operações, o que garante o cumprimento da legislação ambiental dos projectos.	● ● ●

Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores (PROCONVERGÊNCIA)

PO Região Autónoma dos Açores (PROCOVERGÊNCIA Açores)		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores		
<p>Potenciar do ponto de vista ambiental, critérios de eco-eficiência nos projectos a seleccionar</p>	<p>Esta recomendação está directamente contemplada nos avisos de abertura e nos critérios de selecção que visam directamente a utilização eficiente de energia para os projectos candidatos que se enquadrem nos Objectivos Específicos 1.2 a 1.5 deste eixo. De igual modo, ao nível dos regulamentos específicos de sistemas de incentivos associados ao POR Açores, como o caso do SIDER (Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores) e respectivos subsistemas ou do PROENERGIA, são igualmente consideradas diversas medidas que poderão potenciar a eco-eficiência dos projectos a submeter, como por exemplo a definição expressa de despesas elegíveis que incluem a aquisição de máquinas e equipamentos nas áreas da eficiência energética e protecção ambiental, e mesmo a referência à valorização de investimentos dos quais resultem mais-valias ambientais e eficiência energética, bem como de majorações a projectos com impactes positivos a este nível.</p>	<p>•••</p>
<p>Devem ser potenciadas boas práticas no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade social nas empresas e a criação de sistemas de gestão ambiental.</p>	<p>Existe, ao nível dos regulamentos específicos do sistema de incentivos do SIDER, e respectivos subsistemas, bem como do PROEMPREGO e SIRIART (Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Colectivo Regular de Passageiros), a integração de diversos requisitos, elementos de valorização e majoração que traduzem a internalização e consideração desta recomendação. Exemplo disso é não só a elegibilidade de despesas associadas a projectos que evidenciem a inclusão e implementação de sistemas, equipamentos e serviços que promovam e concretizem estas boas práticas, mas também a sua constituição como majorações aos montantes aprovados.</p>	<p>•••</p>
<p>Adopção de boas práticas ambientais, recomendando-se uma aposta num Turismo que valorize o património natural e cultural da Região, no respeito pelo ordenamento do território e conservação da natureza.</p>	<p>A internalização desta recomendação encontra-se patente de forma directa e genérica nos critérios de selecção dos Avisos de Abertura, nomeadamente pela valorização de projectos relativamente ao nível da sua estratégia de desenvolvimento articulada quer com o Plano Regional do Ordenamento do Território (PROTA), quer com o Plano de Ordenamento do Turismo (POTRAA), sendo reforçada no contexto dos regulamentos específicos aplicáveis, designadamente do subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo. Contudo, no que respeita aos projectos aprovados, ainda não se identifica uma percentagem com o grau de representatividade desejável no contexto e internalização de todos os pressupostos subjacentes a esta recomendação.</p>	<p>••</p>
<p>O processo de selecção de projectos a apoiar neste domínio deverá considerar explicitamente preocupações de sustentabilidade, apoiando o desenvolvimento de projectos que integrem o desempenho ambiental e social na sua concepção, ou a integração com actividades de conservação da natureza (e.g. contribuindo para o seu financiamento).</p>	<p>A aplicação desta recomendação identifica-se de forma directa mais significativa ao nível dos regulamentos específicos dos sistemas de incentivos inerentes ao presente eixo. São efectivamente integrados elementos, critérios, requisitos e majorações ao nível da criação de emprego e dinamização do tecido empresarial e social local, da implementação de sistemas e equipamentos que melhorem o desempenho ambiental e integrem mesmo ferramentas de eco eficiência com repercussões ao nível dos produtos e serviços prestados. Estes critérios são internalizados nos diversos sistemas e respectivos</p>	<p>•••</p>

PO Região Autónoma dos Açores (PROCOVERGÊNCIA Açores)		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
	subsistemas de incentivos, designadamente do SIDER, PROENERGIA, PROEMPREGO, EMPREENDE JOVEM e SIRIART.	
Necessária uma cuidada articulação com os incentivos disponíveis no âmbito do desenvolvimento rural (FEADER) e pescas (FEP) potenciando sinergias e ganhos de eficiência.	Esta recomendação foi concretizada pela definição de critérios de selecção no respectivo Aviso de Abertura que contemplam especificamente a valorização e pertinência de projectos que revelem a internalização destes princípios.	●●
O estabelecimento de parcerias entre a Universidade dos Açores e outras entidades de investigação e empresas, assume particular relevância nos domínios da governança e do desenvolvimento regional que deve ser reforçada incluindo instituições do continente e internacionais, por exemplo, potenciando as relações com universidades americanas de excelência.	A integração da presente recomendação está patente de forma clara e bastante significativa ao nível do POR Açores, assumindo-se inclusivamente como princípio orientador para a formulação de dois Objectivos Específicos: "Apoiar a investigação na Região" e "Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial". Subsidiariamente, é igualmente integrada em algumas das operações previstas nos regulamentos específicos, nomeadamente do subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação (SIDER). Contudo, a apresentação de projectos com impacte nestes domínios foi muito reduzida.	●●
A aposta nas TIC deverá acautelar as situações de infoexclusão, tendo em consideração o peso das faixas etárias mais elevadas e com menores qualificações.	Esta recomendação foi salvaguardada ao constituir-se como um dos pressupostos ao nível do Objectivo Específico "Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs", do qual consta a referência à valorização em particular de projectos dirigidos a cidadãos com necessidades especiais decorrentes das suas deficiências, da sua idade, entre outras, i.e., projectos que efectivamente contribuam para o aumento da acessibilidade à sociedade da informação de toda a população e não apenas de alguns sectores. Contudo, não são identificados outros mecanismos que permitam verificar de que forma está a ser assegurada a sua transposição para os projectos aprovados, nomeadamente ao traduzir esta recomendação ao nível de critérios de selecção valorizáveis, ou mesmo nos regulamentos específicos associados aos diversos sistemas de incentivos existentes.	●
Garantir a manutenção de serviços públicos nas ilhas de menor dimensão, de modo a que os ganhos de eficiência não ponham em causa necessária coesão social e territorial da Região.	Identifica-se a concretização desta recomendação através da definição de critérios de selecção (ao nível dos Instrumentos de Políticas Públicas) e de escala e desenvolvimento estratégico que asseguram a concretização desta recomendação em sede do POR Açores, bem como a inclusão nos diversos regulamentos específicos aplicáveis de critérios de valorização e majorações dirigidos a projectos que garantam a adequabilidade e sustentabilidade desta tipologia de serviços nas ilhas de coesão. Não obstante o reduzido número de projectos aprovados neste domínio, é de destacar pela sua significância e pertinência específica no contexto das ilhas de menor dimensão, os investimentos propostos para a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	●●
Eixo 2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana		
Promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas.	Não obstante a inexistência de referências directas à promoção da requalificação ou reconstrução com aproveitamento de infra-estruturas já existentes, em detrimento da construção de novas estruturas, ao nível dos critérios de selecção gerais ou do Aviso de Abertura, é evidente, em sede dos regulamentos específicos dos subsistemas de incentivos do SIDER, a valorização de	●●●

PO Região Autónoma dos Açores (PROCOVERGÊNCIA Açores)		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
	investimentos que se localizem já em zonas ou parques industriais e empresariais ou com especificações que permitam a articulação e localização com estruturas e equipamentos já existentes, nomeadamente através da inclusão de majorações a este nível. Efectivamente, cerca de 50% das candidaturas aprovadas traduzem projectos que integram este tipo de recomendação.	
A decisão sobre a localização dos equipamentos deve obedecer às boas práticas de planeamento e ordenamento do território e aos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental, se aplicável.	Não se identificaram critérios de selecção ao nível do Aviso de Abertura directamente relacionados com a concretização desta recomendação. Todavia, a referência à necessária articulação não só com os Instrumentos de Política Pública, bem como outros instrumentos de gestão sectorial e territorial (ex: Cartas Escolares ou de Saúde) (ao nível dos regulamentos específicos) e de critérios, práticas e funções já instituídas (urbanas, de património arquitectónico e ambiental, bem como na avaliação da pertinência na área de intervenção), induz à concretização desta recomendação ao nível das boas práticas de planeamento e ordenamento do território. Por sua vez no que respeita a procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, esta recomendação encontra-se adequadamente reflectida em diversos requisitos e critérios ao nível dos regulamentos específicos dos vários sistemas de incentivos associados ao presente eixo.	● ● ●
Assegurar uma abordagem integrada dos projectos, inseridos neste eixo, de forma a maximizar sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial, incluindo a necessidade de otimizar a distribuição territorial, evitando a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas e assegurando que a lógica das intervenções dê especial atenção às ilhas onde a componente social e humana é mais desfavorecida.	Esta recomendação foi razoavelmente atendida nos critérios de selecção gerais do eixo, bem como regulamentos específicos do sistema de incentivos associados, não só ao nível da valorização de investimentos a desenvolver nas ilhas de coesão, mas também no que respeita à integração de requisitos que definem a necessária articulação com instrumentos de gestão e planeamento sectorial para a educação, cultura, saúde e animação e protecção social. É patente um grau razoável de internalização destes pressupostos relativamente à tipologia e natureza de projectos aprovados.	● ●
Os projectos devem apresentar um plano de financiamento que inclua as verbas necessárias para o seu funcionamento e manutenção das infra-estruturas preconizadas.	A aplicação desta recomendação identifica-se de forma directa apenas ao nível dos regulamentos específicos dos sistemas de incentivos, assumindo contudo um carácter basilar, uma vez que foi internalizada como uma das condições base de acesso dos projectos para candidatura.	● ● ●
Eixo 3 – Melhorar a atractividade e a coesão do território regional (1)		
Deve ser privilegiada a requalificação e aproveitamento das infra-estruturas já existentes (ex: rede viária, portos, aeroportos), em detrimento da expansão para novas áreas.	Não obstante a inexistência de referências directas à promoção da requalificação ou reconstrução com aproveitamento de infra-estruturas já existentes (no que respeita mais especificamente às redes de infra-estruturas rodoviárias e marítimas), em detrimento da construção de novas estruturas, ao nível dos critérios de selecção gerais ou do Aviso de Abertura, está patente na tipologia de projectos abrangidos e aprovados um maior contributo ao nível das requalificações, beneficiações e ampliações de infra-estruturas já existentes.	● ●
Deve garantir-se que os projectos serão alvo dos procedimentos obrigatórios em matéria de gestão e avaliação ambiental, nomeadamente a AIA, incluindo uma cuidada avaliação e discussão transparente	Esta recomendação foi concretizada directamente nos regulamentos específicos do SIDER, aplicáveis no âmbito do presente eixo, bem como, subsidiariamente, no regulamento específico do processo de reconhecimento e acompanhamento dos PIR (Projectos de Interesse Regional), constituindo-se como	● ● ●

PO Região Autónoma dos Açores (PROCOVERGÊNCIA Açores)		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
da justificação do projecto, das alternativas equacionadas e das partes afectadas.	um dos elementos essenciais para o processo de reconhecimento dos projectos aptos a candidatura em geral, e em particular ao reconhecimento como PIR.	
Reforçar a promoção de uma atitude proactiva na abordagem dos problemas ambientais, apostando na redução da poluição na fonte e na sua prevenção, face a um esgotamento das melhorias que poderão vir a ser alcançadas com medidas de “fim-de-linha”.	A aplicação desta recomendação identifica-se não só ao nível dos próprios Objectivos Específicos e respectiva tipologia de projectos abrangidos, como por exemplo o desenvolvimento de planos ambientais e de projectos de redução do impacte acústico e ambiental no âmbito das redes regionais de infra-estruturas rodoviárias e marítimas, mas assume-se também como pressuposto e abordagem-chave para a prossecução dos objectivos associados à valorização e qualificação do sistema ambiental. De igual modo, esta recomendação traduz-se ao longo de diversos critérios, requisitos e elementos objecto de valorização e majoração nos regulamentos específicos dos diversos sistemas de incentivos, como o SIDER, ou o PROENERGIA, ou ainda de projectos que se enquadrem no regulamento específico dos PIR.	● ● ●
Articulação entre as intervenções propostas neste eixo e as financiadas pelo Fundo de Coesão (incluídas no PO Temático Valorização do Território).	Esta recomendação foi incluída e expressa directamente como critério de selecção transversal (Avisos de Abertura), quer ao nível dos projectos no âmbito da rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas, quer do ordenamento do território, infra-estruturas ambientais e de valorização de recursos e promoção do equilíbrio ambiental.	● ● ●

Notas: (1) O Eixo 3 é dividido em dois eixos diferentes “Melhorar as redes regionais de infra-estruturas e acessibilidades” e “Valorizar e qualificar o sistema ambiental” na versão final deste PO.

Não foram apresentadas recomendações na AAE para o Eixo 4 – Compensar os sobrecustos da ultraperiferidade (que, entretanto, corresponde ao Eixo 5 na versão final deste PO).

Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (INTERVIR +)

PO Região Autónoma da Madeira – INTERVIR+		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
Eixo 1 - Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento		
Garantir, para além do apoio a projectos e estruturas de I&D, a existência de recursos humanos que assegurem capacidade de investigação, bem como o desenvolvimento de parcerias e colaboração entre as entidades do sistema científico regional.	As tipologias de operações elegíveis neste eixo incluem projectos que dotem a Região de recursos humanos qualificados e de competências de conhecimento e capacidade de inovação. Salienta-se a vertente de intervenção no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da sociedade do conhecimento. Deste modo, fica assegurado o apoio a projectos que visem a dotação e o desenvolvimento do conhecimento científico de recursos humanos. Para além disso, são apoiados projectos de desenvolvimento da cooperação em rede de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração, bem como parcerias entre entidades universitárias nacionais e internacionais. Neste sentido, a presente recomendação é assegurada pela diversidade de beneficiários que podem concorrer a esta vertente de intervenção.	● ● ●
Sugere-se que as acções, nomeadamente de investigação ou de inovação, privilegiem projectos potenciadores da qualidade do ambiente (e.g. tecnologias mais limpas, prevenção da poluição), da biodiversidade (e.g. agricultura biológica, eco-turismo), do ordenamento do território (e.g. localização adequada, redes de cooperação), riscos (e.g. aplicação do princípio da precaução), utilização de recursos (e.g. actividades ecoeficientes) e alterações climáticas (e.g. actividades de reduzida intensidade energética).	Os critérios de selecção das acções de investigação ou de inovação contemplam as operações que tenham associada uma mais-valia ambiental bem como operações que concorram para a redução de emissões de gases com efeito de estufa e evidenciem um adequado grau de eficiência energética. Para além disso, são susceptíveis a financiamento pelo INTERVIR+ o desenvolvimento de acções, seminários e conferências de demonstração de boas práticas bem como o apoio a projectos-piloto, nas quais eventualmente se podem incluir as ambientais.	● ●
Eixo 2 - Competitividade da Base Económica Regional		
Os projectos de aproveitamento das energias renováveis endógenas – hídrica, eólica, solar e biomassa/biocombustíveis – poderão gerar impactes ambientais negativos, eventualmente significativos, que importa acautelar ao nível dos procedimentos de licenciamento e de AIA aplicáveis.	A garantia da aprovação de projectos com cumprimento em matéria de procedimentos ambientais está vertida no artigo 4.º do Regulamento do INTERVIR+, em estipula como uma das condições de acesso da candidatura a apresentação de pareceres emitidos pela Autoridade Ambiental Regional de AIA.	● ● ●
Potenciar boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a inovação ambiental, a responsabilidade ambiental nas empresas e criação de sistemas de gestão ambiental.	O presente eixo contempla por si só acções empresariais inovadoras. Esta inovação poderá passar pela vertente ambiental, apesar de não ficar explícito em sede de regulamentação bem como noutros documentos estratégicos para o eixo, a promoção que se pretendia com a recomendação. Entretanto, nos critérios de selecção dos diferentes vectores deste eixo estão contempladas as operações que tenham associada mais-valias ambientais.	● ●
Ao nível do sector público, recomenda-se essencialmente a necessidade de interiorização de todos os princípios estruturantes da governança, designadamente responsabilidade,	As condições para a interiorização dos princípios da governança estão criadas no vector da modernização administrativa, com um conjunto de tipologias de operações elegíveis no âmbito das boas práticas e na simplificação dos procedimentos públicos administrativos. Para além disso, são susceptíveis de	● ● ●

PO Região Autónoma da Madeira – INTERVIR+		
Recomendações Específicas da AAE	Análise	Grau de Concretização
transparência, participação, eficácia e coerência, nas acções inseridas no vector da modernização administrativa ⁽¹⁾ .	candidatura os projectos para campanhas de sensibilização para a qualidade dos serviços públicos regionais, que certamente contribuem positivamente para o cumprimento desta recomendação.	
Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável		
Os investimentos devem ser canalizados prioritariamente para a prevenção e para soluções de longo-prazo.	Os objectivos dos vectores deste Eixo passam, de forma genérica, pela melhoria da eficiência das infra-estruturas ambientais, pela prevenção de riscos bem como pela intervenção no ambiente ao nível da implementação de sistemas de gestão ambiental, ficando assegurado a canalização de projectos candidatos com estes objectivos. Os projectos aprovados no âmbito deste Eixo vão também nesse sentido: projectos na área da mobilidade inovadora e sustentável, renovação das redes de água potável, residual e pluvial e projectos de intervenção no âmbito da protecção da floresta ou da estabilização de zonas em risco (estabilização de escarpa e talude).	● ● ●
Recomenda-se ainda que as acções previstas neste eixo sejam apoiadas e articuladas com medidas que promovam a integração de profissionais especializados na área do ambiente, ao nível da formação intermédia e superior, de forma a assegurar eficiência e eficácia na gestão e operação das iniciativas previstas	Um dos critérios de selecção das candidaturas apresentadas consiste nas operações que se revelem fundamentais para o cumprimento das metas associadas aos indicadores de resultado deste eixo prioritário. Deste modo, e tendo em conta que está integrado um indicador com meta estipulada para o n.º de indivíduos envolvidos em actividades de sensibilização, educação e informação ambiental, pode assumir-se que é uma forma de promoção da integração de profissionais especializados na área do ambiente. Para além disso, existe no âmbito do INTERVIR+ uma articulação entre os diferentes regulamentos específicos, com especial incidência sobre o Qualificar+ e o +Conhecimento.	● ●
Eixo 4 - Coesão Territorial e Governação		
Eixo 5 - Compensação dos sobrecustos da ultraperificidade		
Deve garantir-se que os projectos de infra-estruturas serão alvo dos procedimentos obrigatórios de avaliação e gestão ambiental, designadamente a Avaliação de Impacte Ambiental de acordo com a legislação em vigor	De acordo com o Artigo 4.º do Regulamento do INTERVIR+, uma das condições de acesso da candidatura é a apresentação de pareceres emitidos pela Autoridade Ambiental Regional de AIA, pelo que deste modo fica assegurada esta recomendação específica.	● ● ●
Deverá ser promovida a adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias, nomeadamente através da adopção de SGA e/ou de métodos de Construção Sustentável.	Um dos critérios de selecção consiste na aprovação de projectos que tenham associado uma mais-valia ambiental, que evidenciem adequado grau de eficiência energética e utilização sustentável da energia, pelo que poderá ser uma forma de promoção de adopção deste tipo de práticas e instrumentos ambientais.	● ●

Notas: (1) Vector integrado no Eixo 1 da versão final do INTERVIR+.

ANEXO nº 20 – ELEMENTOS DE ANÁLISE DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA AVALIAÇÃO DESAFIO
DA ARTICULAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E DO TERRITÓRIO

ELEMENTOS DE ANÁLISE PARA APOIO ÀS CONCLUSÕES DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA DE AVALIAÇÃO REFERENTE AO DESAFIO DA ARTICULAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E DO TERRITÓRIO

A Qualificação das Cidades e do Território é uma das Prioridades Estratégicas do QREN, sendo perseguida sobretudo através da intervenção no quadro da Agenda Operacional Temática da Valorização do Território¹.

Esta avaliação permitiu identificar alguns factores críticos para a intervenção dessa Agenda que, no essencial, se prendem com o seu carácter fragmentado, tanto do ponto de vista “transversal” (onde coexistem diversas sub – agendas de natureza temática/ sectorial) como “longitudinal” (decorrente da operacionalização através de sete PO Regionais e um PO Temático – aos quais, na realidade se podem adicionar os restantes PO do QREN e o PRODER, que contribuem através de criação de infra-estruturas tecnológicas ou de acolhimento empresarial, equipamentos para a coesão ou ordenamento do território, por exemplo).

Apesar de não terem sido formuladas questões de avaliação transversais relacionadas com este factor crítico, de as questões específicas no âmbito desta Agenda serem, também elas, de natureza muito diversa, sectorial e sem relação mútua, e de o estado de implementação do QREN, em termos de concretização – aprovação e execução – ser ainda muito limitado no final de 2009, os trabalhos de avaliação sugerem que esta questão da articulação no quadro da AOT é decisiva para o sucesso da intervenção e daquela Prioridade Estratégica do QREN, especialmente na dimensão “longitudinal” que referimos: articulação dos diversos instrumentos de financiamento entre si.

Tentando, na medida do possível, ler os resultados da avaliação focados nesta Dimensão Estratégica de Avaliação (capacidade de integração e articulação das intervenções do QREN para a Qualificação das Cidades e do Território), e tendo sobretudo em atenção a AOT para a Valorização do Território, esta análise aborda a questão aos diversos níveis, da programação à execução, tendo em especial atenção a experiência da Política das Cidades, uma das sub – agendas que contém um forte potencial de integração e articulação temática e institucional.

Capacidade de integração e articulação dos objectivos da agenda da valorização do território

Os mecanismos de articulação entre os diversos Programas (em especial o POVT e os PO Regionais) são essenciais para assegurar níveis de integração na Agenda, que é compartimentada de muitas formas: diversas áreas de intervenção independentes e diversos instrumentos financeiros, sendo estes também marcados pela compartimentação regulamentar.

¹ Embora se possam também identificar contributos decorrentes das restantes agendas operacionais e respectivos Programas Operacionais Temáticos, dos Programas Operacionais de Cooperação Territorial e mesmo de outros instrumentos financeiros, como o Programa de Desenvolvimento Rural /FEADER.

Quais são esses mecanismos e como estão a funcionar?

Identificam-se três tipos de mecanismos: (i) os que são próprios da **arquitectura do QREN** e dos diversos instrumentos financeiros; (ii) os que são do âmbito do **modelo de governação e operacionalização** (do QREN e dos PO); e (iii) os de **natureza estratégica e das políticas públicas**.

Arquitectura do QREN e dos PO

A Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território visa dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrangendo as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

A AOT VT não tem uma agenda política unificada. São identificáveis sub -agendas que podemos fazer corresponder, grosso modo, a 4 vectores de intervenção que correspondem também à agregação das questões de avaliação específicas que são colocadas:

- Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade;
- Protecção e Valorização do Ambiente;
- Política de Cidades;
- Redes, Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

Em muitos casos, em cada uma destas sub -agendas não é também evidente uma racionalidade própria, entendendo esta como a existência de referenciais estratégicos articulados, de definição de prioridades e de modelos de operacionalização coerentes. As intervenções integram-se numa série de domínios relativamente independentes e distribuem-se pelos 7 PO Regionais e pelo POVT (e ainda com financiamento no âmbito dos PO Cooperação, do FEADER e do FEP). Os modelos de operacionalização destes são bastante heterogéneos, oscilando entre procedimentos puramente concorrenciais (modelo predominante nos PO Regionais) e a pré-selecção de alguns projectos, tipologias ou promotores (modelo muito presente no PO Temático).

Estas questões de operacionalização não são indiferentes para a avaliação da implementação do QREN. **A segmentação temática, decorrente do modelo regulamentar adoptado, impede, com poucas excepções, a concepção e execução de operações de natureza integrada.**

A eficácia dos procedimentos concorrenciais, adequados nos casos em que a procura supera o financiamento disponível, depende da existência de referenciais sectoriais e territoriais que, em grande parte dos casos, não existem (veja-se o caso dos PROT), são vagos (caso do PNPOT) ou também eles fragmentados (como é o caso das diferentes tipologias de equipamentos colectivos). Depende também da consistência entre os objectivos e metas de cada PO e dos modelos e critérios de selecção utilizados, sendo que essa consistência, por diversas ordens de razão (deficiente definição de metas; medidas excepcionais de combate à crise económica e financeira) não está garantida.

Por seu lado, a alocação de grandes montantes de financiamento a obras públicas, designadamente grandes projectos, muito dependentes de centros de decisão política externos aos PO (especialmente o POVT), provoca riscos acrescidos de desvios da programação.

Em síntese, globalmente considerada, a valorização do território surge assim como uma Agenda fragmentada no QREN, decorrendo daqui uma necessidade acrescida de coordenação e definição de interacções e complementaridades entre os seus domínios de intervenção, constituindo-se em factor crítico da própria programação.

Entre os 4 domínios de intervenção considerados, a Política de Cidades poderá ser considerada como uma excepção à regra da *segmentação* das intervenções. Nesse caso, a programação dispôs a montante de um esforço de formalização de uma nova política pública, destinada a acompanhar e enquadrar a programação com diferentes dimensões: intra-urbana, inter-urbana e regional e abrangendo domínios de intervenção como a regeneração urbana e a competitividade e inovação nas cidades. Na sua concepção inicial, tratar-se-ia de uma agenda política de matriz transversal, não necessariamente circunscrita a um Ministério (do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e a uma Secretaria de Estado desse mesmo Ministério). Independentemente de saber se esta agenda política teve ou não sequência consistente na programação e se foi possível concretizar essa dimensão transversal, não é observável uma situação similar nas restantes sub -agendas. Todas as restantes assumem uma natureza marcadamente vertical.

Governança do QREN

O Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro (alterado e republicado no Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril e alterado no Decreto-Lei n.º 99/2009 de 28 de Abril), que estabelece o modelo de governança do QREN, imputa um primeiro nível de responsabilidade de **coordenação ministerial e direcção política** à comissão ministerial de coordenação do QREN e de coordenação técnica à comissão técnica de coordenação do QREN. Não é esta a plataforma adequada para proceder à articulação entre os diversos PO no quadro da AOTVT, como se compreende.

Já os **centros de racionalidade temática**, criados pelo mesmo diploma, têm como função o “desenvolvimento das actividades técnicas adequadas a assegurar a interacção institucional e a tomar iniciativas em áreas temáticas relevantes para a prossecução dos objectivos do QREN”.

Os CRT devem ser instituídos pela comissão ministerial de coordenação do QREN no âmbito das políticas públicas especialmente relevantes para a prossecução das prioridades do QREN.

De acordo com a informação existente, não foi ainda formalizada a criação de qualquer CRT. **Este parece-nos, dada a função específica dos CRT, um elemento fortemente condicionador da capacidade de articulação desta, e de qualquer, agenda operacional temática.**

Há ainda dois tipos de estrutura relevantes para esta articulação, embora com funções de monitorização: o **Observatório do QREN** e os **centros de observação das dinâmicas regionais** (nas regiões do Continente). O primeiro está em pleno funcionamento, enquanto os CODR (dinamizados pelas CCDR) começaram a ser criados em 2009. Adicionalmente, estes CODR devem articular-se com o **Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo**, de que não há sinais de actividade.

Governança e operacionalização dos Programas Operacionais

Neste nível, trata-se já de assegurar a governança de cada um dos Programas Operacionais, registando-se que alguns dos órgãos criados têm forte potencial no domínio da articulação inter -PO, de tipo operacional e não apenas político -estratégico.

Ao nível da ***direcção política*** situam-se a **comissão ministerial de coordenação do POVT e a comissão ministerial de coordenação dos POR do Continente**. No caso das Regiões Autónomas, esta função é assegurada pelas respectivas comissões governamentais regionais de orientação.

Estas comissões têm produzido decisão relevante para a governança dos PO, sendo que a aprovação dos regulamentos específicos tem uma importância decisiva para a articulação entre sub -agendas da AOTVT e entre os PO Temáticos e Regionais.

A comissão ministerial de coordenação dos POR do Continente é especialmente responsável pela promoção da coerência e sinergias entre as operações financiadas pelos POR do Continente e as apoiadas pelo FEADER e pelo FEP.

Os POR dispõem ainda de um órgão de ***aconselhamento estratégico*** (a comissão de aconselhamento estratégico), que reporta, através do membro do Governo que a preside (Ministro responsável pelo desenvolvimento regional), à comissão ministerial de coordenação dos POR do Continente. Em matéria de articulação no quadro da AOTVT, note-se que estas comissões devem emitir pareceres sobre a execução regional dos PO temáticos, o que significa que o POVT deve estar sob escrutínio regional. **Não há, no entanto, registos ou evidências sobre tomadas de posição proactiva** (isto é, que não seja apenas de pronunciamento sobre execução registada) de qualquer CAE sobre esta matéria, apesar de haver registo de diversas reuniões de CAE presididas por membros do Governo (entre os quais o Primeiro-ministro).

Estas CAE são apoiadas tecnicamente pelos CODR que referimos acima, com funções de “acompanhamento da execução e dos efeitos regionais das políticas públicas e dos respectivos instrumentos de execução no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região...”. Os CODR foram criados apenas em 2009.

O ***acompanhamento*** dos PO é assegurado pelas respectivas comissões de acompanhamento. Em matéria de articulação deve registar-se que as CA dos POR do Continente podem integrar representantes dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e que representantes dos PO Temáticos podem participar, como observadores. O inverso é igualmente válido.

Em termos práticos, e referindo-nos apenas à questão da articulação no quadro da AOTVT, as comissões de acompanhamento são frequentemente foro de discussão de questões específicas acerca da fronteira entre as intervenções dos PO Regionais e do POVT. São temas importantes, mas de âmbito restrito a determinadas intervenções temáticas (equipamentos, saneamento básico, prevenção de risco).

Em última análise, é ao nível da ***gestão*** que são discutidas e articuladas as intervenções dos diversos instrumentos de financiamento do QREN e destes com o FEADER.

São diversos os mecanismos criados para promover essa articulação, e embora com graus de sucesso diferenciados, é através deles que se tem conseguido dar alguma coerência às intervenções. A título de exemplo:

- Os **Grupos de Articulação Temática** do POVT (Passivos Ambientais; Defesa e Erosão Costeira; Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos; e Investimentos Estruturantes do Alqueva), para articulação das intervenções complementares do POVT com PO Regionais e com PRODER (no caso do Alqueva). Embora com metodologias de trabalho distintas (e registo de actividade também distinto, já que apenas os GAT do Alqueva e das Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos mantêm registos em actas de reuniões), e trabalhando a nível muito temático, ou mesmo analisando operações de forma individualizada, **são um instrumento adequado para garantir alguma coerência nas intervenções articuladas dos Programas Operacionais.**
- Os **Organismos Intermédios** do POVT (INAG, para os sistemas estruturantes de água e saneamento; DGOTDU para a Política de Cidades/ AIDU; IDR e DRPFEA para o Fundo de Coesão Madeira e Açores). Referimo-nos apenas aos que têm, simultaneamente, responsabilidades de gestão de políticas nacionais ou regionais, pelo que a sua capacidade de intervenção vai além das suas simples funções na gestão deste Programa. O balanço que se pode realizar é também distinto:
 - No caso da articulação entre os investimentos estruturantes (POVT) e as redes “em baixa” de abastecimento de água regista-se um desfasamento temporal muito significativo entre a intervenção do POVT (com mais de 220 milhões de euros de Fundo de Coesão aprovados) e os POR do Continente (ainda sem qualquer aprovação). A intervenção do INAG, que também integra a Estrutura de Apoio e Coordenação que referimos mais adiante, não permitiu ultrapassar, nos anos de arranque do QREN, este desfasamento, muito relacionado com a necessidade de clarificação de conceitos e da fronteira entre Programas nestes domínios.
 - Na Política de Cidades, a DGOTDU tem um papel de dinamização e monitorização nacional, para os 4 eixos (PRU e RUCI nos POR do Continente, AIDU e EESUN no POVT). É Organismo Intermédio no caso das AIDU e emite pareceres relativos a candidaturas de EESUN (enquadramento do PNPOT). Para as AIDU aprovadas, a DGOTDU dinamizou (já em 2010) o *1º Seminário de Acompanhamento das AIDU*. No caso das RUCI, organizou, financiou e monitorizou, em 2007-2008, as *acções preparatórias* que apoiaram o arranque experimental de 5 redes urbanas no território nacional, visando difundir boas práticas no domínio da cooperação inter-urbana e integra a estrutura de acompanhamento e monitorização dos diversos Programas Estratégicos nas redes aprovadas. Deve também integrar as estruturas de acompanhamento e monitorização de âmbito regional criadas para as PRU. Apesar deste potencial de intervenção, é visível alguma carência de pilotagem e monitorização estratégica de nível “meso” (i. e., entre as grandes ideias e a avaliação e acompanhamento individual dos projectos aprovados), já que, para além das duas excepções assinaladas (acções preparatórias de RUCI e seminário das AIDU) não estão a ser dinamizados os processos a nível regional referentes aos dois instrumentos com maior potencial de integração institucional e temática da Política de Cidades (e mesmo do QREN), que são as RUCI e as PRU. As Unidades de

Direcção de PRU e RUCI previstas nos Programas aprovados estão ainda em criação e as estruturas de acompanhamento e monitorização regionais não têm actividade.

- No que respeita à coordenação das intervenções nos territórios dos Açores e Madeira no âmbito da AOTVT (POVT; PROCONVERGÊNCIA; INTERVIR+), assinala-se um balanço globalmente positivo, associado à proximidade entre a programação, as políticas e os centros de decisão: o modelo de governação dos PO das duas Regiões Autónomas beneficia de uma maior proximidade dos centros de decisão política; a arquitectura dos PO Regionais é mais integrada, com um regulamento único, que facilita a aprovação de projectos de carácter integrado; e a gestão assenta em dois organismos (DRPFEA nos Açores, IDR na Madeira) que são simultaneamente os Organismos Intermédios do POVT para a intervenção do Fundo de Coesão nas duas Regiões, com contratos de delegação de competências que lhes conferem um grande grau de autonomia na decisão. Aliás, os próprios Eixos do POVT para o Fundo de Coesão nas Regiões Autónomas são de âmbito temático alargado (transportes e ambiente), ao contrário dos Eixos do FC para o Continente.
- Os **procedimentos de apreciação de candidaturas** que, em inúmeros casos, prevêem a necessidade de pareceres técnicos (vinculativos) sobre operações, em algumas situações como elementos de instrução das próprias candidaturas, noutros como elemento relevante para a análise de mérito. Esta situação ocorre em inúmeras tipologias/ regulamentos específicos, tanto no POVT como nos POR (DGOTDU, CCDR, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto dos Desportos, etc.). Este procedimento é interessante, embora se possam assinalar duas limitações:
 - São metodologias casuísticas, individualizadas aos projectos candidatados, e que apenas têm potencial de articulação global da Agenda Operacional Temática se forem baseadas em referenciais de política inequívocos e legítimos. Caso contrário, ou são arbitrários ou ineficazes.
 - Funcionam *a posteriori* e dependem da iniciativa dos promotores.
- A **Estrutura de Apoio e Coordenação** (criada pelo Despacho MAOTDR, de 28 de Março de 2008) para as intervenções no saneamento básico, que integra o INAG, a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e as Administrações de Região Hidrográfica. Esta EAC tem como competências, entre outras, a verificação da articulação das operações candidatadas ao POVT ou aos PO Regionais com os objectivos específicos definidos pelo PEAASAR II e com a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais e a articulação dos vários organismos interventores sempre que a operação tenha complementaridade com outros programas de financiamento. A sua intervenção, nos anos 2008 e 2009, foi marcada por alguma instabilidade na definição clara de conceitos, de fronteiras entre PO e de conteúdo dos documentos de enquadramento estratégico que devem instruir cada candidatura. Esta instabilidade reflectiu-se também no ritmo dos PO (excesso de candidaturas ao POVT não enquadráveis neste Programa e conseqüente atraso no processo de decisão; abertura de candidaturas nos POR do Continente apenas em 2009, e ainda sem decisão).

Referenciais de políticas públicas

Neste âmbito, o que queremos claramente dizer é que **a articulação da intervenção dos instrumentos financeiros depende, em primeira instância, da existência e da articulação de políticas sectoriais e/ou territoriais** (entre elas e nas suas diversas dimensões). Esta leitura será indissociável depois da formatação e da articulação ao nível dos instrumentos, mas deve precedê-la.

Os grandes referenciais de política de “valorização do território” (PNPOT, ENDS), por demasiado abrangentes e de longo prazo, não são facilmente operacionalizáveis. Nesta dimensão, as políticas tendem a ser sectoriais. E, desta forma, os instrumentos para a sua concretização (jurídicos, institucionais, programáticos, financeiros) tendem também a ser segmentados.

No caso específico do QREN, estamos em presença de um quadro de referência que é “estratégico” mas se materializa sobretudo em instrumentos financeiros. E, como já referimos, a visão para a valorização do território é um conjunto de linhas de intervenção, relativamente compartimentadas (ambiente e prevenção de risco; conectividade e mobilidade; desenvolvimento urbano; coesão territorial e social).

Independentemente de haver alguns vectores de integração, ao nível da Agenda não se vislumbra uma opção clara que priorize opções nacionais e que tenha depois reflexos na programação. Aliás, este exercício não seria fácil. Face à sempre presente exiguidade dos meios face aos desafios, não seria de esperar uma opção do tipo “concentrar esforços nas acessibilidades” em prejuízo de apostas ambientais. O que já seria de esperar é que, no quadro de cada uma das grandes prioridades e vectores de intervenção não se registasse o mesmo modelo de “compartimentação” que a programação revela.

Tendo sido este o modelo de programação adoptado, no quadro da AOTVT é o PO Temático aquele que mais claramente o reflecte, já que os POR incorporam uma dimensão estratégica unificadora de desenvolvimento regional (independentemente da sua qualidade), chame-se Plano de Médio Prazo, Plano Regional de Ordenamento do Território, Norte 2015, Estratégia Regional Lisboa 2020 ou Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007- 2013.

Numa breve referência, e por vector de intervenção, pode registar-se o seguinte:

- **Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade**

Como é referido na *avaliação ex-ante do POVT*, há riscos na incerteza sobre o grau de articulação possível de concretizar entre os diversos níveis de intervenção no sistema de transportes nacional, atentando no historial das intervenções: em vez de se partir de um plano estratégico global, do qual se derivariam planos sectoriais e projectos de investimento, o trajecto fez-se historicamente ao inverso, levando a cabo múltiplos e pesados investimentos em infra-estruturas, antes de surgirem Orientações Estratégicas sectoriais - Plano Rodoviário Nacional (1998, alterado em 1999 e 2003); Orientações Estratégicas para o sector Marítimo Portuário (2006); Orientações Estratégicas para o sistema Aeroportuário Nacional (2006); Orientações Estratégicas para o sector Ferroviário (2006) -, que por sua vez precederam uma proposta de Plano Estratégico dos Transportes (2009, em fase de aprovação após consulta pública). A coerência do sistema, ou mais precisamente a sua procura, é efectuada *a posteriori* e isto acarreta, de modo inevitável, problemas de articulação e riscos acrescidos de dispersão e incongruência.

- **Reforço do sistema urbano**

Regista-se, em primeiro lugar, que este vector de intervenção, ao contrário dos restantes em que se organiza a AOT, não é de cariz sectorial.

O grande referencial é a Política de Cidades POLIS XXI, a qual no entanto não é uma verdadeira “política pública”, legitimada por uma discussão e concertação política e social. Trata-se, isso sim, de uma orientação de natureza transversal, para os instrumentos financeiros do QREN, que não é acompanhada, em muitos domínios, por políticas territoriais (por exemplo, a generalidade dos PROT não está em vigor) ou sectoriais (por exemplo, habitação) e por quadros articulados de intervenção (por exemplo, entre as CCDR, a DGOTDU e o IHRU, como é referido noutros pontos deste relatório).

A grande diversidade de tipologias de intervenção (desde acções de natureza imaterial, de constituição e animação de redes, até intervenções físicas em domínios diversificados, como os equipamentos colectivos, a mobilidade ou a qualificação de espaço público) implica algumas dificuldades em ter um corpo abrangente complementar de referenciais temáticos. Neste sentido, esta sub -agenda depende muito da capacidade de mobilizar os diversos mecanismos de articulação que atrás referimos.

- **Protecção e valorização do ambiente**

Há situações distintas no quadro deste grande vector de intervenção.

No que se refere aos sectores das águas e dos resíduos, existem, tanto a nível nacional como nas Regiões Autónomas, instrumentos de planeamento robustos e muito operacionais, com objectivos a médio e a longo prazo: PEAASAR II, PERSU II, ENEAPAI, Planos Regionais da Água, etc. Também aqui a capacidade de articulação reside muito nos mecanismos operacionais (embora neste caso por razões distintas da Política de Cidades).

Para outros domínios, como a valorização do litoral (Planos de Ordenamento de Orla Costeira) e a Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (Plano Sectorial da Rede Natura e Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas) também se pode considerar que os referenciais de política existem e são operacionais, sendo que neste caso lhes falta uma visão territorial de conjunto, agregadora, que permita, *a priori*, definir apostas, mas que funcionam como boa referência para a aferição da qualidade dos projectos candidatados.

Nos restantes domínios, que são bastante mais abrangentes (recuperação de passivo ambiental ou valorização e qualificação ambiental) não há referenciais globais, mas sim específicos em função da grande diversidade de tipologias de projectos. Em certos casos, esses referenciais são documentos enquadradores preparados especificamente para a operacionalização dos Programas do QREN.

- **Redes, Infra-Estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social**

A diversidade de tipologias coloca também neste âmbito a questão da não existência de referenciais abrangentes de natureza operacional. Cada tipologia (mesmo as sub-tipologias dentro de cada tipologia, como acontece com a modernização da rede escolar) responde a prioridades sectoriais (cultura, educação, saúde, acção social, desporto).

O corpo de projectos já aprovados nos diversos PO demonstra que esta articulação funcionou?

Para a resposta a esta questão faz-se recurso às respostas às questões específicas de avaliação que apresentámos num capítulo anterior. Note-se que há uma grande condicionante para a resposta: a equipa de avaliação não teve acesso a uma listagem actualizada a 31-12-2009 das operações aprovadas em cada um dos PO.

Em síntese:

- A articulação não é um princípio inequívoco. Há uma separação de áreas de intervenção entre os Programas Temático e Regionais, e a dispersão dessas áreas coloca pressão sobretudo nas lógicas sectoriais.
- No quadro do *Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade*, os projectos já aprovados correspondem ao que estava previsto em cada um dos PO, embora com atrasos. Mas os dados disponíveis relativos aos projectos aprovados deixam antever que o “efeito rede” ou o “efeito coesão territorial” serão relativamente limitados, e que o “efeito conectividade internacional” está também comprometido face a recentes decisões de política nacional (adiamento de grande projectos). Nos POR as intervenções, de forma geral, dependem sobretudo da procura.
- O caso específico do ciclo urbano da água tem um potencial de articulação que não é revelado pelos projectos aprovados, já que não há projectos aprovados nos POR do Continente e da RA Açores.
- Nos domínios da prevenção de risco, protecção costeira e valorização do litoral, passivos ambientais ou nas várias tipologias de equipamentos colectivos, pode registar-se alguma articulação, já que os projectos aprovados (em todos os PO do Continente, Regionais ou Temático) foram-no através da aplicação dos mecanismos previstos de decisão que já referimos (que implicam pareceres e consultas mútuas).
- No caso da Política de Cidades, apesar de uma organização e uma visão de conjunto, cada eixo (AIDU, EESUN, PRU e RUCI) tem um funcionamento relativamente independente dos restantes. No entanto, há projectos aprovados em todos os PO e pode dizer-se que houve dinâmicas relativamente extensivas de promoção das diversas áreas por todo o país, conduzindo a alguma lógica unificadora.
- Nos POR, uma fatia significativa dos investimentos nas tipologias relevantes para a Agenda foram incluídos nos “pacotes” de contratualização de gestão com as Comunidades Intermunicipais. Este modelo de contratualização, baseado em PTD, não teve uma concretização homogénea em todos os PO e todas as regiões. Por razões de natureza “administrativa” (atrasos na preparação e dos *compliance assessments* relativos à delegação de competências neste Organismos Intermédios com subvenção global), não funcionaram normalmente os circuitos de aprovação de candidaturas, validação e certificação de despesa. No entanto, os dados disponibilizados no *Boletim Informativo nº 6 “Indicadores Conjunturais de Monitorização”*, da Comissão Técnica de Coordenação do QREN (edição de Janeiro de 2010, com dados reportados a 31 Dezembro 2009) permitem concluir que uma quota-parte significativa do sucesso no cumprimento de objectivos dos PO Regionais das Regiões do Objectivo Convergência está claramente dependente da intervenção realizada no quadro destas estratégias sub-regionais.

Até final de 2009, as CIM (+ Área Metropolitana do Porto) lançaram 260 concursos para apresentação de candidaturas, com € 597 milhões de FEDER a concurso. Este valor corresponde a **16% do total de Fundo dos 3 PO Regionais**, e a 41% da verba total contratualizada para o

período 2007-2013 (56% no Alentejo, 43% no Centro e 34% no Norte). Destacam-se as seguintes tipologias (em % do total de FEDER colocado a concurso):

- 35% para "mobilidade territorial"
- 18% requalificação da rede escolar (pré-escolar e 1º ciclo EB)
- 12% ciclo urbano da água
- 10% áreas de acolhimento empresarial e logística
- 9% equipamentos para a coesão local

No que respeita a aprovações já concretizadas, no âmbito desta contratualização, as associações de municípios aprovaram um total de 213 projectos, correspondentes a cerca de 25% da verba disponibilizada. São €154 milhões de FEDER (€266 milhões de investimento), com a seguinte distribuição regional:

- Norte: 134 operações, € 101 milhões FEDER.
- Centro: 50 operações, € 36 M FEDER
- Alentejo: 29 operações, € 17 M FEDER.

A Política de Cidades: um exemplo de (possível) articulação transversal

A Política de Cidades POLIS XXI é um bom exemplo de uma estratégia integrada transversal à Agenda e aos diversos PO FEDER. Também porque concentra uma parcela muito significativa dos montantes financeiros (em especial nos POR), do seu sucesso ou insucesso resultarão balanços mais ou menos positivos acerca da própria Agenda.

Grau de concretização da Política de Cidades

A análise a invocar para esta DEA está vertida, de forma muito nítida, nas questões específicas de avaliação que foram abordadas em capítulo próprio.

Do ponto de vista relativo aos montantes de investimento aprovados, à quantidade de projectos e à sua distribuição no território do Continente português, não restam dúvidas de que os diversos instrumentos da Política de Cidade, em especial as parcerias para a Regeneração Urbana, irão ter, caso se concretizem as operações previstas, um **impacto muito relevante na qualificação do sistema urbano**.

No caso das PRU e das RUCI, já são visíveis **dinâmicas renovadas no âmbito da cooperação inter-institucional e inter-municipal** e na forma como são encaradas a preparação, a legitimação pública e a gestão, monitorização e avaliação deste tipo de intervenções. Os estudos de caso² que apoiam esta conclusão demonstram que a preparação de candidaturas de RUCI e PRU foram processos participados, liderados pelas autarquias, e focados mais nas áreas de intervenção e objectivos do que nos projectos específicos. O facto de terem sido assinados diversos protocolos de Parceria; destes incorporarem um número relativamente elevado e diversificado de parceiros públicos e privados (e, se estes não são em maior número, tal deve-se mais aos constrangimentos regulamentares do que à falta da sua identificação e participação); e de os Programas de Acção e Planos Estratégicos terem

² RUCI Quadrilátero (Braga, Guimarães, Barcelos, Famalicão) em conjunto com PRU Braga, Guimarães, Famalicão (ON2). PRU Arouca (ON2). PRU Setúbal (POR Lisboa). PRU Figueira da Foz (Mais Centro). PRU Santo André (IN Alentejo).

previstas estruturas de gestão, acompanhamento e monitorização, são sinais de que alguns dos objectivos da Política são atingíveis. Regista-se o testemunho de alguns parceiros “não autárquicos”, que assinalam uma motivação extra nesta forma de gerar projectos para as Cidades (entidades da administração pública central, IPSS).

No caso das RUCI, um instrumento de política mais inovador, este tipo de dinâmicas teve inicialmente um impulso externo, de iniciativa governamental, com preparação de um documento orientador pelo DPP (*RUCI: razões para cooperar, ideias para explorar*) e o lançamento pela DGOTDU e pela SEOTC de um concurso nacional para apoio financeiro a Acções Preparatórias de RUCI (lançado em final de 2007 e que decorreram ao longo de 2008, com 24 candidaturas e aprovação de 5 RUCI no território nacional). Registou-se uma (moderada) troca de experiências inter-redes, mas em todos os casos se estabeleceram fortes dinâmicas dentro de cada rede.

Do ponto de vista da tipologia e natureza das operações aprovadas, as situações são diferenciadas.

No caso dos ***Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano*** – EESUN - os projectos são de tipologias e de promotores com um espectro algo limitado (das 30 operações aprovadas, 20 são de instituições de Ensino Superior e 8 de municípios) e com uma distribuição territorial equilibrada (litoral e interior do país, grandes e médios centros urbanos, embora concentrados nas Regiões Centro, Norte e Alentejo, por esta ordem de importância). Dados os critérios e os procedimentos de selecção, e face à sua localização em Cidades Médias e Área Metropolitana do Porto, admite-se que, mesmo tratando-se de projectos com pouco carácter inovador, contribuem para o reforço de algumas centralidades. Este instrumento da Política de Cidades tem, no entanto, tanto na sua concepção como na sua concretização, muito pouco interesse em termos de potencial de integração e transversalização.

Nas ***Parcerias para a Regeneração Urbana*** - PRU - interessa sobretudo realçar os processos participativos, a integração de valências/ tipologias numa mesma lógica de intervenção e de direcção e a partilha de “poder” que estes Programas de Acção representam. No que respeita às tipologias em sentido estrito, a generalidade das operações que integram os Programas são essencialmente tradicionais (mobilidade, requalificação de espaço público, amenidades urbanas, etc.), mas emerge um número significativo de acções imateriais (gestão, comunicação, monitorização, avaliação).

As ***Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação*** – RUCI - correspondem a projectos integrados ainda difíceis de avaliar, carecendo de outros tempos de maturação. São, de qualquer forma, uma experiência que está em curso, nalguns casos com configurações inéditas (caso da RUCI *Quadrilátero Barcelos -Braga -Famalicão -Guimarães*), noutros a primeira concretização de sistemas urbanos “históricos” no planeamento estratégico, mas nunca experimentados na prática (RUCI *Douro Alliance Vila Real -Régua -Lamego*). As operações que integram os Planos Estratégicos oscilam entre o tradicional “travestido” de inovador e alguns projectos (essencialmente de natureza imaterial) com maior potencial de inovação e competitividade.

No que respeita às ***Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano*** – AIDU - os elementos que presidem à selecção dos projectos são a inovação (não em termos absolutos, mas no contexto das Cidades portuguesas), a natureza prática e a reproduzibilidade. Não colocando em causa qualquer destas dimensões nos projectos aprovados, realça-se que a terceira apenas em fases mais adiantadas poderá verificar-se. O carácter integrador deste instrumento advém sobretudo da sua diversidade temática e dessa capacidade de reproduzir e generalizar projectos e práticas inovadoras nas Cidades.

A transversalidade da Política de Cidades POLIS XXI afirma-se sobretudo a partir de uma coordenação e monitorização a diversos níveis, e é neste âmbito que existem alguns sinais contraditórios, como vimos já no ponto anterior e reforçamos mais adiante.

Também no que se refere à capacidade de mobilização de outros mecanismos financeiros (nacionais e comunitários) ou de cruzamento com políticas de reabilitação urbana e habitação (envolvendo o IHRU ou as SRU) ainda não são visíveis sinais muito concretos, apesar de estarem criados alguns mecanismos, como o Fundo JESSICA.

Estão assegurados os mecanismos mais inovadores que contribuem para que esta linha de intervenção tenha capacidade de integração que a diferencie de uma simples soma de projectos municipais?

Em primeiro lugar, quais são estes mecanismos?

A Política de Cidades não é uma “política pública” em toda a dimensão deste termo, mas é uma visão integradora das várias dimensões (intra-urbana, interurbana, cidade -região) e políticas sectoriais (reabilitação, habitação, desenvolvimento económico e competitividade, integração social, etc.), de espectro temático alargado (visível pela abrangência de tipologias de operações que integra).

Ao nível político, não deixa de ser uma iniciativa muito limitada ao âmbito de acção do MAOT e da SEOTC, com estruturas no próprio Gabinete da SEOTC e na DGOTDU. A filosofia de implementação é, no entanto, descentralizada, dependendo dos instrumentos concretos, de âmbito sectorial ou de financiamento.

Pode, portanto, concluir-se que **o principal mecanismo de implementação é um centro de racionalidade** (dinamização, articulação, monitorização, avaliação). Como balanço dos três primeiros anos de vigência, sintetizando elementos de avaliação que são apresentados ao longo desta abordagem à AOT da Valorização do Território, pode dizer-se que gerou de facto dinâmicas e uma procura assinalável por parte dos agentes no território (e que são em primeira instância os gestores das Cidades, ou seja, os municípios), mas que há debilidades ao nível da monitorização global (o *site* da Política de Cidades é de interesse limitado e não há muitas evidências de integração de algumas políticas sectoriais – por exemplo, habitação e reabilitação urbana) e do funcionamento de alguns dos mecanismos descentralizados de acção (por exemplo, as estruturas de acompanhamento regionais das PRU ou a dinamização, a partir das Autoridades de Gestão dos POR, dos processos de consolidação das Redes ou Parcerias após a aprovação dos Programas de Acção).

Se ao nível macro podemos falar deste centro de racionalidade (cujo balanço é desequilibrado, com alguns elementos de avaliação positivos, outros negativos) e ao nível **meso** encontramos sobretudo mecanismos de acompanhamento e monitorização (com poucas evidências de estarem a funcionar), é ao nível da **concretização** no terreno que se geram os mecanismos mais reveladores da capacidade de integração e transversalização que esta Política (ou melhor, cada um dos seus instrumentos) apresenta. De facto, é nos processos de preparação dos Programas de Acção (PRU) ou Estratégicos (RUCI) e na formatação dos órgãos de direcção de cada um destes Programas que pode residir o sucesso ou a sustentabilidade desta Política de Cidades.

Há muitos sinais positivos a este nível. Nos casos estudados, podemos encontrar:

- participação nas acções preparatórias nacionais das RUCI;
- interligação entre modelos de direcção para RUCI integradas com as PRU e constituindo focos de geração de AIDU;
- partilha de responsabilidades nestas unidades de direcção com agentes não autárquicos, como universidades, associações empresariais ou agências de desenvolvimento;
- envolvimento de agentes privados (promotores de projectos integrados nos Programas, embora geralmente não considerados elegíveis);
- definição de estruturas estáveis e com avaliação preliminar de sustentabilidade económica e financeira (como é o caso da constituição para a gestão da RUCI Quadrilátero de uma Associação de Municípios de Fins Específicos);
- processos participativos na preparação dos Programas;
- multiplicidade (dezenas de) de parceiros, comprometidos através da assinatura de protocolos de Parceria, com o financiamento de acções no quadro de uma mesma estratégia de acção;

Como balanço, e por muito positivos que sejam estes sinais, estes processos não podem deixar de ser acompanhados, dinamizados e monitorizados aos níveis **meso** e **macro** que referimos, sob pena de se perder algum do fôlego inicial e de os projectos se transformarem em pouco mais do que soma de projectos, embora não apenas municipais, face à pressão da execução e às exigências relacionadas com os procedimentos formais de candidaturas.

Mas há também pelo menos um domínio em que o balanço é pouco positivo: o das **Estratégias de Eficiência Colectiva**, um mecanismo com um enorme potencial de articulação de projectos públicos e privados que, infelizmente, foi implementado a uma velocidade e com uma “convicção” diferente das restantes componentes desta Política. São classificadas como **Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos** (ARDU) as iniciativas conjuntas de base local que envolvam projectos empresariais que, previstos num programa integrado de desenvolvimento urbano, se traduzem numa EEC definida para assegurar (i) a requalificação ou revitalização das actividades económicas de comércio e serviços situadas nas áreas abrangidas por programas integrados de reabilitação, revitalização e desenvolvimento urbanos; (ii) a criação de novas actividades económicas inovadoras e criativas; e (iii) a realocação de actividades em zonas de acolhimento mais apropriadas.

A regulamentação das ARDU foi produzida quando muitos Programas de Acção de PRU e Programas Estratégicos de RUCI estavam já preparados e até aprovados nos PO Regionais. Os Regulamentos Específicos destas tipologias, aliás, não faziam, nem fazem ainda, qualquer referência a Estratégias de Eficiência Colectiva. Os diversos PO passaram, em sede de Avisos de Concurso, a incluir uma exigência de que os Programas a candidatar tivessem uma abordagem específica a esta questão. Aos que já estavam aprovados solicitou-se a elaboração de uma *adenda*. Ao contrário das outras EEC (Pólos e Clusters, PROVERE), que tiveram dinâmicas próprias de lançamento, preparação e aprovação, as ARDU parecem ter sido encaradas como um mero complemento, que os promotores privados invocariam nas suas candidaturas aos Sistemas de Incentivos. Este panorama tem uma excepção, com uma lógica própria (a iniciativa MERCA), tendo sido lançado um concurso para candidaturas ao SI Inovação em 2009 (POR Norte, Centro, Alentejo e Algarve).

Tendo em conta este diferimento e este tipo de procedimentos reactivos, tanto das Redes e Parcerias como das Autoridades de Gestão, pode considerar-se que não há ainda sinais evidentes de concretização do potencial que as EEC de tipo ARDU têm na multiplicação dos efeitos na competitividade e regeneração das Cidades.

ANEXO Nº 21 - AOT VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: SÍNTESE DOS MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

1. Inquérito aos promotores de candidaturas aprovadas

Como era referido no Memorando Metodológico de 7 Janeiro 2010, tendo sobretudo em consideração as questões de avaliação que são colocadas no caso da Agenda da Valorização do Território, o recurso a este tipo de metodologia tem algumas limitações, por duas grandes razões:

- A resposta ao tipo de questões específicas colocadas deve assentar em informação mais objectiva do que aquela que pode ser recolhida através das respostas de uma amostra de entidades (ou melhor, de indivíduos que representam, com maior ou menor fiabilidade, essas entidades) que apresentaram candidaturas e estão a executar os projectos.
- Os promotores foram, no período que correspondeu à realização das diversas avaliações de operacionalização de Programas Operacionais, do Modelo de Elaboração dos Regulamentos FEDER e Fundo de Coesão e esta Avaliação Global de Implementação do QREN, submetidos a uma fortíssima solicitação para responder a inquéritos, pelo que o contexto não seria favorável à obtenção de taxas de resposta muito significativas.

Por isso, independentemente do cálculo de parâmetros estatísticos (margens de erro, por exemplo), há variáveis muito instáveis, perante realidade tão complexa como é todo o processo de concepção até à execução de uma candidatura/ projecto, em que intervém um número elevado de pessoas, não sendo possível controlar a qualidade “individual” das respostas.

O interesse dos inquéritos a promotores (e as questões a colocar, portanto) centrou-se na sua complementaridade com outros instrumentos de recolha de informação, destinando-se a:

- ▶ Fazer um ponto de situação da execução dos projectos, dos tipos de desvios face à previsão em candidatura e da perspectiva do seu desenvolvimento futuro. Tendo em conta que o grau de comprometimento/ aprovação em algumas linhas dos PO é já significativo, mas que o nível de execução é muito baixo, importa aferir se o quadro geral de resultados/ impactes que as aprovações deixam antever é, de facto, um quadro real, ou se há domínios em que as dificuldades de execução são já irrecuperáveis e comprometem esses mesmos resultados. Portanto, os resultados do inquérito servem para aferir a solidez de conclusões baseadas em dados de “aprovação”.
- ▶ Identificar elementos de racionalidade e enquadramento estratégico, ao nível nacional, regional ou local, que possam demonstrar o valor acrescentado que os projectos representam. Referimo-nos a elementos (legitimados pela sua natureza jurídica, política ou de compromisso público) de diagnóstico, programação e estratégia (planos sectoriais, estratégicos ou de ordenamento do território), à articulação das operações aprovadas com outros projectos nos territórios de incidência ou ainda à integração em redes e sistemas pré-existentes.

O inquérito (com um número de questões restrito) foi concretizado pela sua colocação *on-line* para preenchimento através da *internet*. A solicitação do preenchimento foi enviada, com as respectivas instruções, *link* e dados de acesso, aos responsáveis pelas candidaturas cujo endereço electrónico foi referido na apresentação do processo através das plataformas electrónicas dos PO.

O ficheiro fornecido com esses contactos contemplava cerca de 800 candidaturas aprovadas ou já contratadas.

Destas candidaturas, apenas 768 se referiam aos domínios de intervenção da AOT Valorização do Território abrangidos por esta avaliação, distribuindo-se os restantes por outros domínios de natureza infra-estrutural – alguns remetidos para a AOT Factores de Competitividade, como Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico, e outros não

incluídos nos domínios a que se referem as questões de avaliação, como a Energia e Valorização Económica de Recursos Específicos - Turismo (PO Norte).

Tendo em conta a preocupação em não sobrecarregar os promotores, fez-se desde logo uma opção de base: não enviar mais do que dois inquéritos ao mesmo responsável por candidatura, compatibilizando esta questão com o inquérito também lançado, em simultâneo, para a AOT dos Factores de Competitividade. Em contrapartida, seriam enviados inquéritos à totalidade de projectos seleccionados de acordo com este procedimento (com a preocupação, na escolha, de manter a proporcionalidade da representação de cada tipologia no universo total e nesta amostra).

A decisão acerca dos projectos a inquirir em cada responsável de candidatura, nos casos em que apareciam referenciados mais do que 2 projectos, seguiu a seguinte metodologia: (i) verificar se havia inquéritos referentes à Agenda da Competitividade e privilegiar o envio destes (já que a amostra é mais limitada nesse caso); (ii) dado que as questões específicas de avaliação na Agenda Valorização do Território estão divididas por domínios de intervenção e por tipologias, privilegiou-se uma selecção que mantivesse representadas todas as tipologias, através de um processo de eliminação sucessiva de tipologias já representadas de forma significativa.

Foram, assim, retidos para inquirição 511 projectos, dos quais 488 correspondiam a tipologias abrangidas pela avaliação.

Responderam ao inquérito 295 inquiridos (58% do total), tendo sido considerados para tratamento 285, após exclusão das tipologias que não se incluíam nos domínios de intervenção considerados e dos inquéritos deficientemente respondidos.

Estas respostas têm representação de praticamente (*) todas as tipologias (regulamentos) e domínios de intervenção, com taxas de resposta muito satisfatórias (acima de 50% em todas as tipologias):

Distribuição por Programa Operacional

	Recebidos	% do total	Enviados	Taxa resposta
ALGARVE 21	8	2,7	10	80,00%
INALENTEJO	33	11,2	75	44,00%
MAIS CENTRO	95	32,2	141	67,38%
ON 2	46	15,6	92	50,00%
POR LISBOA	21	7,1	31	67,74%
POVT	76	25,8	136	55,88%
PROCONVERGÊNCIA	16	5,4	26	61,54%
Total	295	100,0	511	57,73%

Distribuição por domínios de intervenção

	Recebidos	Enviados	Taxa resposta
Total	295	511	58%
Total domínios	285 (**)	488	58%
Protecção e Valorização do Ambiente	69	115	60%
Política de Cidades	67	109	61%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	92	160	58%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	18	32	56%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	39	72	54%

(**) Não inclui alguns regulamentos não enquadráveis nestes domínios.

(*) Excepções – regulamentos sem respostas

Regulamento específico	Enviados	Programa	Observação
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	1	MaisCentro	Não abrangido nas tipologias em avaliação.
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas	1	Proconvergência	
OE 5.2 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperficidade	1	Proconvergência	

No que respeita aos parâmetros estatísticos reais, o número de respostas permite que o erro global de amostragem, tendo em conta o total de 768 projectos integrados nos domínios em avaliação, se mantenha abaixo dos 5%, mais exactamente 4,7% (assumindo um nível de confiança de 95,5%).

Tendo em conta que o procedimento não se pode considerar o de um exercício puro de análise estatística por amostragem, estes parâmetros globais são bastante aceitáveis. Naturalmente, considerando a sub-divisão pelos diversos domínios de intervenção, estes parâmetros são de menor qualidade, especialmente nos casos das tipologias incluídas nos domínios da Conectividade, Acessibilidade e Mobilidade e na Prevenção e Gestão de Risco.

Parâmetros estatísticos da amostra

Domínios de Intervenção	Universo	Seleção para envio	Amostra a obter *	Inquéritos válidos	Margem de erro (universo)
Total	800	511	225	295	4,63
Total domínios considerados na avaliação	768	488	215	285**	4,70
Protecção e Valorização do Ambiente	130	115	51	69	8,28
Política de Cidades	236	109	48	67	10,36
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	269	160	70	92	8,47
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	45	32	14	18	18,46
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	88	72	32	39	12,02

(*) Erro amostral 5% e nível de confiança de 95,5%.

(**) Não inclui candidaturas no âmbito de alguns regulamentos não enquadráveis nestes domínios.

Ver em **anexo nº 21** o tratamento da informação.

2. Entrevistas: questões específicas “Política das Cidades”

Guião de entrevista (pessoal ou em formato electrónico) sobre Programas de Acção da Política de Cidades (Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação)

No quadro da Avaliação da Implementação do QREN 2007-2013, que a Quatenaire Portugal e o IESE estão a realizar para o Observatório do QREN, são colocadas algumas questões relacionadas com os resultados alcançados nas linhas de intervenção da Política de Cidades, em especial sobre o potencial de inovação e de articulação e geração de efeitos induzidos (novas práticas de cooperação) que este tipo de projectos tem no desenvolvimento urbano.

Assumindo um modelo muito simplificado de inquirição, e a partir de experiências concretas, gostaríamos de contar com a vossa disponibilidade na resposta ao seguinte conjunto de questões:

1. Que avaliação se pode fazer sobre a sustentabilidade "institucional" da parceria que está na base da candidatura?

2. Após a aprovação da candidatura do programa de Acção (PRU ou RUCI) mantém-se a dinâmica de cooperação e trabalho em rede? A necessidade de apresentar candidaturas de acções individuais (previstas no Programa) teve implicações (favoráveis ou desfavoráveis) nessa dinâmica?
3. A estrutura directiva ou de coordenação prevista foi ou está em criação?
4. Que tipo de acompanhamento se tem manifestado por parte do PO ou da CCDR?

Inquiridos:

- CM Figueira da Foz, PRU: responsáveis técnicas pela preparação do Programa de Acção e apresentação da Candidatura ao MaisCentro, Arq. Maria João Figueiredo (assessora Presidente da CM) e Dra. Graça Vasco (Directora de Departamento). Não responderam.
- CM Arouca, PRU: responsável pela apresentação da candidatura ao ON2, Dra Adélia Almeida (Chefe de Divisão de Planeamento). Respondeu.
- CM Braga, PRU e RUCI: responsável pela apresentação das candidaturas apresentadas ao ON2 e pela coordenação dos trabalhos em curso, Dr. José Pedro Machado (Gabinete de Apoio à Presidência). Respondeu.
- CM Vila Nova de Famalicão, PRU e RUCI: responsável pela apresentação das candidaturas apresentadas ao ON2 e pela coordenação dos trabalhos em curso, Dr. Francisco Jorge Freitas (Gabinete Municipal para os Assuntos Comunitários). Respondeu.
- João Fermisson, consultor da Quatenaire Portugal, responsável pelo apoio técnico às candidaturas das CM Setúbal (PRU, POR Lisboa) e CM Santiago do Cacém (PRU, IN Alentejo). Respondeu.

3. Recurso a entrevistas e painéis de discussão realizados no âmbito da Avaliação da Operacionalização do Programa Operacional de Valorização do Território

Esta avaliação é realizada pelo mesmo consórcio responsável pela presente avaliação. O recurso a informação recolhida no âmbito dessa avaliação do POVT justifica-se, como uma abordagem complementar, já que muitos dos agentes responsáveis pelas intervenções (na gestão ou na promoção de projectos) são os mesmos. Esta opção permite, por outro lado, uma maior disponibilidade dos inquiridos.

Embora na generalidade dos casos estas entrevistas fossem destinadas a abordar questões operacionais do POVT, foram também abordados temas mais gerais sobre a articulação POVT/ PO Regionais e sobre a Agenda Operacional Temática, especialmente entidades que são simultaneamente Autoridades Nacionais em temas relacionados com as questões de avaliação ou promotores muito relevantes.

Neste memorando apresentamos como exemplo algumas das questões de natureza mais geral que integravam os guiões utilizados.

Naturalmente, em grande parte dos casos, fica destas entrevistas e da abordagem ao POVT um conhecimento implícito que é testado a partir da análise documental, da pesquisa de informação acerca dos diversos PO (nos respectivos sites Internet), no inquérito aos promotores e na exploração dos dados quantitativos facultados à equipa.

Inquiridos:

Esta é a lista de entrevistas e painéis, em formatos diferenciados, que foram realizadas:

 *Eixo I – Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes*

 *Eixo VII - Infra-estruturas para a Conectividade Territorial*

Entidade	Data
Estradas de Portugal	19 Fevereiro 2010
Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (*)	24 Fevereiro 2010

<i>Painel</i> com Autoridades Portuárias: Administração do Porto de Aveiro, AP Figueira da Foz, AP Douro e Leixões e AP Sines	10 Março 2010
---	---------------

Eixo II - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento

Entidade	Data
Instituto da Água – Estrutura de Apoio e Coordenação	4 Fevereiro 2010
Entidade Reguladora dos Serviços de Água e de Resíduos - Estrutura de Apoio e Coordenação	4 Fevereiro 2010
Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. – Estrutura de Apoio e Coordenação *	3 Março 2010
Câmara Municipal de Loulé *	12 Março 2010
Águas do Ribatejo, EIM *	16 Março 2010
Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P – Estrutura de Apoio e Coordenação *	18 Março 2010

* Envio de questões por mensagem electrónica (as datas correspondem à recepção da resposta).

Eixo VIII - Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos

Entidade	Data
Entidade Reguladora dos Serviços de Água e de Resíduos - Estrutura de Apoio e Coordenação	4 Fevereiro 2010
ERSUC- Resíduos Sólidos do Centro, S.A. *	10 Março 2010
Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM *	16 Março 2010

* Envio de questões por mensagem electrónica (as datas correspondem à recepção da resposta).

Eixo Prioritário III – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos

Entidade	Data
INAG – Instituto da Água I.P.	04 Fevereiro 2010
Instituto Geográfico Português	08 Fevereiro 2010
Autoridade Nacional de Protecção Civil	12 Fevereiro 2010
Direcção Geral de Energia e Geologia	17 Fevereiro 2010
Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.	18 Fevereiro 2010
Agência Portuguesa do Ambiente	02 Março 2010
PO Algarve 21	17 Maio 2010
Estrutura de Missão do MAI	17 Maio 2010

Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional

Entidade	Data
Câmara Municipal de Anadia	2 Fevereiro 2010
Direcção Regional de Educação do Norte	2 Fevereiro 2010
Parque Escolar E.P.E.	5 Fevereiro 2010
Universidade de Coimbra (Reitoria)	8 Fevereiro 2010
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	15 Fevereiro 2010

Universidade do Porto	15 Março 2010
Fundação Serralves	15 Março 2010
CM Santarém	22 Março 2010
Administração Regional de Saúde do Centro	24 Março 2010
Instituto do Desporto de Portugal	12 Maio 2010
PO Algarve 21	17 Maio 2010

↳ **Eixo VI - Investimentos Estruturantes do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva**

Entidade	Data
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.	20 Janeiro 2010
GPP/MADRP	25 Janeiro 2010

↳ **Eixo IV - Redes e Equipamentos Estruturantes da RA dos Açores**

↳ **Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes da RA da Madeira**

Entidade	Data
Instituto de Desenvolvimento Regional – IDR RA Madeira (Organismo Intermédio)	21 Janeiro
RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.	21 Janeiro
AREAM – Agência Regional de Energia da Madeira	21 Janeiro
APRAM - Administração dos Portos da RA da Madeira, S.A.	21 Janeiro
Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais dos Açores	19 Fevereiro 2010

Guião de entrevista

Exemplo: INAG

1. Introdução

O INAG tem intervenção relevante a dois níveis na implementação do Programa Operacional de Valorização do Território:

- É Organismo Intermédio com delegação de competências na gestão (Eixo Prioritário 2);
- Integra a Estrutura de Apoio e Coordenação prevista no Despacho MAOTDR, de 28 de Março de 2008.

Nesta dupla qualidade, a equipa de avaliação entende que o Instituto tem uma visão relevante não apenas sobre as condições de operacionalização do POVT e os seus primeiros resultados (anos 2007 a 2009) como também sobre a articulação das intervenções do Programa, através do Fundo de Coesão, e os Programas Operacionais Regionais (nas regiões do Norte, Centro e Alentejo), através do FEDER.

2. As questões de avaliação colocadas pelo Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos coloca [...]

3. Objectivos da entrevista

A entrevista a realizar é uma metodologia que, na abordagem às questões de avaliação, será complementada com outras: [...].

Do ponto de vista operacional tem como principais objectivos:

- Ventilar as diversas questões de avaliação, na perspectiva do INAG, colhendo opiniões e evidências (exemplos) que ilustrem as ideias emitidas.
- Explorar alguns aspectos específicos relacionados com o Programa, tal como se expõem no ponto seguinte.

4. Questões a explorar

Os tópicos seguintes devem ser entendidos como orientadores e não de exploração exaustiva. Apenas os aspectos que os inquiridos acharem mais relevantes devem ser referidos.

Concepção e programação

- Pertinência e adequação das tipologias previstas no Eixo.
- Grau de adequação entre os recursos financeiros disponibilizados e os objectivos e metas traçadas.
- Complementaridades e sinergias entre o POVT e outros instrumentos que financiam intervenções nos mesmos domínios.
- Identificação de aspectos críticos que justifiquem, eventualmente a introdução de mudanças na estrutura de Eixos e no perfil dos respectivos domínios de intervenção.

Gestão e acompanhamento

[...]

- Mecanismos de articulação das intervenções enquadradas na Agenda Temática Valorização do Território e integradas nos PO Regionais: qual o balanço da actividade da Estrutura de Apoio e Coordenação prevista no Despacho MAOTDR, de 28 de Março de 2008?

[...]

Realizações e resultados

- Os níveis de compromisso e de execução do Eixo/Domínios de Intervenção são adequados ao potencial de cumprimento das metas definidas?

Guião de painel de discussão (Autoridades Portuárias)

1. Introdução

O Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) do QREN 2007-2013 integra um Eixo Prioritário destinado a apoiar as infra-estruturas susceptíveis de significativo impacto na modelação do território nacional e na capacidade de influenciar positivamente a competitividade dos territórios regionais. Este desiderato assenta, por um lado, na continuação de execução do Plano Rodoviário Nacional e, por outro, na implementação do projecto de auto-estradas marítimas como elemento de reforço de competitividade interna e externa.

[...]

2. Organização do painel

3. Questões a debater

Serão abordados temas em três grandes áreas:

- **As administrações portuárias e as Orientações Estratégicas para o sector**

Que estratégia (e que Plano Estratégico) orientou os investimentos nos últimos anos?

Em que medida esses investimentos se enquadram nas Orientações Estratégicas?

[...]

- **As candidaturas ao POVT**

O POVT integra devidamente e adequa-se ao financiamento no quadro das principais directrizes das Orientações Estratégicas, nomeadamente no que respeita ao TMCD (Transporte Marítimo de Curta Distância)?

Os regulamentos específicos em vigor dão cabimento ao desenvolvimento do TMCD e AEM (Auto-Estradas do Mar)?

[...]

Houve candidaturas apresentadas em parceria com beneficiários identificados em PO Regionais mas não no POVT (ao abrigo da alteração do Regulamento Específico de Agosto de 2009)?

[...]

Qual o impacte real esperado do POVT no que respeita às Orientações Estratégicas sobre o TMCD e AEM dada a disponibilidade financeira programada?

- **As Auto Estradas do Mar**

Este conceito é claro e está estabilizado?

Que apreciação se pode fazer da proposta conceptual da FORDESI, apresentada no *Workshop Motorways of the Sea* em Janeiro de 2010?

[...]

ANEXO Nº 22 - INQUÉRITO AOS PROMOTORES – AGENDA OPERACIONAL TEMÁTICA VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Parâmetros globais

Domínios de Intervenção	Universo	Seleção para envio	Amostra a obter *	Inquéritos enviados	Inquéritos válidos	Taxa de resposta	Margem de erro (universo de envio)	Margem de erro (universo)
Total	800	511	225	511	295	58%	3,79	4,63
Total domínios considerados na avaliação	768	488	215	488	285**	58%	3,82	4,7
Protecção e Valorização do Ambiente	130	115	51	115	69	60%	7,65	8,28
Política de Cidades	236	109	48	109	67	61%	7,62	10,36
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	269	160	70	160	92	58%	6,82	8,47
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	45	32	14	32	18	56%	15,84	18,46
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	88	72	32	72	39	54%	10,92	12,02

(*) Erro amostral 5% e nível de confiança de 95%

(**) Não inclui candidaturas no âmbito de alguns regulamentos não enquadráveis nestes domínios

Regulamento

		Nº	%	Enviados	Taxa resposta %
Valid	Acções de Valorização do Litoral	9	3,1	18	50,00%
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	26	8,8	45	57,78%
	Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional	43	14,6	77	55,84%
	Energia	1	0,3	1	100,00%
	Equipamentos para a Coesão Local	9	3,1	14	64,29%
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	16	5,4	24	66,67%
	Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	2	0,7	2	100,00%
	Infra-estruturas para a Conectividade Territorial	2	0,7	4	50,00%

Regulamento

	Nº	%	Enviados	Taxa resposta %
Investimentos Estruturantes do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	1	0,3	1	100,00%
Mobilidade Territorial	10	3,4	17	58,82%
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares	3	1,0	4	75,00%
OE 2.2 - Valorizar o património cultural	1	0,3	2	50,00%
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação social	2	0,7	2	100,00%
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	1	0,3	1	100,00%
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas	4	1,4	8	50,00%
OE 4.1 - Ordenar o território	2	0,7	2	100,00%
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	3	1,0	5	60,00%
Optimização da Gestão de Resíduos	5	1,7	8	62,50%
Parcerias para a Regeneração Urbana	24	8,1	32	75,00%
Património Cultural	10	3,4	25	40,00%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	12	4,1	18	66,67%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais	7	2,4	16	43,75%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos	20	6,8	38	52,63%
Rede de Equipamentos Culturais	9	3,1	14	64,29%
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	6	2,0	11	54,55%
Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma dos Açores	1	0,3	2	50,00%
Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes	1	0,3	1	100,00%
Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	48	16,3	81	59,26%
Saúde	9	3,1	17	52,94%
Valorização Económica de Recursos Específicos - Turismo	8	2,7	18	44,44%
Total	295	100,0	508	58,07%

Nota: Este total não contabiliza os 3 inq. sem resposta

Regulamento

		Nº	%	Enviados	Taxa resposta %
PO					
		Nº	%	Enviados	Taxa resposta %
Valid	ALGARVE 21	8	2,7	10	80,00%
	INALENTEJO	33	11,2	75	44,00%
	MAIS CENTRO	95	32,2	141	67,38%
	ON 2	46	15,6	92	50,00%
	POR LISBOA	21	7,1	31	67,74%
	POVT	76	25,8	136	55,88%
	PROCONVERGÊNCIA	16	5,4	26	61,54%
	Total	295	100,0	511	57,73%

	Total
Total	295
Protecção e Valorização do Ambiente	69
Política de Cidades	67
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	92
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	18
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	39

1.1. A operação em questão já iniciou a sua execução física?

	Sim	Não
Total	80,0%	20,0%
Protecção e Valorização do Ambiente	75,4%	24,6%
Política de Cidades	79,1%	20,9%

Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	87,0%	13,0%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	94,4%	5,6%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	61,5%	38,5%

1.2. Se SIM, que grau de realização apresenta hoje a operação

	Média	<= 10%	>=50%	100%
Total	52,74	19,9%	34,2%	16,5%
Protecção e Valorização do Ambiente	48,29	28,8%	34,6%	11,5%
Politica de Cidades	53,35	20,8%	28,3%	18,9%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	55,88	13,2%	42,1%	14,5%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	75,45	0,0%	35,3%	41,2%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	38,04	30,4%	26,1%	8,7%

2.1. A operação em execução corresponde plenamente à versão inicialmente aprovada

	Sim	Não
Total	33,4%	66,6%
Protecção e Valorização do Ambiente	22,7%	77,3%
Politica de Cidades	29,2%	70,8%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	39,6%	60,4%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	16,7%	83,3%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	43,2%	56,8%

2.2. Se NÃO, principais alterações observadas:

	Cronograma do projecto	Componentes do projecto	Valores de investimento previstos	Indicadores de realização e resultado	Outros
Total	77,5%	18,8%	42,4%	4,7%	12,0%
Protecção e Valorização do Ambiente	72,5%	31,4%	43,1%	7,8%	15,7%
Politica de Cidades	84,8%	15,2%	43,5%	2,2%	10,9%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	74,5%	16,4%	36,4%	5,5%	14,5%

Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	73,3%	20,0%	60,0%	0,0%	13,3%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	85,7%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%

2.3. As alterações introduzidas já foram validadas pela Autoridade de Gestão do PO?

	Sim	Não
Total	29,0%	71,0%
Protecção e Valorização do Ambiente	22,9%	77,1%
Política de Cidades	30,4%	69,6%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	28,3%	71,7%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	40,0%	60,0%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	28,6%	71,4%

3.2. Os desvios ou atrasos registados

	Podem ser recuperados sem alterações à candidatura até final de 2010	Implicarão uma reprogramação da candidatura	Inviabilizam a execução da operação
Total	38,8%	60,1%	1,1%
Protecção e Valorização do Ambiente	38,3%	59,6%	2,1%
Política de Cidades	37,8%	62,2%	
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	47,2%	50,9%	1,9%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	33,3%	66,7%	
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	25,0%	75,0%	

4. A crise económica e financeira observada a partir da segunda metade do ano de 2008:

	Não afectou o início da execução física do projecto	Afectou apenas moderadamente o início da execução	Afectou decisivamente o início da execução
Total	79,9%	16,8%	3,2%

Protecção e Valorização do Ambiente	80,0%	16,9%	3,1%
Política de Cidades	76,6%	20,3%	3,1%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	79,3%	16,1%	4,6%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	94,4%	5,6%	
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	85,7%	11,4%	2,9%

6.1. Há uma relação próxima e evidente entre esta operação e outros projectos, programados ou existentes?

	Sim	Não
Total	45,5%	54,5%
Protecção e Valorização do Ambiente	57,6%	42,4%
Política de Cidades	47,7%	52,3%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	40,0%	60,0%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	64,7%	35,3%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	23,7%	76,3%

7.1. A operação integra-se numa estratégia de valorização do território explicitada em documento público?

	Sim	Não
Total	67,8%	32,2%
Protecção e Valorização do Ambiente	70,6%	29,4%
Política de Cidades	75,4%	24,6%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	72,1%	27,9%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	66,7%	33,3%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	43,6%	56,4%

7.1. A operação integra-se numa estratégia de valorização do território explicitada em documento público. Qual(ais)?

	Plano Director Municipal ou outro PMOT	Plano de Ordenamento de Orla Costeira, Albufeira, Área Protegida ou outro Plano Especial de Ordenamento do Território	Programa Territorial de Desenvolvimento (contratualização de gestão com CIM)	Plano Estratégico de natureza sectorial.
Total	24,7%	6,7%	17,5%	10,8%
Protecção e Valorização do Ambiente	22,9%	22,9%	6,3%	20,8%
Política de Cidades	26,5%	0,0%	26,5%	6,1%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	22,6%	0,0%	21,0%	4,8%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	25,0%	8,3%	41,7%	25,0%
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	41,2%	5,9%	0,0%	11,8%

8.1. Confirme por favor se as perspectivas de criação de emprego enunciadas na fase de candidatura se confirmam em fase de execução:

	Sim	Não
Total	93,7%	6,3%
Protecção e Valorização do Ambiente	82,3%	17,7%
Política de Cidades	96,7%	3,3%
Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social	98,9%	1,1%
Conectividade Internacional, Acessibilidades e Mobilidade	100,0%	
Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	97,0%	3,0%

Número de empregos directos criados na fase de concretização do projecto

	1	2	4	12	27	60
Total	2	1	1	2	1	1

Protecção e Valorização do Ambiente	1	1	0	1	0	1
-------------------------------------	---	---	---	---	---	---

Número de empregos directos criados após o projecto estar concretizado

	1	2	15	27
Total	3	3	1	1
Protecção e Valorização do Ambiente	2	2	0	0

8.2. Existe alguma estimativa de criação de empregos indirectos?

	Sim	Não
Total	20,3%	79,7%
Protecção e Valorização do Ambiente	21,1%	78,9%

8.2.1. Se Sim. Quantos empregos indirectos se estima poderem ser criados?

	Total	PV Ambiente
1	4	2
1 e vários indirectos	1	1
2	15	3
3	3	0
4	4	1
5	3	0
entre 5 e 10	1	0
6	3	0
7	1	0
8	1	0
10	4	2
12	1	1
15	1	0
16	1	0
20	5	0
35	1	1

mais de 37	2	1
1500	1	0